



COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE BAURU
Av. Nações Unidas, n.º 30-31 – Fone (14) 3235 - 9222
CEP 17011-105 – Bauru - SP

RELATÓRIO ANUAL

DE

ATIVIDADES

2.012

Razão Social	: COMPANHIA DE HABITACAO POPULAR DE BAURU	Sigla: COHAB-BU
Endereço	: AV DAS NACOES UNIDAS, 30-31	
Telefone	: (14) 3235-9207	Fax: (14) 3235-9224
E-mail	: gfp@cohabbauru.com.br	
Cidade	: BAURU	UF: SP
		CNPJ: 45010071000103
Ato/Lei de Criação da Instituição	: LEI MUNIC.1222/66	Data: 01/04/1966
Ato de Aprovação do Estatuto atual	: REGISTRO N.335162	Data: 29/09/1966
Período de Mandato da Diretoria	: De 03/01/2011 a 03/01/2014	
Área Geográfica de atuação	: ESTADO DE SÃO PAULO	
Nome do Representante Legal	: EDISON BASTOS GASPARINI JUNIOR	
Periodicidade	: Anual	



COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE BAURU
Av. Nações Unidas, n.º 30-31 – Fone (14) 3235 - 9222
CEP 17011-105 – Bauru - SP

SUMÁRIO

<i>01 – CARTA DA DIRETORIA.....</i>	<i>03</i>
<i>02 – EDITAL DE CONVOCAÇÃO.....</i>	<i>04</i>
<i>03 – CONSELHO ADMINISTRAÇÃO / FISCAL</i>	<i>05</i>
<i>04 – DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO.....</i>	<i>06</i>
<i>05 – METAS E AÇÕES DE GESTÃO.....</i>	<i>14</i>
<i>06 – NOTAS EXPLICATIVAS.....</i>	<i>24</i>
<i>07 – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....</i>	<i>42</i>
<i>08 – PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES.....</i>	<i>47</i>
<i>09 – PARECER DO CONSELHO FISCAL.....</i>	<i>50</i>
<i>10 – CONVOCAÇÃO E PUBLICAÇÃO.....</i>	<i>51</i>



COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE BAURU
Av. Nações Unidas, n.º 30-31 – Fone (14) 3235 - 9222
CEP 17011-105 – Bauru - SP

CARTA DA DIRETORIA

O presente relatório tem por objetivo principal demonstrar aos acionistas, aos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, e a população, as informações econômicas - financeiras e as atividades administrativas desenvolvidas no Exercício de 2012.

Ressaltamos que o quadro econômico e financeiro foi sendo formado ao longo dos anos, mercê de atitudes que foram tomadas e da falta de ação.

Desde o início da nossa gestão em 03/01/2005, centramos nossos esforços na otimização das receitas, redução e contenção de custos; e na realização de todos os ativos passíveis de comercialização; aplicando de forma organizada e racional tais recursos na quitação dos compromissos e cumprimento dos gastos operacionais, ao mesmo tempo em que imprimimos decisões visando a reorganização dos setores operacionais, otimizando processos e melhorando o sistema de controle interno objetivando proporcionar um melhor serviço para a população por nós assistida.

*Continuamos empenhados em agir e resolver os problemas, buscando a recuperação financeira e econômica, tendo como foco principal a partir de 2008: A) o **Reparcelamento dos saldos devedores** (vencidos e vincendos, correspondente a empréstimos firmados com o BNH e ou CAIXA), B) o **Reparcelamento do Seguro Habitacional** (através da conciliação efetiva dos valores devidos e os valores cobrados e pagos das faturas de seguro e C) a **Revisão das Negativas de Cobertura do FCVS** para recuperação dos créditos (através de depuração documental e legal).*

Continuamos assim a agir e de forma responsável, produtiva e criteriosa!

Edison Bastos Gasparini Junior
Diretor Presidente
Diretor Técnico Habitacional

Paulo Sérgio Gobbi
Diretor Administrativo/Financeiro



COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE BAURU
Av. Nações Unidas, n.º 30-31 – Fone (14) 3235 - 9222
CEP 17011-105 – Bauru - SP

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E
EXTRAORDINÁRIA**

*Ficam convocados os senhores Acionistas da **COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE BAURU-COHAB/BAURU** – CNPJ 45.010.071/0001-03, a comparecerem à Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária que se realizará, na Avenida Nações Unidas nº 30-31, sede da empresa, Bauru / SP, no dia 30/04/13, às 17:00hs., a fim de deliberar sobre a seguinte:*

ORDEM DO DIA

Parte Ordinária – (a) *Leitura da prestação de contas e relatório da Diretoria;* (b) *Leitura, discussão e votação do Balanço e demais demonstrações financeiras, acompanhadas dos pareceres do Conselho Fiscal e da auditoria independente;* (c) *Eleição dos membros do Conselho Fiscal.*

Parte Extraordinária – (a) *Outros assuntos de interesse da sociedade.*

Comunicamos que se encontram à disposição dos senhores acionistas na sede social, os documentos a que se refere o Art. 133 da Lei nº 6404/76 (consolidada com a Lei 11.638 e MP 449/08).

Bauru, 15 de abril 2013.

*Artur Guedes Neto
Presidente*



COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE BAURU
Av. Nações Unidas, n.º 30-31 – Fone (14) 3235 - 9222
CEP 17011-105 – Bauru - SP

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente :

Artur Guedes Neto

Conselheiros :

José Antônio de Queiroz

José Roberto Serra

Claudionor Alves de Souza

Mário Yukio Kaimoti

CONSELHO FISCAL

Presidente :

Gilberto Aparecido Paisan

Conselheiros :

José Fernando Fontes

Eduardo Abrantes Valerio

O Conselho de Administração foi eleito em Assembléia Geral Ordinária, com mandato de 03 (Três) anos (30/01/11 a 29/01/14), conforme determinação do Artigo 10, § Primeiro, do Estatuto Social da Companhia de Habitação Popular de Bauru, ficando permitida a reeleição de seus membros.

Conforme Artigo 14 do Estatuto Social compete ao Presidente do Conselho de Administração: a) convocar, instalar e presidir as reuniões do Conselho de Administração; b) convocar as Assembléias Gerais nos termos da Lei; c) cumprir e fazer cumprir os demais deveres de competência do Conselho de Administração fixados em Lei e no Estatuto; d) transmitir a Diretoria às decisões do Conselho e colocá-las em execução.

Em conformidade com o Artigo 27 do Estatuto Social, a Assembléia Geral é o órgão soberano da sociedade e reunir-se-á ordinariamente dentro dos quatro primeiros meses após o encerramento do exercício social, e extraordinariamente sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

De acordo com o Artigo 124, § Primeiro, da Lei 6.404/76 de 15/12/1976 (consolidada com a Lei 11.638 e MP 449/08), o Edital de Convocação, foram publicados nos Jornais “Diário Oficial Estado”, com sede na cidade de São Paulo, e no “Jornal da Cidade de Bauru”, com sede nesta cidade, nos dias 18, 19 e 20/04/2013.



DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O desempenho econômico-financeiro da COHAB e as principais ações que contribuem para o resultado de cada exercício são divulgados a sociedade por meio do Relatório da Administração; assim como das Demonstrações Contábeis, publicadas no Diário Oficial do Estado; e em jornal de grande circulação na região de Bauru (SP); nos termos estabelecidos pela legislação específica.

A COHAB apresentou o desempenho operacional e econômico-financeiro correspondente ao exercício de 2012 conforme segue:

FINANCEIRO

FLUXO DE CAIXA

Saldo Cx.Inicial	744.839,59	125.523,35	294.030,42	107.545,06	553.120,40	1.356.823,31	2.860.746,56	2.476.652,44
ENTRADAS - PERÍODO								
Mês	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
jan	2.364.914,01	2.592.482,49	2.780.045,02	3.085.760,75	2.734.382,27	3.114.616,00	2.837.120,94	3.052.449,35
fev	2.323.988,55	2.495.730,73	2.669.470,27	2.853.035,72	2.943.753,18	3.135.888,68	2.897.756,30	2.606.414,31
mar	2.550.793,40	2.499.054,05	2.737.208,62	2.641.736,67	3.111.931,80	3.329.756,37	2.928.509,53	3.574.141,06
abr	2.281.619,09	2.261.586,42	2.443.380,54	2.748.458,53	2.735.707,82	3.361.148,80	2.987.357,84	3.241.954,85
mai	2.361.508,33	2.628.754,91	2.987.425,76	2.539.220,91	3.063.344,37	3.152.679,55	3.291.030,16	3.545.675,18
jun	2.542.340,00	2.509.427,79	2.568.740,79	2.736.886,36	2.887.166,14	3.213.831,22	3.352.131,94	2.636.582,25
jul	2.571.403,24	2.591.207,43	3.039.465,02	3.209.842,91	3.081.562,74	3.069.056,71	5.097.164,60	4.458.079,02
ago	2.621.933,24	2.670.001,13	2.769.770,72	3.268.345,34	3.589.927,20	3.820.904,98	3.230.606,29	3.268.370,06
set	2.687.347,82	2.481.132,64	2.845.497,84	3.030.426,26	3.957.645,23	3.046.920,49	3.338.557,07	3.020.922,60
out	2.642.212,61	2.455.405,02	3.187.616,52	2.877.268,90	3.508.363,06	3.202.347,83	3.111.918,27	6.400.404,86
nov	2.538.986,37	2.477.591,17	2.913.827,50	2.787.057,15	3.025.593,48	3.200.595,61	3.046.323,58	3.076.514,95
dez	2.895.436,65	2.895.551,30	2.798.344,01	2.982.662,93	3.618.936,66	3.325.912,69	2.896.088,77	2.894.375,79
Total	30.382.483,31	30.557.925,08	33.740.792,61	34.760.702,43	38.258.313,95	38.973.658,93	39.014.565,29	41.775.884,29
Média	2.531.873,61	2.546.493,76	2.811.732,72	2.896.725,20	3.188.192,83	3.247.804,91	3.251.213,77	3.481.323,69
CUSTEIO - PERÍODO								
Mês	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
jan	2.615.977,94	2.608.404,61	2.800.133,42	3.130.757,63	3.018.488,62	2.977.188,16	2.527.242,99	3.332.027,96
fev	2.599.552,04	2.525.962,83	2.850.949,14	2.836.231,87	3.152.475,90	3.064.286,67	3.115.036,10	3.625.229,92
mar	2.654.658,46	2.447.248,39	2.664.191,16	2.643.715,38	3.059.879,47	3.681.299,87	2.866.434,26	3.475.206,43
abr	2.262.663,62	2.182.329,19	2.459.449,01	2.788.056,36	2.749.792,49	3.232.695,26	3.166.738,12	3.844.581,84
mai	2.397.412,15	2.669.787,12	3.010.244,14	2.487.154,89	3.022.816,65	3.114.340,38	3.226.185,79	3.848.827,08
jun	2.498.610,43	2.552.601,64	2.658.177,36	2.696.673,66	2.849.484,20	3.385.292,21	3.149.533,93	2.789.354,27
jul	2.515.329,51	2.443.307,34	2.957.093,88	2.487.782,34	3.175.748,98	2.676.703,76	2.905.894,59	4.562.786,00
ago	2.677.218,27	2.778.020,11	2.773.605,93	2.630.058,85	3.489.006,57	3.244.582,43	4.409.200,38	3.201.915,71
set	2.627.186,81	2.580.074,09	2.832.267,51	2.794.439,94	3.429.678,92	2.791.116,41	3.181.374,77	2.788.238,44
out	2.663.533,77	2.393.367,88	3.184.564,29	2.985.555,37	3.381.016,63	3.159.575,16	3.058.007,50	6.226.827,17
nov	2.505.873,85	2.465.083,02	2.930.682,46	3.357.893,77	3.033.741,29	2.873.911,10	4.050.538,38	3.337.899,67
dez	2.983.782,70	2.743.231,79	2.805.919,67	3.476.807,03	3.092.481,32	3.268.744,27	3.742.472,60	2.853.527,88
Total	31.001.799,55	30.389.418,01	33.927.277,97	34.315.127,09	37.454.611,04	37.469.735,68	39.398.659,41	43.886.422,37
Média	2.583.483,30	2.532.451,50	2.827.273,16	2.859.593,92	3.121.217,59	3.122.477,97	3.283.221,62	3.657.201,86
Saldo Cx.Final	125.523,35	294.030,42	107.545,06	553.120,40	1.356.823,31	2.860.746,56	2.476.652,44	366.114,35



COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE BAURU

Av. Nações Unidas, n.º 30-31 – Fone (14) 3235 - 9222

CEP 17011-105 – Bauru - SP

CONTÁBIL

QUADRO I - DIREITOS				
Posição.....	Info Contábil.....	EM 31/12/12	EM 31/12/11	
Adiantamentos Diversos		3.046.436,46	2.044.494,23	
Seguro Empreiteiros		7.681,36	7.659,14	
Prestações a Receber		2.698.131,07	2.298.753,28	
Negociações a Receber		40.026.223,00	46.044.906,63	
Prestações Vencidas		186.855.709,91	177.772.928,97	(a)
Prestações a Receber - Inadimplência		(25.034.766,38)	(25.034.766,38)	(b)
Devedores Compr.(Conj.Hab.)		159.653.994,07	165.443.954,23	
Fgts a Receber		25.122,63	22.139,95	
Indeniz.Seguros a Receber		59.248.461,11	55.336.705,65	
Bens Imóveis Disp.p/Comerc.		8.350.726,17	5.871.364,84	(c)
Fcvs a Receber		430.744.238,72	402.107.083,66	(d)
Créditos C/Acionistas (Prefeitura)		498.954,99	497.513,38	(e)
Contratos firmados pela Cohab/Bauru		7.553.351,49	7.545.887,49	
Ações de Regresso - Ind.Perdas/Danos		519.290,95	357.355,38	
Lotes/Terrenos a Comercializar		33.131,10	34.344,05	(f)
Imobilizado/Investimentos		9.708.382,15	10.818.208,31	
Total		883.935.068,80	851.168.532,81	
Impostos a Recuperar		340.827,68	274.290,55	(g)
Outros Realizáveis - Longo Prazo		168.349,86	99.972,39	(h)
Outros Realizáveis - Curto Prazo		1.790.053,19	1.844.065,00	(i)
Total		2.299.230,73	2.218.327,94	
Posição..	Info Atual - Controle Interno..	EM 31/12/12	EM 31/12/11	
Caixa/Bancos		156.023,61	97.438,76	
Depósitos Vinculados/Disp.Trânsito		1.562.206,08	3.695.714,26	
Total		1.718.229,69	3.793.153,02	
Total do Ativo.....		887.952.529,22	857.180.013,77	

QUADRO II - OBRIGAÇÕES				
Posição.....	Info Contábil.....	EM 31/12/12	EM 31/12/11	
Fornecedores		238.770,42	219.263,03	
Impostos a Recolher		909.399,42	575.950,70	
Receb.p/Amortiz.Dívidas		36.704,46	25.019,85	
Parcelamento/Prov.p/IR e CS Diferidos		280.759,57	501.689,32	
Outros Exigíveis		3.584.337,49	2.865.112,80	
Prêmios de Seguros		98.998.627,54	92.749.506,14	(j)
Fcvs a Recolher		19.583.347,69	19.545.544,71	(l)
Prov.Ações Jud./Recl.Trabalhistas		24.629.675,68	20.130.590,86	(m)
Cauções e Retenções Contratuais		1.689.279,51	1.585.060,07	(n)
Res.Exerc.Futuros / Patrimônio Líquido		1.472.967,23	1.337.114,32	(o)
Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)		(63.424.821,12)	(56.951.812,43)	
Total		87.999.047,89	82.583.039,37	
Posição..	Info Atual - Controle Interno.....	EM 31/12/12	EM 31/12/11	
Obrig.relativas a empregados		779.488,23	659.989,24	(p)
Débitos C/Acionistas (Prefeitura Bauru)		5.489.539,12	5.031.307,37	(q)
CEF - Fase Retorno a Vencer		787.110.069,26	762.740.986,10	(r)
CEF - Desembolso bônus		6.574.384,72	6.164.691,69	(s)
Total		799.953.481,33	774.596.974,40	
Total do Passivo.....		887.952.529,22	857.180.013,77	

COMPOSIÇÃO DOS PRINCIPAIS VALORES

Existem diversos fatores operacionais em análise, portanto qualquer mudança no ambiente econômico de uma Companhia somente produzirá efeitos ao longo de períodos futuros.

CONJUNTOS HABITACIONAIS - SALDO A RECEBER		
A Receber	EM 31/12/12	EM 31/12/11
Devedores Compr.(Conj.Hab.)	159.653.994,07	165.443.954,23
Prestações a Receber	2.698.131,07	2.298.753,28
Prestações Vencidas	186.855.709,91	177.772.928,97
(*) Negociações a Receber	40.026.223,00	46.044.906,63
Bens Imóveis Disp.p/Comerc.	8.350.726,17	5.871.364,84
Fgts a Receber	25.122,63	22.139,95
Indeniz.Seguros a Receber	59.248.461,11	55.336.705,65
TOTAL.....	456.858.367,96	452.790.753,55
A Pagar	EM 31/12/12	EM 31/12/11
CEF - Fase Retorno a Vencer	148.709.696,99	194.479.809,97
CEF - Retorno Pend.Negociação	291.084.984,98	232.932.077,27
CEF - Desembolso bônus	6.574.384,72	6.164.691,69
TOTAL.....	446.369.066,69	433.576.578,93
CRÉDITO ESTIMADO.....	10.489.301,27	19.214.174,62

(*) Negociações a serem recebidas após o término do financiamento contratual do mutuário que realizou o acordo de parcelamento de prestações em atraso.

A Companhia continua aplicando medidas com o objetivo de recuperar e regularizar a situação dos mutuários inadimplentes.

Dentre estas medidas podemos destacar:

1) - Administrativas : Depuração dos Saldos ativos; Revisão dos saldos inativos; Sistematização da cobrança - emissão automática de cartas de cobrança, débito automático em bancos; Renegociação de vários empréstimos de financiamentos junto a Caixa Econômica Federal face ao término de prazo contratual; Negociações realizadas c/mutuários inadimplentes.



COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE BAURU

Av. Nações Unidas, n.º 30-31 – Fone (14) 3235 - 9222
CEP 17011-105 – Bauru - SP

2) – Jurídicas :

JURÍDICO	2008	2009	2010	2011	2012
Notificação extrajudiciais emitidas	2.151	1.077	4.039	2.847	2.441
Notificação extrajudiciais cumpridas	996	773	3.319	2.458	1.591
Ações Notificação judicial distribuídas	932	244	66	10	23
Ações Rescisão distribuídas	1.115	608	665	760	496
Processos com Sentença e Trânsito em Julgado	272	222	184	193	283
Acordos Judiciais	523	225	220	200	130
TOTAL	5.989	3.149	8.493	6.468	4.964

IMÓVEIS	2008	2009	2010	2011	2012
Retomados	204	226	161	208	264
Recomercializados	186	157	149	206	223
A Recomendizar	95	164	176	178	219

Créditos com Acionistas

Trata-se de valores de transações da Cohab Bauru envolvendo a sua principal acionista, Prefeitura Municipal de Bauru, e correspondente a despesas de obras, projetos etc.. conforme demonstrado.

Débitos Com Acionistas

Trata-se de valores de transações da Cohab Bauru envolvendo a sua principal acionista, Prefeitura Municipal de Bauru, representado substancialmente por valores de IPTU's (parcelamentos, lotes e imóveis).

CRÉDITO COM ACIONISTAS		
CRÉDITOS COM ACIONISTAS	EM 31/12/12	EM 31/12/11
Registro de Loteamento - Lotes Urbanizados	27.856,91	27.776,39
Iptu A Recuperar - Lotes Urbanizados	83.430,38	83.189,33
Conv.Pref.Bauru - Desfavelamento	247.040,52	246.326,85
Convênio 22/96 - Projeto Vila Olímpica	27.826,37	27.745,94
Conv.Pref.Bauru - Mutirão Leão XIII	98.073,89	97.790,54
PM.Bru. - Licitação/Carta Convite 07/98	14.726,92	14.684,33
TOTAL	498.954,99	497.513,38
DÉBITOS COM ACIONISTAS	EM 31/12/12	EM 31/12/11
Vale Compras	801.558,65	799.243,13
Combustível	138.613,28	138.212,82
IPTU - Imposto Predial e Territ.Urbano	4.088.699,37	3.649.574,89
Energização Bauru XXV	327.571,86	326.625,54
Iptus - Compensados	131.926,44	116.600,11
Contr.Melhorias Compensadas	1.169,52	1.050,88
TOTAL	5.489.539,12	5.031.307,37
CRÉDITO ESTIMADO	-4.990.584,13	-4.533.793,99

Seguros a Pagar

SEGURO A PAGAR		
A Receber	EM 31/12/12	EM 31/12/11
Crédito da Novação	0,00	0,00
TOTAL.....	0,00	0,00
A Pagar	EM 31/12/12	EM 31/12/11
Seguros - Prêmios Pendentes	98.998.627,54	92.749.506,14
Encargos s/atraso Seguros	0,00	0,00
TOTAL.....	98.998.627,54	92.749.506,14
VALOR A SER RENEGOCIADO.....	-98.998.627,54	-92.749.506,14
Vr.original estimado s/redução de juros		
Proposta Renegociação: 240 Parcelas	412.494,28	386.456,28 (*)
Sistematica estimativa de amortização de parcela - Tabela Price		

Trata-se de conta de valor devido à seguradora Excelsior S.A., relativo a prêmio de seguro, e que são faturados mensalmente para pagamento pela Companhia, tendo ou não o mutuário efetuado o pagamento da prestação.

a) A COHAB / BAURU não estava recolhendo mensalmente desde dezembro de 1997 até dezembro de 2002 os valores relativos aos seguros cobrados nas prestações dos imóveis dos mutuários, tendo promovido apenas o pagamento do parcelamento da dívida renegociada do período de julho de 1993 a julho de 1996.

b) De janeiro de 2003 até Dezembro de 2004, foram recolhidos os valores das faturas somente das parcelas efetivamente recebidas dos mutuários.

c) A partir de janeiro de 2005, a COHAB passou a recolher os valores referentes às parcelas efetivamente recebidas dos mutuários de forma total ou parcial.

d) O saldo devedor + juros devidos estão passando por um processo de batimento/depuração, que consiste em suma na realização de trabalhos técnicos de revisão dos valores das pendências referentes a prêmios de seguro e de regularização dos dados cadastrais do Estipulante e da Seguradora, para conciliação efetiva dos valores devidos e os valores cobrados e pagos, portanto conforme tratativas em andamento junto ao TESOURO NACIONAL E CEF e após a finalização deste trabalho de batimento será firmado acordo do seguro em questão.



CEF - Acordos

CEF - ACORDOS		
A Receber	EM 31/12/12	EM 31/12/11
Fcvs a Receber (Novação)	430.744.238,72	402.107.083,66
TOTAL.....	430.744.238,72	402.107.083,66
A Pagar	EM 31/12/12	EM 31/12/11
Fcvs a Recolher - Trimestral / Mensal	19.583.347,69	19.545.544,71
CEF - Novados	347.315.387,29	335.329.098,86
TOTAL.....	366.898.734,98	354.874.643,57
CRÉDITO FCVS ESTIMADO.....	63.845.503,74	47.232.440,09

A Receber

O FCVS - Fundo de Compensação de Variações Salariais foi criado através Resolução n° 25, do Conselho de Administração do extinto Banco Nacional da Habitação - BNH, em 16/06/67, e tem a finalidade de garantir o limite de prazo para amortização das dívidas dos financiamentos habitacionais, assumindo em nome do devedor (Mutuários) os descontos concedidos nas liquidações antecipadas e transferências de contratos de financiamento habitacional, e garantir o equilíbrio da Apólice de Seguro Habitacional, relativos aos contratos firmados com a CAIXA, datados até 23/04/93.

A Pagar

Segundo o artigo 6º da Lei 10.150/2000, os créditos, correspondentes às dívidas novadas poderão ser utilizadas para liquidação de dívidas vincendas perante o FCVS ou à CEF, decorrentes de operações vinculadas a financiamentos habitacionais, efetuadas no âmbito do SFH.

Situação Contratos com FCVS

*Total de Contratos Habilitados à 34.801 = R\$ 449.557.401,63
Contratos Validados.....à 30.888 = R\$ 420.756.814,86
Negativas de cobertura.....à 2.568 = R\$ 19.047.806,04*

O FCVS, criado em meados da década de 60, tem a finalidade de garantir a quitação dos saldos devedores dos financiamentos junto aos agentes financeiros na hipótese de



COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE BAURU

Av. Nações Unidas, n.º 30-31 – Fone (14) 3235 - 9222

CEP 17011-105 – Bauru - SP

existência de resíduo de saldo devedor após o término do prazo contratualmente ajustado.

Vale destacar que a previsão de atuação do referido fundo foi extinta por Lei em 1993. Assim sendo, os contratos celebrados após 1993 não mais contam com o benefício do FCVS.

Quando do término do prazo do financiamento dos contratos, transferências com a cobertura do fundo ou liquidações com desconto previstas pelo Roteiro de Análise do FCVS, os contratos são analisados e habilitados junto à administradora do FCVS - (Caixa Econômica Federal). Após o período requerido pela CEF, estes contratos recebem a situação de Homologados ou Negativa de Cobertura.

Homologados – O contrato será analisado para discussão ou aprovação dos valores apresentados entre CEF x AGENTE. Existindo a aprovação, os contratos entram na fase de contratos validados.

Negativa de Cobertura – O contrato será analisado em relação a problemas de esfera documental, e que se passíveis de recursos, serão revertidos na situação de homologados dentro das regras do FCVS, para posterior validação.

COMPOSIÇÃO PATRIMONIAL

Exercício	ATIVO				PASSIVO			
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE			CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE		PATRIMÔNIO LÍQUIDO
		Realiz.Longo Prazo	Investimentos	Imobilizado		Exig.Longo Prazo	Exercícios Futuros	
1999	46.764.640,12	585.888.754,85	4.875,69	939.782,72	32.495.901,17	559.741.039,44	42.028.880,43	(667.767,66)
2000	55.249.892,77	579.924.693,05	4.875,69	937.986,77	37.669.094,58	562.305.983,24	43.598.510,81	(7.456.140,35)
2001	58.104.134,07	580.502.244,37	4.875,69	1.127.360,61	51.926.350,72	561.230.772,43	46.854.943,74	(20.273.452,15)
2002	63.890.171,16	581.752.875,70	4.875,69	1.110.153,01	72.403.713,52	564.159.183,70	47.276.891,56	(37.081.713,22)
2003	66.662.837,73	593.255.185,93	4.875,69	1.037.932,44	52.734.450,79	612.895.070,94	39.698.789,48	(44.367.479,42)
2004	84.042.746,47	585.990.643,45	4.875,69	981.633,97	58.421.649,30	623.868.364,79	34.684.655,44	(45.954.769,95)
2005	107.437.418,34	585.454.727,43	4.875,69	836.622,17	62.081.901,14	642.986.095,33	31.789.845,03	(43.124.197,87)
2006	134.507.719,68	580.510.555,26	4.875,69	5.039.960,22	71.445.869,59	657.208.182,40	29.305.270,39	(37.896.211,53)
2007	155.865.001,56	570.246.282,24	4.875,69	11.707.638,29	81.396.996,62	665.521.428,49	21.354.225,63	(30.448.852,96)
2008	228.209.998,87	590.303.062,95	4.875,69	11.577.846,05	106.730.940,79	735.935.195,19	4.161.251,63	(16.731.604,25)
2009	216.778.791,16	597.602.982,80	4.875,69	11.498.915,91	112.788.037,50	728.950.440,03	593.550,92	(16.446.462,89)
2010	230.665.146,46	595.601.249,97	4.875,69	11.325.832,99	127.782.488,74	747.348.943,73	1.306.260,12	(38.840.587,48)
2011	239.726.170,77	606.635.634,69	4.875,69	11.325.832,99	127.782.488,74	747.348.943,73	1.306.260,12	(38.840.587,48)
2012	250.332.691,52	627.911.455,55	4.875,69	9.703.506,46	143.280.306,73	806.624.076,38	1.472.967,23	(63.424.821,12)

INDICES

INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS								
Título	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006	2005
Liquidez								
Geral (AC+RLP/PC+ELP)	0,9246	0,9272	0,9442	0,9675	0,9713	0,9721	0,9813	0,9827
Imediata (Disponível/PC)	0,0026	0,0188	0,0250	0,0150	0,0084	0,0060	0,0058	0,0028
Corrente (AC/PC)	1,7472	1,7808	1,8051	1,9220	2,1382	1,9149	1,8827	1,7306
Seca (Ativo Circulante-Estoques/PC)	1,7471	1,7807	1,8049	1,9218	2,1380	1,9145	1,8823	1,7304
Estrutura								
Imobilização do Patrimônio Líquido (AP/(PL-Res. Reaval))	-17,43%	-22,53%	-38,54%	-167,83%	-165,78%	-56,99%	-14,73%	-1,95%
Participação do Capital de Terceiros (PC+ELP/(PL-Res.Reaval))	-1705,44%	-1900,62%	-2976,49%	-12280,23%	-12061,14%	-3634,48%	-2128,06%	-1634,97%
Composição da dívida (PC/PC+ELP)	15,08%	14,75%	14,60%	13,40%	12,67%	10,90%	9,81%	8,81%
Rentabilidade								
Margem Operacional Bruta (LB/ROL)	18,31%	-18,63%	-21,49%	13,48%	17,61%	16,79%	16,55%	22,10%
Margem Operacional Líquida (LPO/ROL)	-11,93%	-31,01%	-32,57%	0,14%	3,71%	2,60%	4,50%	8,95%
Margem Líquida (LPLE/ROL)	-7,71%	-29,85%	-32,83%	0,45%	4,57%	2,14%	3,55%	6,54%
Giro do Ativo Operacional (ROL/(TA-Invest.-Empréstimos a PFPJ colgadas)médio)	9,46%	7,09%	8,14%	7,74%	7,37%	6,67%	6,34%	6,23%
Retorno sobre o Ativo Operacional (MOLxGAO)	-1,13%	-2,20%	-2,65%	0,01%	0,27%	0,17%	0,29%	0,56%
Retorno sobre o Ativo Total (LPLE/TA médio)	-0,73%	-2,12%	-2,67%	0,03%	0,34%	0,14%	0,23%	0,41%
Endividamento								
Quociente de Endividamento (PC-ELP/PC+ELP+PL)	1,0715	1,0665	1,0464	1,0199	1,0203	1,0425	1,0549	1,0651
Necessidade Financeira								
NLCDG - necessidade líquida de capital de Giro (ACO-PCO)	107.052.384,79	105.106.220,94	102.882.657,72	103.990.753,66	121.479.058,08	74.468.004,94	63.061.850,09	45.355.517,20
NCGCT - necessidade de Cap de giro a cobrir c/ter.(NLCDG-CCP)	160.768.823,76	151.239.825,06	130.392.536,52	108.933.424,95	126.627.940,39	93.204.343,92	95.913.225,71	87.638.217,21
CCL - capital circulante líquido (AC-PC+DES)	107.026.884,22	105.084.497,54	102.865.281,62	103.967.977,28	121.454.348,28	74.448.260,39	63.052.100,48	45.340.269,64
FLP - fluxo de longo prazo (ELP-RLP)	178.712.620,83	171.539.127,36	151.747.693,76	131.347.457,23	145.632.132,24	95.275.146,25	76.697.627,14	57.531.367,90
CCP - capital Circulante próprio (PL-AP)	(53.716.438,97)	(46.133.604,12)	(27.509.878,80)	(4.942.671,29)	(5.148.882,31)	(18.736.338,98)	(32.851.375,62)	(42.282.700,01)
Caixa das Operações (LPLE+/-RNOp+Depreciação)	(2.697.011,11)	(17.223.042,71)	(22.378.102,45)	685.420,04	3.885.126,01	1.562.259,84	2.133.574,58	3.083.891,27
Folga Financeira (AC+RLP/PC+ELP+REF)	92,31%	92,59%	94,28%	96,68%	96,66%	94,51%	94,33%	94,03%
Prazo pagto PCF (PCF/Caixa das operações)	-5312,56%	-781,63%	-571,02%	16455,32%	2747,17%	5210,21%	3348,65%	2013,10%
Prazo pagto dívidas LP(Div.financ.de LP/Caixa das operações)	-299,0807392	-45,18218849	-33,39643946	1063,509086	189,4237647	425,9991913	308,031502	208,4983026
NCGCT/PL	-253,48%	-265,56%	-335,71%	-662,35%	-756,82%	-306,10%	-253,09%	-203,22%
CCP+FLP/NLCDG	116,76%	119,31%	120,76%	121,55%	115,64%	102,78%	69,53%	33,62%
Margem Financeira (Caixa das operações/ROL)	-3,21%	-28,33%	-32,81%	1,07%	6,35%	3,17%	4,68%	7,14%
Ciclo								
Contas à Receber (Créditos a Rec.médio/ROBx360)	1.065,82	1.396,73	1.194,04	1.204,74	1.330,90	1.128,27	1.049,79	886,20



METAS E AÇÕES DA GESTÃO

A) - Renegociação da Dívida do Seguro Habitacional (SH/SFH)

A Companhia não recolheu de 12/1997 até 12/2002, os valores relativos aos seguros cobrados nas prestações dos imóveis; e a partir de 01/2003, passou a recolher o valor referente às parcelas efetivamente recebidas dos mutuários de forma parcial ou total a seguradora.

O processo de renegociação desta dívida se iniciou com a realização de trabalhos técnicos de revisão dos valores das pendências referentes a prêmios de seguro e de regularização dos dados cadastrais do Estipulante e da Seguradora (ambos em fase adiantada de implementação), para conciliação efetiva dos valores devidos e os valores cobrados e pagos.

A metodologia a ser aplicada nos contratos basear-se-á nos parâmetros e condições que regem as Normas e Rotinas da Apólice do Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação e nos termos da Resolução do Conselho Curador do FCVS nº193/06, em fase de regulamentação na Caixa.

Através da correta quantificação da dívida relativa aos prêmios de seguro, poderemos (se devido) efetuar a renegociação e o parcelamento dos débitos do Estipulante perante o Seguro Habitacional do SFH.

Com a regularização do Seguro, a Companhia beneficiar-se-á principalmente da liberação dos Sinistros Represados e da liberação dos Lotes de Novação do FCVS, proporcionando a amortização destes valores nos Contratos de Empréstimos que estão em fase de retorno junto a CEF, e que começam a apresentar decurso de prazo (término do financiamento); e que por ainda apresentarem valores residuais estão sendo renegociados com prazos menores e taxas maiores junto a Caixa Econômica Federal.

B) – Batimento Cadastral do Seguro Habitacional – SFH

Para formalização do acordo de parcelamento de débitos com SH-SFH seguimos a Medida Provisória nº. 2.181-45, de 24 de agosto de 2001, regulamentada pela Resolução CCFCVS nº. 133/2002, com as alterações introduzidas pela Resolução CCFCVS nº. 193/2006.

Providências em Andamento:

- Depuração dos contratos de financiamentos ativos conforme o roteiro de análise do FCVS;



COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE BAURU

Av. Nações Unidas, n.º 30-31 – Fone (14) 3235 - 9222

CEP 17011-105 – Bauru - SP

- Busca junto à prestadora de serviços responsável pelo sistema de gerenciamento de crédito imobiliário, do desenvolvimento de novos programas auxiliares ao sistema que faça a importação dos dados dos contratos já habilitados na CEF;
- Levantamento do valor real do débito, em razão das divergências cadastrais entre a Cohab e a Seguradora;
- Apuração de todos os valores pagos de MIP comparando com os valores depurados, ou seja, que deveriam ser pagos;
- Análise da documentação, depuração de todos os contratos inativos e ativos, e convocação dos mutuários correspondentes para esclarecimentos e implantações no sistema.

Realização das correções e suas dependências:

- Somente após termos todos os contratos depurados e implantados no sistema (Bat.Cadastral) teremos condições de apurar o valor real do débito e aplicar as correções monetárias e capitalizações conforme Circular SUSEP nº. 111, de 03 de dezembro de 1999.
- Convocação dos mutuários – Atuamos em 87 municípios do Estado de São Paulo;
- Aguardar os resultados e os prazos legais para decisão final das ações judiciais que mutuários movem contra a Cohab e as ações judiciais que a Cohab move contra os mutuários;
- Aperfeiçoamento do sistema operacional para processamento dos dados obtidos e demonstração das diferenças pagas de prêmios de seguro habitacional em toda a evolução de cada contrato de financiamento, por mês e por ano em todo período que a dívida foi constituída.

C) - Finalização Acordo Extrajudicial e Judicial – Constr. x Cohab x CEF

- A Companhia vem buscando e mediando através de contatos e negociações junto a CEF e Construtoras, alternativas para a superação do litígio de ações pleiteando o pagamento de diferenças de correção monetária sobre valores de faturas e retenções contratuais realizadas quando da construção de diversos Conjuntos Habitacionais.

D) - Renegociação de Empréstimos com Decurso de Prazo (CEF)

Relativo a diversos Contratos de Empréstimo de Financiamento vinculados ao SFH, e que foram destinados à construção, comercialização e financiamento de conjuntos habitacionais através da utilização de recursos do FGTS;

Firmados pela Cohab/Bauru junto a CEF, mediante Instrumento de Compromisso de Compra e Venda, na qual a CAIXA comparece como interveniente anuente e credora hipotecária, e também, cessão fiduciária dos direitos decorrentes dos contratos de



promessa de compra e venda das unidades construídas, com prazo de amortização e juros fixados contratualmente;

CRONOLOGIA DOS ACONTECIMENTOS ATUAIS

Os contratos de financiamento com prazo médio de 20 a 25 anos começaram a findar o seu período de retorno ou como é comumente conhecido no mercado habitacional, começaram a decursar, e devido às sistemáticas, particularidades e peculiaridades próprias das evoluções dos financiamentos; influenciados por efeitos governamentais de cunho legal, e do próprio mercado dos mutuários, geraram saldos devedores residuais - no seu término de prazos originais - os quais, legalmente se tornam imediatamente exigíveis e provocam o enforcamento das operações financeiras da companhia.

Dentre os vários motivos legais e mercadológicos que provocaram a situação de falta de caixa no momento do decurso dos prazos, podemos destacar os seguintes itens:

Legislação: *Emanhada teia legislativa protecionista cria e altera dia-a-dia a política habitacional do país. Editam-se novas leis criando benefícios ao mutuário, sem que sejam criados mecanismos (no mesmo tempo) que permita a segurança e continuidade das operadoras da habitação. Leis complexas e de difícil entendimento comum são discutidas em juízo pelos mutuários, divididos basicamente em dois grupos:*

a)- Aqueles que realmente tem direitos adquiridos, e que conseguem reduzir os valores das suas parcelas, dos seus encargos e dos seus saldos devedores, causando prejuízo à Companhia, a qual não tem como repassar os efeitos das decisões judiciais ao órgão concedente do crédito, que é a CEF.

b)- Aqueles que não tem direito adquirido, mas que por conveniência “ajuntam-se aos achismos da vida”, e ao final da ação conseguem algum acordo para encerrar a questão; ou ainda perdem a ação (infelizmente poucos casos).

A falta dos seus pagamentos nas datas vencidas já causaram problemas financeiros e econômicos, sobretudo por conseguirem também no final um acordo, que lhes propicia o reparcelamento de sua dívida. Em um como noutro já ocorreram perdas para a Companhia, que é obrigada a repassar os valores relativos das inadimplências a CEF, mesmo que não tenha recebido os valores das prestações.

A Cohab só conseguirá o equilíbrio do seu fluxo financeiro no final dos recebimentos das parcelas repactuadas.

Descompasso das Receitas: *(a) A situação econômica e financeira caótica e inflacionária que penalizou – por muitos anos – o nosso país nas últimas décadas,*

causando altos índices de rotatividade do quadro funcional das empresas e do desemprego. (b) O formato operacional de várias das gestões passadas – da Cia – que contribuiu por formar e consolidar o censo comum – incorreto - nos mutuários do Sistema Habitacional Nacional e em especial na população atingida pelas operações da Cia; de que as dívidas e saldos devedores proveniente da construção de imóveis de conjuntos habitacionais, por fazerem parte da política habitacional de cunho social não seriam cobrados; ressaltando que este tópico não é privilégio da COHAB Bauru, mas do sistema habitacional como um todo, e que isto provocou o aumento da inadimplência até entre aqueles que tinham condições de honrar os pagamentos. (c) Que muitos dos atos operacionais e decisões de antigas diretorias foram cumpridos de forma obrigatória em virtude da Lei Federal (com foco em uma política paternalista de cunho social) e das rotinas internas de depurações de contratos de mutuários, dos recálculos, sinistros, quitações, transferências, novações; os quais em muitos casos dependem tão somente de decisões judiciais que por assim fogem ao livre arbítrio da gestão da Cia; sendo que estes atos influenciam os valores das parcelas vencidas e saldos devedores vincendos e o fluxo de caixa e a geração de receitas. (d) Que dia-a-dia a Cia cumpre rotinas de revisão de conceitos, dados cadastrais e financeiros, aplicando as regras aplicáveis no momento, as quais por terem sido alteradas após a assinatura dos contratos de financiamentos – ativos e passivos – se contrapõem às regras praticadas originalmente; por força de mudanças contemporâneas na política habitacional imposta pelo Governo Federal que é o seu Gestor Maior; e que tudo isto provoca como consequência imediata e lógica o aumento e/ou redução de juros e índices de atualização aplicados anteriormente; repercutidos nos valores das parcelas e dos saldos devedores. Ressaltamos ainda que regularizações de atos geradas em virtude de decisões e práticas administrativas e operacionais de períodos anteriores não podem ser repassadas aos contratos com a CEF; e então são fatores que oneram dia-a-dia o resultado e as finanças da Cohab, causando prejuízos irreparáveis.

Utilização Créditos FCVS no Acordo Cohab x CEF – 2003: (a) *Que a Cohab celebrou com a CEF em 26/03/2003 um acordo quando renegociou e confessou uma dívida de R\$ 601.023.459,64, da qual o valor de R\$ 17.812.754,39 relacionava-se à dívida vencida e o de R\$ 583.210.705,25 a dívida vincenda. (b) Que a dívida confessada consolidou renegociação para a amortização de 20 conjuntos, no valor de R\$ 181.484.355,36, quando a COHAB efetuou o pagamento a CEF com a utilização de títulos CVS existentes na época, oriundos da novação dos créditos da Cia. até aquela data, caucionados juntos ao FCVS. (c) Que diante da necessidade de redução dos repasses, a Diretoria da época, optou por utilizar estes créditos CVS nas amortizações dos contratos com os maiores comprometimentos + os de maiores taxas de financiamento, e os empreendimentos considerados como problemas. (d) No valor renegociado de Bauru foram incluídos 6 conjuntos: Jd. Nova Esperança II, Edson Francisco Silva, Mary Dota, Pastor Arlindo*

Viana, José Regino, Procred IV, que representaram 52% do valor da renegociação da dívida consolidada, ou seja, R\$ 94.487.436,32. (e) Portanto que para que isto fosse possível, ocorreu a utilização de estoques de créditos CVS pertencentes a outros conjuntos habitacionais.

CONTRATO CEF	DATA ASSINAT.	PRAZO Pzo/Parc.	DECURSO PRAZO	Nº NÚCLEO	LOCALIDADE	NOME DO NÚCLEO	QUANT. UNID. CONST.	COHAB x MUTUARIO		COHAB x CEF		TAXA JUROS C.E.F.
								Saldo a Receber S/FCVS	FCVS	Prestação (A)+(J)	Saldo Devedor	
095-2	24/02/1970	279-279	Mar/2003	002	PIRATININGA	Pe.UNZUÊ	61	0,00	0,00	73,18	12.883,63	4,00
3426-28	04/08/1978	294-283	Fev/2004	033	BAURU	N.ESPERANÇA	400	108.791,75	470.270,97	1.152,74	594.854,20	0,50
12840-35	09/12/1984	300-209	Out/2010	107	BARRETOS	BARRETOS III	406	779.155,15	5.505.214,33	28.204,36	11.602.193,17	4,60
12182-66	11/08/1983	300-210	Set/2010	105	SJRPRETO	SÃO DEOCLESIANO	882	1.057.197,61	17.520.600,85	23.802,88	13.126.901,44	4,70
13571-32	03/05/1984	249-152	Abr/2011	108	QUATÁ	PROHEMP	315	820.654,88	5.996.968,00	18.201,34	5.138.165,60	5,30
17704-05	24/10/1986	300-161	Out/2014	142	BAURU	EDSON F. SILVA	937	12.946.103,33	164.805,48	33.098,23	9.829.371,31	2,60
19490-64	26/02/1988	300-151	Ago/2015	153	BEBEDOIRO	RESID. FRANCISC.	280	18.704.621,06	104.379,41	53.611,76	14.661.798,08	6,80
19453-83	24/02/1988	300-146	Jan/2016	154	BAURU	MARY DOTA	3638	75.860.283,83	1.422.553,63	350.164,49	61.378.627,81	3,90
20948-29	08/03/1990	300-134	Jan/2017	157	LINS	PQ.ALTO BOA VISTA	347	6.356.764,51	59.475,88	34.499,87	4.108.870,82	5,50
21100-54	23/07/1990	300-134	Jan/2017	160	PIRATININGA	PIRATININGA IV	198	1.355.433,68	27.566,70	10.610,67	1.368.670,06	3,60
21129-69	28/09/1990	300-100	Fev/2018	176	MARILIA	MONS.JOÃO TOFOLI	414	3.502.287,62	126.321,01	26.710,84	3.306.644,07	3,90
23289-67	11/10/1991	300-114	Set/2018	182	BAURU XXII	P.ARLINDO VIANA	484	7.790.598,27	108.299,91	44.326,61	6.094.412,68	5,00
23501-89	31/10/1991	300-101	Out/2019	191	ASSIS	ASSIS IV	577	5.762.610,42	492.337,88	36.982,35	4.994.134,52	4,10
24161-66	30/12/1991	300-101	Out/2019	192	COLINA	COLINA III	315	4.910.910,67	144.242,80	23.637,72	3.470.193,38	4,60
23593-15	29/11/1991	300-100	Nov/2019	195	SÃO MANUEL	SÃO MANUEL III	629	7.538.476,98	446.205,18	49.224,99	6.502.806,78	4,60
23720-21	13/12/1991	300-094	Mai/2020	198	BEBEDOIRO	BEBEDOIRO III	888	13.961.201,46	430.510,40	76.817,18	10.792.416,25	4,70
24216-46	30/12/1991	300-091	Ago/2020	199	SJBARRA	JOÃO MATARRAIA	687	9.386.152,39	207.053,56	55.917,04	7.730.502,85	4,40
24102-25	30/12/1991	300-090	Set/2020	200	BAURU	JOSÉ REGINO	1014	17.955.917,28	475.325,66	105.387,08	14.517.480,88	5,10
52885-72	23/06/1997	240-062	Jan/2018	207	BAURU	PROCRED IV	182	2.997.531,08	8.965,88	19.220,63	2.072.689,44	5,21
29752-50	08/03/1994	220-108	Jul/2012	000	DEPUR.DIVIDA			0,00	0,00	1.049,92	180.738,39	3,10
TOTAL							12654	191.794.691,97	33.711.097,53	992.693,88	181.484.355,36	

% 1)-COMPOSIÇÃO

52,06%	Bauru	94.487.436,32
47,94%	Demais Cidade	86.996.919,04
100,00%	Dívida Vincenda	181.484.355,36

 Pertencente
ao Conjunto

Divida Vencida	17.812.754,39
Divida Vincenda	181.484.355,36
Total.....	199.297.109,75

3)-UTILIZAÇÃO DOS CRÉDITOS

Total Dívida	199.297.109,75
Crédito do Conj.	33.711.097,53
Diferença.....	165.586.012,22

**% de
Utilização 2)-CRÉDITO FCVS DIVERSOS CONJUNTOS**

100,00%	Créditos Novação	231.861.484,52
85,96%	Dívida Consolidada	199.297.109,75
14,04%	Sobra Novações.....	32.564.374,77

 Utilização de créditos pertencente
a outros conjunto habitacionais

33.711.097,53	16,91%
165.586.012,22	83,09%
199.297.109,75	100,00%



COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE BAURU

Av. Nações Unidas, n.º 30-31 – Fone (14) 3235 - 9222

CEP 17011-105 – Bauru - SP

Contratos em fase de decurso de prazo os quais devem ser renegociados por demonstrarem elevados saldos residuais remanescentes para retorno ao FGTS, e para os quais não possuem estoques de créditos FCVS para utilização em sua amortização, destacando que o valor original dos decursos era de R\$ 185.756.127,50, e o valor posicionado e atualizado até 31/12/12 já monta em R\$ 291.085.597,08.

Os contratos que agora devem ser renegociados não tiveram seus créditos de direito de FCVS utilizado em sua amortização, em virtude disto agora demonstram elevados saldos residuais remanescentes para retorno ao FGTS.

DECURSO PRAZO - 07/2008 A 11/2012				Memoria cálc.	31/12/2012							
				Divida total.....	291.085.597,08							
Taxa	6%	12%										
periodo	120	meses										
Contrato firmado em:	31/12/2012	20,618541620										
				Vr.Original	Vr.Atualizado	Juros	Jr.Rem.	Tx.Imp.	Vr.Total			
1	079	0006874-20	PIRATIN-O.FERNANDES	08/07/2008	1.637	1,70%	870.757,70	906.413,74	1.284,09	70.167,57	533.588,56	1.511.453,96
2	080	0004036-22	NOVA MARILIA-IV	08/07/2008	1.637	2,90%	33.828.223,76	35.213.431,71	85.134,81	4.654.802,36	21.801.221,62	61.754.590,50
3	081	0005750-15	TUPA II	08/07/2008	1.637	0,70%	771.402,74	802.990,37	468,42	25.574,54	452.375,86	1.281.409,19
4	093	0008981-68	RIBEIRAO BONITO I	08/04/2009	1.363	2,20%	178.548,53	183.066,48	393,08	15.281,17	90.294,54	289.035,27
5	044	0009714-49	DIVERSOS-AMPLIACAO	08/05/2009	1.333	2,30%	2.709.761,50	2.777.133,65	5.322,84	236.964,82	1.341.629,54	4.361.050,85
6	098	0009719-91	TANABI-JD.CENTENARIO	08/06/2009	1.302	3,10%	8.498.157,82	8.704.958,99	22.526,88	978.496,63	4.212.396,41	13.918.378,91
7	094	0005202-76	BOTUCATU-HUMB.POPOL	08/07/2009	1.272	2,80%	18.836.922,64	19.281.273,87	44.989,64	1.912.011,67	9.005.028,68	30.243.303,86
8	095	0005791-09	VOTORANTIM I	08/10/2009	1.180	4,20%	22.260.412,33	22.762.312,81	79.707,96	3.144.584,86	10.221.398,22	36.208.003,85
9	097	0010940-32	PEREIRA BARRETO I	08/10/2009	1.180	4,40%	7.201.016,62	7.363.376,31	26.999,05	1.065.856,36	3.326.117,81	11.782.349,53
10	100	0011000-13	AGUDOS-J.B.R.MATTOS	08/12/2009	1.119	4,40%	9.588.898,59	9.803.910,17	35.947,68	1.345.764,56	4.172.237,16	15.357.859,57
11	096	0011503-86	BARRETOS I	08/12/2009	1.119	4,50%	18.509.622,04	18.924.662,73	70.967,49	2.657.013,78	8.076.436,22	29.729.080,22
12	101	0009790-76	NH.EDSON B.GASPARINI	08/01/2010	1.088	4,10%	25.680.829,34	26.245.860,73	89.759,50	3.263.275,97	10.734.533,03	40.333.429,23
13	103	0010831-28	CONCHAS I	08/03/2010	1.029	4,20%	1.967.171,93	2.010.107,81	7.035,38	242.158,04	774.940,33	3.034.241,56
14	106	0011508-93	SAO MANUEL I ST.II	08/06/2010	937	4,00%	9.725.654,36	9.925.597,01	33.144,78	1.036.815,68	3.434.279,12	14.429.836,59
15	114	0014701-17	JAU-POTUNDUVA	08/02/2012	327	5,10%	1.338.474,23	1.341.193,15	5.700,08	62.394,83	153.612,40	1.562.900,46
16	110	0015576-69	MARACAI II	08/08/2012	145	3,70%	1.653.643,31	1.653.802,50	5.099,23	24.722,25	81.375,16	1.764.999,14
17	115	0015719-08	LENCOIS PAULISTA IV	08/08/2012	145	4,30%	4.343.854,74	4.344.272,90	15.566,98	75.510,01	214.375,25	4.649.725,14
18	111	0015747-91	POMPEIA-T.BACARAT	08/08/2012	145	4,40%	3.751.394,62	3.751.755,75	13.756,44	66.733,25	185.225,20	4.017.470,64
19	109	0015813-92	REGINOPOLIS II	08/08/2012	145	4,50%	1.341.369,54	1.341.498,67	5.030,63	24.405,85	66.261,87	1.437.197,02
20	113	0015848-30	FABIO TALARICO	08/08/2012	145	4,40%	6.395.968,58	6.396.584,28	23.454,15	113.777,35	315.801,10	6.849.616,88
21	112	0015449-64	TARUMA-PROHEMP	08/10/2012	84	4,30%	6.304.042,58	6.304.649,43	22.591,67	63.483,32	178.940,29	6.569.664,71
							185.756.127,50	190.038.853,06	594.880,78	21.079.794,87	79.372.068,37	291.085.597,08

(a) Reparcimento dos saldos devedores, vencidos e vincendos, correspondente a empréstimos firmados com o BNH e ou CAIXA, quando da construção de conjuntos habitacionais com prazo médio de 20 a 25 anos através de negociação garantida pela Prefeitura Municipal de Bauru, através da edição de um PROJETO DE LEI que autoriza o Poder Executivo a adquirir títulos CVS - titularidade do FGTS, mediante financiamento, para utilização em pagamento de dívidas de operações de empréstimos habitacionais da COHAB-Bauru, bem como a garantir operação de financiamento entre a COHAB-Bauru e a CEF - agente operador do FGTS em uma operação visando a liquidação de operações de empréstimos habitacionais, vencidos e vincendos. Que nesta decisão foram analisados as seguintes normativas do Conselho Curador do FGTS que autorizou negociações envolvendo a aquisição financiada de títulos CVS, para quitação



COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE BAURU

Av. Nações Unidas, n.º 30-31 – Fone (14) 3235 - 9222

CEP 17011-105 – Bauru - SP

de dívidas, ou prestar garantias: Resolução n.º 408 que prevê o parcelamento: prazo máximo de 78 meses e uma taxa de juros de 6% ao ano, a qual não é aplicável no caso da Cia, e as Resoluções 479 e 512, que são aplicáveis e mais benéficas, por permitirem prazo maior de financiamento (Até Dez/2026) e Juros mais benéficos (Média ponderada), permitindo expressivo alongamento da dívida, com a redução dos encargos da COHAB.

(b) Estimativa de Retorno – Execução Judicial

O Conselho Curador do FGTS através da gerencia regional da CEF está ingressando com ação de execução contra a Companhia e seu principal acionista, cobrando o pagamento imediato. Como o Fundo de Garantia do Trabalhador não pode sofrer prejuízo, o contrato que decursa (vence) e o resíduo tem de ser pago em parcela única.

A execução será realizada contrato a contrato até que se efetue o pagamento de toda a dívida pendente.

Mesmo na situação da COHAB ser declarada extinta, insolvente, ou colocada em liquidação, mesmo assim o dinheiro do trabalhador (que é do FGTS) será objeto de ação judicial, contra então os acionistas.

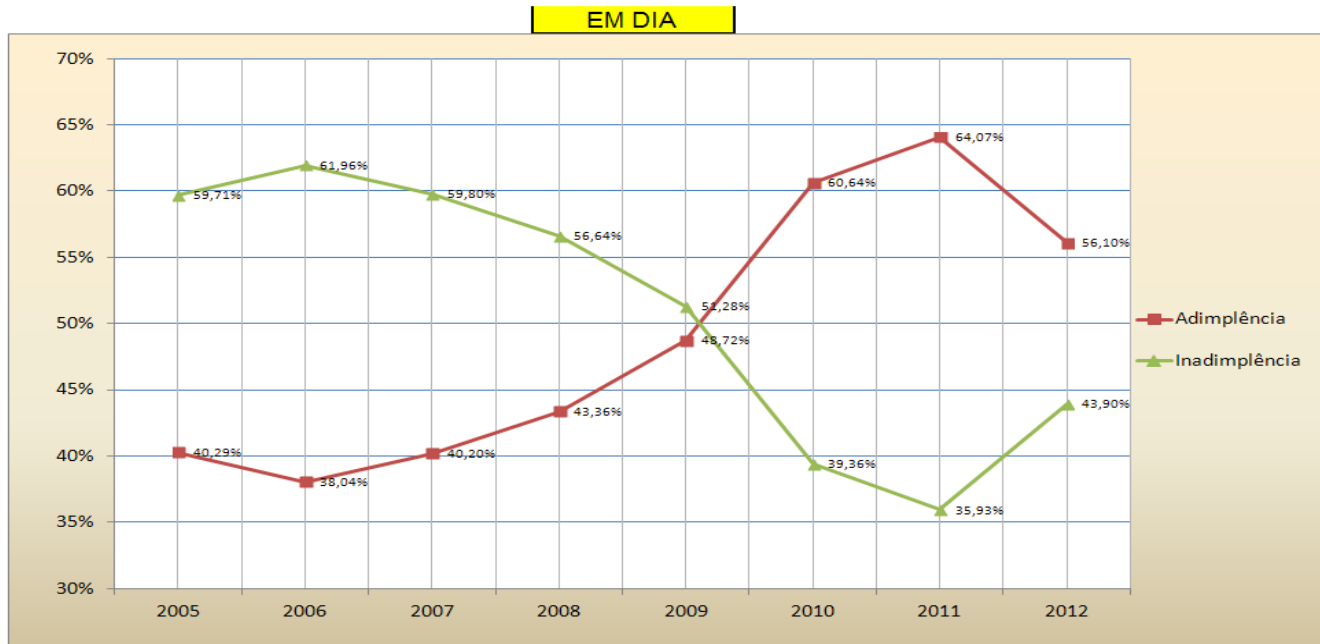
*A cobrança judicial alcança não somente a controladora, Prefeitura Municipal de Bauru, que detém 72,8% do Capital Social, mas sim, **todos os acionistas.***

As resoluções do Conselho Curador permitem - caso de parcelamento - não gerar risco de confisco de receitas ou bens municipais, e se houver acordo, suspende a execução.

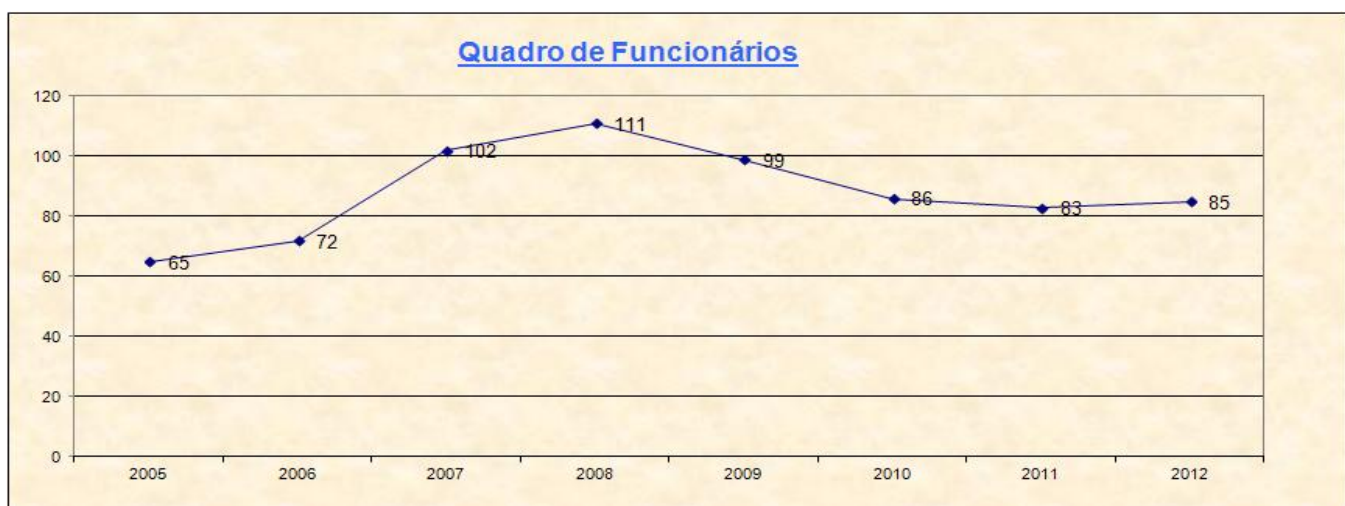
(c) Medidas operacionais sendo implantadas (iniciadas em 2005) objetivando o saneamento e a recuperação da capacidade financeira: Combate a inadimplência, redução das despesas do custeio administrativo, cobrança das diferenças apuradas na depuração, reversão das negativas de cobertura FCVS, batimento cadastral do seguro habitacional, renegociação da dívida do seguro habitacional, finalização acordo – Constr. x CEF x COHAB.

- COMBATE A INADIMPLÊNCIA, dentro do âmbito Administrativo houve a intensificação das Depurações dos Saldos ativos; intensificação das Revisão dos saldos inativos; sistematização da cobrança - emissão automática de cartas de cobrança, flexibilização para realização de acordo de dívidas ainda não notificadas judicialmente, isto é, redução do valor da entrada para concretização de uma negociação (exigência atual - 30%); e renegociação e recuperação de créditos de valores residuais provenientes de contratos decursados, depurados, reativados que apresentam diferenças; e no âmbito Jurídico, a intensificação das ações de cobrança das inadimplências pelo

Jurídico Contencioso objetivando a agilização das recuperações de crédito, das notificações judiciais, e conseqüente reintegração dos imóveis.



*- **REDUÇÃO DAS DESPESAS DE CUSTEIO**, estão sendo avaliados e aperfeiçoados os mecanismos de coordenação e controle dos gastos, identificando possibilidades de redução das despesas e implementando medidas de racionalização; a promoção do comprometimento de todos os gestores e funcionários na redução das despesas; Gastos operacionais administrativos Redução e contenção de gastos e despesas com compras, manutenção e serviços gerais no que for possível; Empregados do quadro permanente; Recrutados e selecionados em concurso público e convocados por ordem de classificação para prover cargo no nível da carreira administrativa ou profissional.*



- **COBRANÇA DAS DIFERENÇAS APURADAS NA DEPURAÇÃO**, conforme instruções da CEF há necessidade da depuração de todos os contratos desde a data da assinatura até hoje, seguindo as regras do Roteiro de Análise do FCVS, para adequação da evolução financeira dos contratos aos diversos planos econômicos e/ou às alterações monetárias ocorridas ao longo dos financiamentos; sendo que a Divisão de depuração trabalha em conjunto com as demais divisões, a fim de atender às necessidades dos mutuários; quando na ocorrência de qualquer evento, como utilização do seguro, quitação do saldo devedor, amortização extraordinária do saldo devedor, recálculo das prestações, utilização de FGTS, transferência do imóvel, re-comercialização do imóvel, o contrato deve ser depurado com o objetivo de conferir a evolução do saldo devedor ao longo dos anos. Que houve a intensificação da cobrança das diferenças e resíduos apurados pela depuração do contrato, agilizando as recuperações de crédito, e se necessário o envio de notificações judiciais, com a conseqüente reintegração dos imóveis.

- **REVERSÃO DAS NEGATIVAS DE COBERTURA DO FCVS**, considerando que o FCVS, criado em meados da década de 60, tem a finalidade de garantir a quitação dos saldos devedores dos financiamentos junto aos agentes financeiros na hipótese de existência de resíduo de saldo devedor após o término do prazo contratualmente ajustado, e que o fundo foi extinto por Lei em 1993, e assim, os contratos celebrados após 1993 não mais contam com o benefício do FCVS foram intensificadas as providências de reversão das negativas, através de depuração documental e legal.

- **BATIMENTO CADASTRAL DO SEGURO HABITACIONAL**, intensificação dos procedimentos para início dos trâmites da **RENEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA DO SEGURO HABITACIONAL**, bem como o alongamento do prazo de amortização da dívida e redução das multas moratórias.

- **CONSTR. x CEF x COHAB**, a Cohab vem buscando e mediando através de contatos e negociações junto a CEF e Construtoras, alternativas para a superação do litígio de ações pleiteando o pagamento de diferenças de correção monetária sobre valores de faturas e retenções contratuais realizadas quando da construção de diversos Conjuntos Habitacionais.

SISTEMA DO CONTROLE INTERNO DA COHAB BAURU

Da Criação

A Cia criou, mediante Portaria da Presidência, o seu **Sistema Integrado de Fiscalização Financeira, Contabilidade e Auditoria da COHAB BAURU**, que foi regulamentado pelos seguintes Atos de Gestão:

Atividades a desenvolver:

Está em fase de elaboração a Portaria que será baixada pela Presidência da Cia complementando o arcabouço legal do assunto, definindo as regras do Sistema de Fiscalização da COHAB BAURU e a criação da UCI (Unidade de Controle Interno), da qual a Comissão de Controle Interno, já criada, faz parte, complementando e aperfeiçoando assim a Portaria anterior.

*Foi elaborada programação de reuniões e seminários para os vários públicos internos da Cia, primeiramente para os membros da Comissão do SCI, e em seguida para os funcionários em cargos de chefia/supervisão/gerência, a respeito de temas do **ATO DE CONTROLAR** e da **FUNÇÃO DE AUDITAR E RELATAR**, para em seguida proceder ao levantamento das áreas de risco (Matriz de Risco), elaborar o Plano de ação para os exercícios de 2013 e 2014 e iniciar o desenvolvimentos dos programas de auditoria, como das técnicas de emissão de relatórios, que será cumprida a partir do mês de maio de 2013, finalizando com a apresentação dos relatórios semestral e anual das atividades realizadas”. Ficou agendada a primeira reunião desta Comissão para o próximo dia 13 de maio de 2013.*

CONCLUSÃO

Todas as ações em andamento visam prioritariamente:

(a)-Saneamento financeiro e operacional da Cia.

(b)-Estabelecimento de uma operação sustentável que assegure o recebimento de todos os seus direitos.

(c)-Evitar a oneração das finanças públicas municipais, onde a prefeitura seria chamada à responsabilidade como controladora majoritária assumindo o endividamento e o ressarcimento dos prejuízos antigos; enfim, o parcelamento da dívida conjugada aos esforços para a redução de custos, otimização das receitas, realização de todos os ativos possíveis, aplicação de forma organizada e racional de recursos na quitação dos compromissos e cumprimento dos gastos operacionais, recuperação dos processos judiciais, e a recuperação de créditos com os mutuários possibilitará a continuidade dos negócios.

Ressaltamos também:

(a) existência de promessa pela CEF quanto a não aplicação da multa moratória de 12% pelo atraso na quitação dos decursados já enviados e que se encontram pendente de aprovação no Tesouro Nacional;

(b) a Cia conseguiu que a execução da dívida fique suspensa até a provação do Tesouro Nacional, permitindo assim celebração da renegociação junto a CEF.



COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE BAURU

Av. Nações Unidas, n.º 30-31 – Fone (14) 3235 - 9222

CEP 17011-105 – Bauru - SP

NOTAS EXPLICATIVAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Habitação Popular de Bauru – COHAB foi criada nos termos da Lei Municipal n.º 1.222, de 1º de abril de 1966, como sociedade de economia mista, sendo regida precipuamente pela Lei das Sociedades Anônimas, e devidamente constituída por Escritura de Constituição lavrada no 1º Cartório de Notas de Bauru, no dia 23 de setembro de 1966, no livro 341 às fls. 037vº, e registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) sob o n.º 335162, sediada atualmente na Av. Nações Unidas, n.º 30-31, Jd. Panorama, nesta cidade e comarca de Bauru (SP). Trata de verdadeira entidade integrante à Administração Pública Indireta do Município de Bauru, e é dotada de personalidade jurídica de direito privado, vez que instituída sob a forma de sociedade de economia mista prestadora de serviços públicos, bem como exercendo atividade econômica, sendo que durante toda a sua existência, a COHAB levou a efeito a construção de aproximadamente 65.000 (sessenta e cinco mil) moradias, distribuídas entre 84 (oitenta e quatro) municípios do Estado de São Paulo, sendo a grande maioria no município de Bauru (SP), onde construiu aproximadamente 18.000 (dezoito mil) casas para a população de baixa renda, distribuídas por 35 (trinta e cinco) núcleos nas mais diversas regiões da cidade. No plano da **Política Habitacional Brasileira** e sob o aspecto do **Sistema Financeiro de Habitação**, a COHAB é enquadrada juridicamente como **Agente Financeiro**, nos exatos termos da Lei n.º 4.380/64 e Resolução do Conselho de Administração do BNH n.º 63/66 (RC 63/66), **tendo por objetivo principal** o estudo e solução do problema da habitação popular de Bauru e Região, planejando, e executando mediante a promoção de construções, comercialização, alienação, dentre outros, consoante objetivos entalhados no artigo 3º e incisos, do seu Estatuto. Em relação ao Município de Bauru, nos exatos termos da Lei n.º 1.222/66 (Lei de Criação da COHAB) c.c. o artigo 10 de seu Estatuto, aliada às Resoluções n.º 67/92 e 82/92, ambas do CCFGTS, ele - Município de Bauru - é devedor solidário da Companhia de Habitação Popular de Bauru no que tange à dívida desta perante o Agente Operador do FGTS.

2. CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas segundo o **Plano de Contas do Sistema das Companhias de Habitação Popular**, em processo de aderência às novas regras contábeis, buscando a convergência com as atuais práticas contábeis adotadas no Brasil, conjugadas com as normas expedidas pela **Caixa Econômica Federal - CEF**, tendo em vista que a **COHAB BAURU** é **agente financeiro** do **Sistema Financeiro da Habitação – SFH**.

Em 28.12.2007, foi promulgada a Lei n.º 11.638, que altera alguns aspectos da Lei n.º 6.404/76, alterada posteriormente pela MP n.º 449, de 3.12.2008, convertida na Lei 11.941, de 27.05.2009. Esses pronunciamentos visam principalmente à harmonização das práticas contábeis adotadas no Brasil com os padrões internacionais de contabilidade emanados pelo IASB – International Accounting Standard Board. Em linha com as alterações das Leis n.º 11.638 e 11.941, o CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu ao longo dos exercícios de 2008 a 2012 Pronunciamentos Técnicos que alteraram algumas práticas contábeis adotadas no Brasil, às quais a Companhia aderiu naquilo que é aplicável. A Companhia, em análise, interpretação e aplicação desses novos dispositivos, não identificou a necessidade de mudanças estruturais nas suas práticas contábeis que produzissem efeitos relevantes nas suas demonstrações contábeis, e no que se refere aos conceitos relativos a ajustes a valor presente dos elementos dos ativos e passivos de longo prazo (carteira de prestamistas e de retorno à CEF), constatou não ser aplicável tal conceito, face às particularidades das suas operações.



COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE BAURU

Av. Nações Unidas, n.º 30-31 – Fone (14) 3235 - 9222

CEP 17011-105 – Bauru - SP

A Companhia elaborou a **Demonstração dos Fluxos de Caixa** pelo método indireto, partindo das informações contábeis e considerando as principais operações que tiveram influência nas disponibilidades.

3. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos entre outras transações, com a adoção de várias estimativas referentes às vidas úteis do ativo imobilizado, às provisões necessárias para passivos e à determinação de provisão para imposto de renda, entre outras; as quais, apesar de refletirem a melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia, podem apresentar variações, impostas pelo mercado, em relação aos dados e valores reais de realização ou liquidação dos ativos e passivos subjacentes.

3.1. Aplicações financeiras: são registradas pelo valor de aplicação; e quando aplicável, acrescidas dos rendimentos proporcionais auferidos até a data do balanço, não superando o valor de mercado, obedecendo a intenção e capacidade financeira da Companhia em mantê-las até o vencimento de seus prazos.

3.2. Ativos circulantes e não circulantes: são demonstrados pelo custo original acrescido dos rendimentos auferidos e, quando aplicável, ajustados por provisão para valor de realização ou recuperabilidade.

3.3. Ativo Permanente: o imobilizado está apresentado pelo custo corrigido monetariamente até 31/12/1995. A depreciação do imobilizado é computada pelo método linear, a taxas anuais estipuladas pela legislação fiscal, sendo Imóveis de uso, 4%; Móveis e Utensílios e Instalações Administrativas, 10%; e Veículos, Computadores e Periféricos, 20%. A administração avaliou a condição de recuperabilidade desses ativos e concluiu que não haver necessidade de constituir provisão para adequar seus valores.

3.4. Passivo circulante e não exigível: são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e variações monetárias “pró-rata” dia.

3.5. Empréstimos do Sistema Habitacional:

Os financiamentos junto a CEF registram os empréstimos vinculados ao Sistema Financeiro de Habitação (SFH), destinados à construção de conjuntos habitacionais, para repasse aos mutuários finais, através do agente financeiro COHAB BAURU, cedendo garantia em primeira e especial hipoteca transferível a terceiros, sobre os imóveis objetos de contratação, mediante Instrumento de Compromisso de Compra e Venda, com força de escritura pública, com pacto adjeto de hipoteca, na qual a CAIXA comparece como interveniente anuente e credora hipotecária, e também, cessão fiduciária dos direitos decorrentes dos contratos de promessa de compra e venda das unidades construídas. O agente, em garantia das obrigações assumidas nos contratos de Carta de Crédito, cede caução nos termos do Decreto no. 24.778, de 14 de julho de 1934, dos direitos creditórios decorrentes das hipotecas constituídas pelos mutuários finais.

Os recursos captados nos empréstimos em questão foram aplicados segundo a **Política Habitacional Nacional contemporânea às construções**, através da **construção de diversos núcleos**



COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE BAURU

Av. Nações Unidas, n.º 30-31 – Fone (14) 3235 - 9222

CEP 17011-105 – Bauru - SP

habitacionais; porém, hoje, mercê variados fatores sociais e econômicos, aos quais a COHAB Bauru não deu causa, a companhia não reúne capacidade financeira de saldar nos moldes que o sistema financeiro da habitação exige, isto é, à vista, principalmente porque existe um alto volume de parcelas – ao longo dos anos - a receber dos mutuários. Os empréstimos são amortizados em prestações mensais em prazo de até 30 anos, acrescidos de juros que variam de 1% a 8% ao ano. Os saldos apresentados no balanço estão líquidos das amortizações ocorridas até aquela data, e acrescidos da atualização e os juros "pró-rata", baseados na variação da UP (unidade padrão), e taxas contratuais apropriados até a data do encerramento do exercício, líquidos dos encargos financeiros contratuais vincendos.

Renegociação dos contratos:

As políticas governamentais destinadas à habitação popular e o modelo do Sistema Financeiro de Habitação sofreram diversas alterações e adaptações ao longo de sua história, quando foram criadas, por parte do Governo Federal, novas legislações que alteraram o "status quo" das cláusulas e condições iniciais, acrescidas de critérios distintos no tratamento dos financiamentos repassados entre **CAIXA – COHAB's – Mutuário**, em particular: i) data de assinatura do contrato; ii) data de vencimento da primeira prestação; iii) taxa de juros; e iv) data-base e índice de reajuste das prestações do mutuário/adquirente. Em função das sucessivas crises financeiras que agravaram o país e o povo brasileiro, neles inseridos os mutuários do Sistema Financeiro Habitacional, ocorreram gigantescas levas de relamações de mutuários inadimplentes no plano jurídico, os quais em sua grande maioria conseguiram, judicialmente, a redução do valor das prestações, do saldo devedor e das taxas de juros em alguns casos.

Estas duas situações (determinações legais e decisões judiciais), ditadas tão somente pelo ambiente externo (decisão do Governo Federal e de julgamento judiciais), ambas fora do controle de decisão da COHAB, causou o descompasso econômico e financeiro do seu balanço, na medida em que a sua carteira passiva – retorno do empréstimo ao FGTS - manteve a mesma qualidade e responsabilidade e a sua contrapartida – a carteira ativa – sofreu violento decréscimo, com perda das suas propriedades financeiras de retorno do capital emprestado aos mutuários. Nesse contexto, da somatória destes vetores, surgiu o desequilíbrio financeiro do Sistema conhecido como COHAB's.

A situação particular da COHAB BAURU nos últimos anos revela que muitos contratos de financiamentos decursaram – chegado ao fim do prazo contratual, sendo que em virtude do não abatimento, por parte da CAIXA, do saldo remanescente do mutuário coberto pelo FCVS no saldo remanescente devido pela COHAB BAURU, criou-se um descompasso – *desequilíbrio econômico e financeiro* - onde os valores recebidos dos mutuários não foram suficientes para quitar os empréstimos tomados para cada empreendimento.

Conforme Notas Explicativas 3.14, e 4.12; a COHAB BAURU tem Estoque de títulos FCVS represados, já habilitados e homologados pela CAIXA, no valor de R\$ 430.744.238,72. Trata de descontos já concedidos pela Cia aos seus mutuários (reduzindo assim a sua capacidade de fluxo de caixa), cumprindo a legislação, porém a mesma legislação que determina a concessão do desconto à vista no dia de HOJE, também determina que a Cia vá recuperar este dinheiro somente após longos anos, depois de procedimentos de revoluções por parte da CAIXA criando então um descompasso e desequilíbrio no seu fluxo de caixa e na realização das suas receitas. Se os descontos concedidos pela Cia por conta do FCVS fossem repostos pela CAIXA na mesma temporalidade e qualidade financeira,



COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE BAURU

Av. Nações Unidas, n.º 30-31 – Fone (14) 3235 - 9222
CEP 17011-105 – Bauru - SP

daquele concedido pela Cia aos mutuários, seriam suficientes para amortizar o valor dos contratos decursados.

Ao longo dos últimos anos a Administração envidou esforços no intuito de solucionar o problema de desequilíbrio entre seus recebimentos e pagamentos, e diante do decurso de prazo de diversos empreendimentos encetou deliberações nos foruns competentes objetivando a renegociação junto a CEF em relação aos financiamentos decursados, até que em 2009 concluiu a necessidade de contar com auxílio externo financeiro e recorreu à sua instituidora e controladora majoritária, Prefeitura Municipal de Bauru. Depois de exposições e deliberações junto àquele órgão, bem como junto à Câmara Municipal de Bauru, que delongaram vários meses permeados de extensas reuniões, a direção da Cia elaborou uma sugestão de operação garantidora que culminou na redação de uma **minuta de projeto da lei** visando autorizar o **poder executivo a adquirir títulos CVS**, de titularidade do Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - FGTS, mediante financiamento, **para utilização em pagamento de dívidas de operações dos empréstimos habitacionais decursados da COHAB BAURU**, bem como **garantir operação de financiamento entre a COHAB BAURU e a Caixa Econômica Federal**, como agente operador do FGTS para aquisição de títulos CVS, de titularidade do FGTS, destinados à **liquidação de operações de empréstimos habitacionais, vencidos e vincendos** junto àquele fundo.

Solicitou na época que a proposta de projeto de lei tivesse a abrangência dos contratos de financiamentos conforme quadro abaixo no total de R\$ 177.764.332,52 e fosse estudada e se acatada pela municipalidade, encaminhada à nobre **Câmara Municipal de Bauru**, sob a forma de projeto de lei de autoria do poder executivo, esperando que o processo culminasse na sanção e promulgação da lei autorizadora, justamente por ser esta a **principal condição dentre os requisitos exigidos pelo Conselho Curador do FGTS** para possibilitar o financiamento de obrigações junto ao FGTS em **condições financeiras que podem ser suportadas por esta companhia**.

A Municipalidade acatou a proposta e editou um Projeto de Lei em 16.08.2009, que, devidamente acompanhado de exposição de motivos, foi enviado para a Câmara Municipal de Bauru.

Relação dos contratos a serem renegociados - Motivo do Projeto de Lei						
CT	CONJ.	CONJUTO HABITACIONAL	CIDADE	ASSINAT.	Tx retorno	Saldo devedor
004036-22	080	NOVA MARILIA-IV	MARILIA	29/12/1978	2,9	40.684.527,82
005202-76	094	BOTUCATU-HUMB.POPOLO	BOTUCATU	21/12/1979	2,8	19.328.961,33
005750-15	081	TUPA II	TUPA	18/04/1980	0,7	903.062,10
005791-09	095	VOTORANTIM I	VOTORANTIM	30/04/1980	4,2	22.522.974,38
006874-20	079	PIRATIN-O.FERNANDES	PIRATININGA	23/12/1980	1,7	1.032.029,65
008981-68	093	RIBEIRAO BONITO I	RIBEIRÃO BONITO	12/01/1982	2,2	189.826,08
009714-49	044	DIVERSOS-AMPLIACAO	BAURU	28/04/1982	2,3	2.847.266,50
009719-91	098	TANABI-JD.CENTENARIO	TANABI	28/04/1982	3,1	8.841.117,07
010940-32	097	PEREIRA BARRETO I	PEREIRA BARRETO	05/11/1982	4,4	7.215.701,02
011000-13	100	AGUDOS-J.B.R.MATTOS	AGUDOS	16/11/1982	4,4	9.617.710,56
011503-86	096	BARRETOS I	BARRETOS	22/03/1983	4,5	18.476.135,30
209959-08	000	OUTROS CONTRATOS CEF	-	01/11/2006	6,0	6.625.001,44
209926-09	000	OUTROS CONTRATOS CEF	-	01/11/2006	6,0	253.034,97
210351-88	000	OUTROS CONTRATOS CEF	-	01/12/2006	6,0	773.927,60
231229-22	000	OUTROS CONTRATOS CEF	-	01/09/2007	6,0	8.836.602,01
271999-86	000	OUTROS CONTRATOS CEF	-	31/10/2008	6,0	29.616.454,69
						177.764.332,52
Posição 01/09/2009				Taxa Média.....	4,14800	

A autorização legislativa é primordial e de vital importância para a aquisição dos créditos de titularidade do FGTS, que seriam aplicados na quitação dos saldos devedores residuais de empréstimos habitacionais tomados pela COHAB BAURU há 20 ou 25 anos.



COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE BAURU

Av. Nações Unidas, n.º 30-31 – Fone (14) 3235 - 9222

CEP 17011-105 – Bauru - SP

Os recursos captados pela Cia junto à CEF nos empréstimos em questão foram aplicados no cumprimento da Política Habitacional Nacional contemporânea, através da construção de núcleos habitacionais.

As condições financeiras para a negociação do financiamento das dívidas da COHAB BAURU com a intervenção do município, na forma que a lei em voga autorizaria, eram, à época do pedido, mais favoráveis (taxas menores e prazos maiores) do que aquelas que se encontram abertas, atualmente, para a companhia firmar empréstimos de forma solitária. As operações seguiriam os moldes das Resoluções 479 e 512 e se mostram mais benéficas permitindo o elasticamento do prazo de financiamento para dezembro de 2026 e juros calculados pela taxa média ponderada dos valores dos contratos envolvidos, equivalendo a 4,148% e implicando em expressiva redução dos encargos da COHAB. O valor do encargo mensal projetado à época das negociações seria de R\$ 2.447.691,59, valor que estava dentro de um fluxo de caixa possível de ser cumprido.

Dentre os objetivos perseguidos com a operação destacam-se (i) redução da necessidade de fluxo de caixa da COHAB BAURU, (ii) equalizar a insuficiência de garantias e a permitir a liberação das hipotecas caucionadas ao FGTS, (iii) pagar a dívida com prazo elasticado e taxa de juros reduzidos, (iv) evitar que, na eventualidade de a COHAB não conseguir solver suas obrigações perante o FGTS, vir a Municipalidade ser obrigada, por solidariedade, suportar as dívidas e os prejuízos consequentes.

O projeto correu longamente nos trâmites na Câmara Municipal de Bauru, a qual aprovou parcialmente a operação com abrangência aos contratos abaixo citados, no total de R\$ 42.619.619,57, e condicionando à realização de uma auditoria independente objetivando afirmar se os valores cobrados pela CEF são corretos, quando então a Prefeitura Municipal de Bauru licitou e contratou os serviços de revisão.

Relação dos contratos autorizados renegociar pela Câmara Municipal						
CT	CONJ.	CONJUTO HABITACIONAL	CIDADE	ASSINAT.	Tx retorno	Saldo devedor
004036-22	080	NOVA MARILIA-IV	MARÍLIA	29/12/1978	2,9	40.684.527,82
005750-15	081	TUPA II	TUPA	18/04/1980	0,7	903.062,10
006874-20	079	PIRATIN-O.FERNANDES	PIRATININGA	23/12/1980	1,7	1.032.029,65
						42.619.619,57
Posição 01/09/2009				Taxa Média.....		4,14800

A empresa contratada encerrou seus trabalhos concluindo pela regularidade dos saldos contábeis registrados nos livros da Cia, exceto quanto à apropriação dos Juros de Mora – Taxa de Impontualidade – que faz parte da negociação encetada pela Cia, onde solicitou a sua isenção, com base em precedentes anteriores ocorridos com a Caixa e com várias COHABs, e que já havia sido noticiada nas Notas Explicativas de 2009 (9.A).

Diante do atraso na solução para o pagamento do retorno dos empréstimos já decursados, a CEF decidiu tomar medidas judiciais e promoveu Ações de Execução por quantia certa contra devedor solvente as quais correm na 1ª. Instância da Justiça Federal de Bauru, onde, na data da elaboração da presente Nota Explicativa, permanecem com efeitos de suspensão até que seja emitida Decisão Liminar do E. TRF da 3ª. Região, ou se ultimem os atos necessários à repactuação da dívida, que serão deflagrados através do pronunciamento da Camara Municipal de Bauru, sendo que o assunto – 1ª. Renegociação - ainda pende



COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE BAURU

Av. Nações Unidas, n.º 30-31 – Fone (14) 3235 - 9222
CEP 17011-105 – Bauru - SP

de decisão por parte da PGFN e em seguida da Câmara Municipal de Bauru, por dependerem de decisão do Tesouro Nacional em relação à permissão de endividamento da municipalidade local; e a 2ª. Renegociação foi negada pela Câmara Municipal de Bauru em 2012.

3.6. DEPURAÇÃO DOS CADASTROS DE PRÊMIOS DO SEGURO HABITACIONAL DO SFH, DE RESPONSABILIDADE DA COHAB BAURU.

A Cia iniciou em 2008 procedimentos de depuração cadastral nos saldos do seguro habitacional em função do **Sistema COHAB's** ter descoberto a existência de problemas advindos, principalmente de dois vetores: (i) por muito tempo o processo de alimentação do sistema era manual dependendo dos recursos da datilografia e faltava, por parte da seguradora, de interpretações tempestivas em relação aos dados alimentados, tendo ocorrido atraso no trânsito dos documentos e instruções, fatores estes que geraram, inclusive, a criação de uma base de dados em quantidade estimada de 5.000 contratos em duplicidade no sistema da Seguradora; (ii) erros havidos na implantação do sistema automatizado do seguro habitacional nos idos do ano 2000, quando ainda não havia sido implantado o Anexo 16. Assim, nasceu a necessidade de aferir o valor real dos débitos para com as Companhias Seguradoras do Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação e em 03.11.2008 a Cia decidiu através da Portaria no. 11/2008/DP, realizar a análise dos seus contratos ativos e inativos sob o crivo do **Roteiro de análise do Fundo de Compensação de Variações Salariais**, preparando-se para adequar os seus saldos credores e devedores e renegociar a dívida contraída com o Sistema do Seguro Habitacional em conformidade com a legislação temporânea, qual seja a Resolução no. 193 de 28.04.2006 e suas modificações, através de uma operação que se denominou “batimento geral do cadastro” da Seguradora com o da Estipulante, obedecendo as normas e as características particulares de cada mutuário.

O processo de depuração cadastral consiste na realização de trabalho técnico de identificação de um total aproximado de 49.000 contratos averbados na Apólice do SH/SFH quanto às seguintes situações: (a) Contratos liquidados por antecipação ou decurso de prazo, cujo cancelamento não foi informado à seguradora, (b) Pagamento indevido por ter havido sinistro e indenização, mas o imóvel permaneceu relacionado no Anexo 16, gerando indevidamente novas contribuições, (c) Existência de Contratos em duplicidade no Anexo 16, (d) Casos de Casas retomadas, onde somente são devidas as contribuições de seguro por danos físicos, e que constam ainda no Anexo 16 pagando contribuições por morte e invalidez, (e) Casos de erros de classificação do mutuário, seja por categoria profissional ou por erro de enquadramento nos planos de financiamento conforme o RA, de reajuste trimestral, que é o correto, para reajuste mensal (f) Retificações que dizem respeito a revisões dos índices adotados pela Seguradora quando dos reajustes de encargos mensais. O processo de depuração cadastral já somou 32.969 contratos e consiste na realização de trabalho técnico de revisão dos valores das pendências referentes a prêmios de seguro e de regularização dos dados cadastrais do Estipulante e das Seguradoras, para a conciliação entre os valores dos prêmios efetivamente devidos e os valores dos prêmios cobrados mensalmente, e a análise das condições iniciais e alterações contratuais individuais.

Diante da falta de normatização desta operação pela CAIXA a Cia decidiu adotar a mesma metodologia preconizada pela CAIXA para nos termos das Resoluções CCFCVS; sendo que as tarefas de revisão e reevolução próprias do batimento cadastral são de Responsabilidade da COHAB BAURU.

Os valores de prêmios de seguro pagos serão comparados, mês a mês, com os valores devidos, apurados na conformidade da revisão até a data de posicionamento da dívida objeto da renegociação, quando será emitido relatório de divergências que será utilizado pela Cia na renegociação da dívida com a

Seguradora, porém, diante do atraso na regulamentação por parte da CAIXA, tais diferenças não são passíveis de serem apontadas e registradas contabilmente.

3.7. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais: O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os princípios contábeis em vigor.

3.7.1. Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.

3.7.2. Passivos contingentes: São constituídos levando em conta à opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade no posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada dentro da opinião dos juristas da Cia como provável; quando poderia ocasionar uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

3.8. Obrigações legais: decorrem de obrigações tributárias, e têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

3.9. Resultado: apurado pelo regime de competência.

3.10. Demonstração dos fluxos de caixa: A demonstração dos fluxos de caixa foi elaborada pelo método indireto, partindo das informações contábeis e considerando as principais operações que tiveram influência nas disponibilidades.

3.11. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros ativos e passivos (caixa, bancos, aplicações financeiras, demais contas a receber e a pagar) estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis.

3.12. Redução ao valor recuperável de ativos

O Pronunciamento Técnico CPC 1 determina que seja avaliada a necessidade de redução do valor recuperável de ativos, onde a Cia constatou que os seus ativos não estão registrados por valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

3.13. Ajuste a Valor Presente

O Pronunciamento Técnico CPC 12, estabelece os requisitos básicos a serem observados quando da apuração do Ajuste a Valor Presente de elementos do ativo e do passivo quando da elaboração de demonstrações contábeis. Enquadram-se na análise os grupos de contas representativos dos **valores a receber de mutuários** e dos **valores a retornar à CEF**, que estão devidamente suportadas em **contas analíticas individuais**, para cada **empreendimento**, no caso dos valores a receber de mutuários e cada contrato, no caso dos financiamentos com recursos da CEF ou outro órgão concedente. Os saldos apresentados em cada conta, de empreendimento ou contrato de retorno a CEF, representam o **saldo devedor (estado da dívida)** na data de encerramento de cada exercício social, ou balancete periódico, acrescido dos encargos financeiros de juros, atualizações ou mora relativos a cada exercício (período), pelo regime de competência, seguindo as instruções determinadas pela Instrução COS/BNH/ID 03/75.



COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE BAURU

Av. Nações Unidas, n.º 30-31 – Fone (14) 3235 - 9222
CEP 17011-105 – Bauru - SP

No seu item 11, o CPC 12 preceitua em relação aos empréstimos e financiamentos subsidiados, que cabem considerações sobre a especificidade da atividade. No caso das COHABS, face às particularidades da operação, com o crédito concedido por apenas um único ente governamental – Caixa - não há mercado consolidado para este tipo de dívidas de longo prazo no Brasil, as quais se sujeitam às regras impostas pelo Governo Federal, fugindo desta forma das regras do mercado livre, excetuando-se então às regras impostas pelo CPC 12, a qual não é aplicável no caso das carteiras imobiliárias ativas e passivas.

Conforme se comprova pelas notas 3.5, e 4.21, a Cia está na fase de retorno dos empréstimos que foram concedidos pelo extinto BNH e em seguida pela CEF, e provendo a administração da carteira subsequente que é o recebimento dos seus mutuários, não existindo um efetivo mercado competitivo destes tipos de crédito de longo prazo no Brasil para estes passivos nem para os ativos correspondentes.

Em outro prisma, analisando a essência, constata-se que inexistente a incorporação de encargos futuros nas prestações vincendas – ativas e passivas, e os saldos em 31 de dezembro refletem tão somente a variação até aquela data. Assim sendo, as operações praticadas pela Cia não estão contempladas no CPC 12 nem sujeitas à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que tais empréstimos e financiamentos já estão sujeitos.

3.14. FCVS A RECEBER

O **Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS)** criado pela Resolução n. 25, do Conselho de Administração do extinto Banco Nacional da Habitação (BNH), em 16/6/1967, transferido sucessivamente para a CAIXA, Banco Central do Brasil (BACEN), Ministério da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente e Ministério da Fazenda, por Decretos-Lei, Resolução do Conselho Monetário Nacional e Leis Federais, **tem por finalidade** (i) garantir o limite de prazo para amortização das dívidas dos financiamentos habitacionais, contraídas pelos mutuários do Sistema Financeiro de Habitação (SFH); (ii) assumir em nome do devedor, os descontos concedidos nas liquidações antecipadas e nas transferências de contratos de financiamento habitacional; e (iii) garantir o equilíbrio da Apólice de Seguro Habitacional relativo aos contratos firmados com a CAIXA, datados até 23/4/1993, conforme Lei n. 8.692/93. Os saldos estão atualizados até a data do balanço pela variação da UP (unidade padrão); e sua realização está vinculada ao cumprimento obrigatório da formalização da documentação dos processos que envolvem as fases de habilitação, homologação e controle das restituições, através da CAIXA. Existem diferenças que são apuradas pela CAIXA quando ela procede à evolução os contratos dos processos de cobertura na concessão de descontos aos mutuários, que estão sendo revisados, eliminando inconformidades legislativas e operacionais relativas ao processo de concessão de descontos na transferência por sub-rogação. Existem casos onde os valores a habilitar perante o FCVS são menores que os saldos constantes na contabilidade; e outros, onde os valores são maiores. Os saldos contábeis representam os descontos efetivamente concedidos pela Cia. aos seus mutuários. Por consequência, a diferença global entre o total concedido e o total em habilitação; ainda pendente nas rotinas do roteiro de análise da CEF pode representar lucro ou prejuízo para a Cia, sendo que tais valores não são mensuráveis e somente serão conhecidos quando do término da análise da CEF, e assim, por ser uma rotina externa à Cia, esta não tem condições de apurar valores que permitam cumprir o CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.



COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE BAURU

Av. Nações Unidas, n.º 30-31 – Fone (14) 3235 - 9222
CEP 17011-105 – Bauru - SP

3.15. FCVS - Contribuição trimestral

Com base na isenção prevista no artigo 12 da Lei 10.150, de 21 de dezembro de 2000, a Companhia, desde 1º de janeiro de 2001, deixou de recolher as contribuições trimestrais ao FCVS, e as contribuições trimestrais devidas e não recolhidas ao FCVS referentes às competências compreendidas entre o 4º trimestre de 1986 e o 4º trimestre de 2000 foram atualizadas mensalmente pela variação da Taxa Referencial (TR), com acréscimo de juros de 0,5% ao mês, que será motivo de futuro encontro de contas.

4. INFORMAÇÕES DE SUPORTE CONTÁBEIS

4.1. Caixa e equivalentes de caixa

A conta Caixa representa os numerários em espécie relativos a descaixa de pequena monta, contas bancárias que aglutinam os recursos disponíveis, numerários em trânsito e cheques em trânsito.

Os equivalentes de caixa estão representados pelas aplicações financeiras contratadas com a CEF e são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Caixa e Equivalentes de caixa	31/12/2012	31/12/2011
Caixas	33.779,16	37.405,85
Depósitos Bancários à Vista	101.216,63	43.821,58
Bancos Conta Vinculada a Contratos	21.027,82	21.027,82
Cheques Emitidos	-	(4.816,49)
Numerário em Transito	-	-
Títulos Vinculados ao Mercado Aberto	213.036,65	2.435.548,78
Títulos, Valores Imobiliários e Depósitos	1.349.169,43	1.260.165,48
TOTAIS	1.718.229,69	3.793.153,02

4.2. Prestações a receber

A conta registra as parcelas emitidas contra os mutuários, bem como a projeção para as amortizações a serem realizadas pelos mutuários nos próximos 12 meses, como também os acordos por parcelamentos incluem os encargos de juros e mora até a data da assinatura do contrato de parcelamento. Os saldos representam os valores a receber de mutuários, pelos contratos com compromisso de compra e venda das unidades pelo SFH, deduzidos da Provisão para Perdas com Recebimento. Estes saldos sofrem influência das particularidades do funcionamento do Sistema Habitacional, das excessivas modificações impostas pelo Governo Federal na política da Habitação Popular; e das decisões judiciais relativas a mutuários inadimplentes que requerem revisão dos seus valores mensais ou acumulados; bem como daqueles que faleceram, ou ainda dos que promovem repactuação de suas dívidas - inclusive de forma administrativa. Esta influência no valor contábil e teórico da Carteira de Valores a Receber de Mutuários; pode acarretar ajustes de exercícios anteriores, e por dependerem de eventos e decisões de ordem externa, não são passíveis de mensuração. Para as prestações vencidas, os encargos de mora são apropriados em contrapartida do resultado do exercício quando do efetivo recebimento, e as prestações vencidas há mais de dois anos são reclassificadas para o grupo do ativo não circulante.

PRESTAÇÕES A RECEBER	31/12/2012	31/12/2011
Prestações a Receber	209.190.645,78	201.438.429,61
Provisão Perdas com Recebimentos de Créditos	(25.034.766,38)	(25.034.766,38)
Total	184.155.879,40	176.403.663,23

4.3. Impostos s Recuperar

Trata-se de valores utilizados para compensação de pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social através de PerDcomp. Representam saldos dos tributos recolhidos e não compensados.

IMPOSTOS A RECUPERAR	31/12/2012	31/12/2011
Impostos a Recuperar	340.827,68	274.290,55
Total	340.827,68	274.290,55

4.4. Seguros represados – Indenizações de sinistros a receber

Valores a receber da Seguradora, pelas ocorrências de morte e invalidez de mutuários, dos saldos dos valores de sinistros ainda não quitados pela Seguradora por existir atraso da Cia no pagamento das contribuições mensais, os quais comporão um futuro encontro de contas após processo de depuração do valor da dívida. Os créditos estão sendo depurados – Nota 3.6 – juntamente com os valores devidos pela Cia a título de contribuições mensais.

INDENIZAÇÕES RECEBER - SEGURADORA	31/12/2012	31/12/2011
Indenizações a Receber	59.248.461,11	55.336.705,65
Total	59.248.461,11	55.336.705,65

4.5. Outros Valores Realizáveis em Curto Prazo – Parte

Representam os saldos das contas transitórias operacionais e outras de pequenos valores.

OUTROS VALORES CURTO PRAZO	31/12/2012	31/12/2011
Adiantamentos	51.511,22	45.568,99
Movimentação Seguro	7.681,36	7.659,14
Valores a Receber FGTS	25.122,63	22.139,95
Estoques	14.199,99	11.825,16
Despesas Antecipadas	25.500,57	21.723,40
Total	124.015,77	108.916,64

4.6. Adiantamentos a Construtora Sancarolo Engenharia Ltda

Adiantamento Processo Construtoras	31/12/2012	31/12/2011
Sancarolo Engenharia Ltda	2.285.000,00	1.625.000,00
Indenização Jaboticabal/SP	709.925,24	373.925,24
Total	2.994.925,24	1.998.925,24

Representam os saldos dos depósitos efetuados conforme acordo preliminar constante dos autos – Processo 1841/2006 - onde a construtora requereu o sobrestamento do feito muito embora tenha recebido decisão favorável da Justiça Estadual. A Cia depositou até 31.12.2012 o valor de R\$



COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE BAURU

Av. Nações Unidas, n.º 30-31 – Fone (14) 3235 - 9222
CEP 17011-105 – Bauru - SP

2.285.000,00, que permanecem enquanto perdurar o adiantamento de liquidação da sentença, uma vez que a Sancarlo aguarda a decisão do julgamento das demais ações das outras construtoras por julgar que poderá beneficiar-se de tais decisões. Vide Nota 4.20 que complementa o assunto.

4.6.1. Adiantamentos Diversos – Indenização Jaboticabal

Representam os saldos dos depósitos efetuados antecipadamente em virtude de discussão de cálculo de valores para definição e realização de acordo judicial – Processo 0897/99 - onde a Cia depositou até 31.12.2012 o valor de R\$ 709.925,24.

4.7. Convênio celebrado com a Construtora Jakef

Representam os valores a receber da Construtora Jakef, pela prestação de serviços de assessoria na montagem de pastas de interessados em conjuntos habitacionais em função de Convênio datado de 12.01.1994. Houve condenação contra a construtora em 18.03/2004 no valor de R\$ 661.582,02, acrescido de juros de mora, correção monetária, multa de 1%, indenização de 10% e honorários de sucumbência, tendo havido Recurso por parte da ré, que foi negado em 18.08.2010, e decisão em apelação datada de 04.04.2011, diga a autora (Cia).

CONSTRUTORA JAKEF	31/12/2012	31/12/2011
Convênio Construtora Jakef	181.403,26	181.403,26
Total	181.403,26	181.403,26

4.8. Valores tributários a recuperar – Imposto de Renda e Contribuição Social

Representam os valores recolhidos a título de imposto de renda e contribuição social que foram motivo de indeferimento de compensação pela Receita Federal e a Cia promoveu nova PerdComp e solicitou a restituição do valor.

IMPOSTOS A RECUPERAR EM FASE RECURSO	31/12/2012	31/12/2011
Imposto de Renda e Contribuição Social	1.162.136,37	1.185.598,60
Total	1.162.136,37	1.185.598,60

4.9. Outros Valores Ativos a Realizar

Representam os valores recebidos de mutuários e ainda não aplicados na amortização pela falta de documentos e ou identificação; e os valores que foram bloqueados nas contas correntes.

OUTROS ATIVOS A REALIZAR	31/12/2012	31/12/2011
Auto de Penhora/Bloqueio Judicial	250.644,91	261.159,73
Prestações Amortizadas e Não Destinadas	130.091,68	169.475,74
Total	380.736,59	430.635,47

4.10. Devedores por vendas compromissadas com recebimento de Longo Prazo

Representam os saldos a receber dos mutuários, vinculados aos contratos com compromisso de compra e venda das unidades habitacionais, através do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), cuja amortização é feita em prazos de até 30 anos, resgatáveis em prestações mensais, atualizadas com base na variação da UPR (unidade padrão do real). Vide Nota 3.13.



COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE BAURU

Av. Nações Unidas, n.º 30-31 – Fone (14) 3235 - 9222

CEP 17011-105 – Bauru - SP

DEVEDORES A RECEBER LONGO PRAZO	31/12/2012	31/12/2011
Devedores por Vendas Compromissadas	147.294.892,39	152.841.865,99
Prestações a Receber	32.748.519,88	37.280.247,51
Total	180.043.412,27	190.122.113,50

4.11. Terrenos e Bens Imóveis disponíveis para Comercialização

As áreas compreendem glebas desapropriadas, retomadas, adquiridas ou recebidas em doação para futura urbanização. São registrados ao custo de aquisição ou valor simbólico nos casos de doações e acrescidos dos valores de benfeitorias efetuadas. Os valores dos terrenos foram corrigidos até 31 de dezembro de 1995, nos termos da legislação vigente à época. Conforme decisão da Cia os bens serão vendidos para aplicação na quitação dos empréstimos habitacionais, sendo por isto, transferidos para o Circulante no exercício de 2011, objeto de avaliações a preço de mercado.

BENS IMÓVEIS	31/12/2012	31/12/2011
Bens Imóveis Disponíveis Comercialização	8.381.398,12	5.903.249,74
Terrenos	2.459,15	2.459,15
Total	8.383.857,27	5.905.708,89

4.12. FCVS A RECEBER

Trata dos saldos de descontos concedidos aos mutuários em cumprimento a legislação do FCVS em processos habilitados perante o FCVS e distribuídos nas diversas fases de análise por parte daquele órgão (homologados, em análise, em recurso para revisão das negativas de cobertura).

FCVS A RECEBER	31/12/2012	31/12/2011
Resol. CEF 1448/88 30% (FCVS)	-	22.332.462,38
FCVS a Receber - GCI	307.197.658,44	305.917.717,22
FCVS a Receber - CEF/GIFUG	143.493.377,03	73.856.904,06
(-) Provisão Processos c/Negativa Cobertura	(19.946.796,75)	-
Total	430.744.238,72	402.107.083,66

4.13. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição e corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas fiscais permitidas.

IMOBILIZADO	31/12/2012	31/12/2011
Maquinas, Aparelhos e Equip Construção	236,84	236,84
Móveis e Utensilios, Maquinas e Equipamentos Escritó	559.219,20	529.467,20
Instalações de Escritório	106.401,02	106.401,02
Biblioteca e Materiais Correlatos	11.962,20	11.175,20
Veiculos	364.264,41	284.359,39
Computadores e Periféricos	904.345,86	873.825,86
Direitos de Uso	23.643,61	23.643,61
Edificações - Imóveis da Cia - Reavaliação	1.454.475,84	1.499.175,84
Terrenos - Imóveis da Cia - Reavaliação	7.946.266,14	9.018.743,24
Outros Imóveis da Cia	104.831,13	106.455,21
Aquisições de Software	179.378,28	172.578,28
(-) Depreciação Acumulada	(1.951.518,07)	(1.812.729,07)
TOTAIS	9.703.506,46	10.813.332,62

4.14. Fornecedores e Prestadores de Serviço

Tratam dos saldos de fornecedores de materiais e de serviço aplicados nas operações sociais.

FORNECEDORES E PRESTADORES DE SERVIÇO	31/12/2012	31/12/2011
Fornecedores e Prestadores de Serviço	121.029,30	108.331,49
Total	121.029,30	108.331,49

4.15. Transações e saldos com parte relacionada

As transações da COHAB BAURU envolvendo a sua principal acionista, Prefeitura Municipal de BAURU. O valor de R\$ 4.088.699,37 é devido à Municipalidade local a título de IPTU, os quais são corrigidos mensalmente pela variação da UPF.

TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS - PMB	31/12/2012	31/12/2011
Vale Compra	801.558,65	799.243,13
Combustíveis	138.613,28	138.212,82
IPTU em Atraso	4.088.699,37	3.649.574,89
Energização de Conjuntos Habitacionais	327.571,86	326.625,54
IPTU Compensados	131.926,44	116.600,11
Contribuição de Melhoria	1.169,52	1.050,88
TOTAIS	5.489.539,12	5.031.307,37

4.16. Impostos e Obrigações Fiscais e Sociais

Tratam das obrigações normais operacionais.

IMPOSTOS, OBRIGAÇÕES FISCAIS E SOCIAIS	31/12/2012	31/12/2011
Impostos, Contribuições e Consignações a Recolher	909.399,42	575.950,70
Obrigações Relativas a Empregados	2.648,02	1.665,13
Provisão Férias e Encargos	776.840,21	658.324,11
TOTAIS	1.688.887,65	1.235.939,94

4.17. Obrigações por Empréstimo – Parte do Curto Prazo

Trata da parcela dos empréstimos habitacionais vincenda no próximo exercício.

OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS	31/12/2012	31/12/2011
Obrigações por Empréstimos	13.660.092,36	12.747.113,64
Total	13.660.092,36	12.747.113,64

4.18. Seguro Habitacional

Trata da dívida com o Seguro Habitacional em fase de depuração e renegociação. Vide nota 3.6.

SEGURO HABITACIONAL	31/12/2012	31/12/2011
Premios Seguros a Pagar	98.998.627,54	92.749.506,14
Total	98.998.627,54	92.749.506,14

4.19. Dívidas com o FCVS

Trata da dívida com o FCVS que será compensada com os valores que forem habilitados em futuro encontro de contas. Vide nota 3.15.

DÍVIDAS COM O FCVS	31/12/2012	31/12/2011
Fcvs Trimestral a Recolher	19.559.768,42	19.522.169,55
Fcvs Mensal a Recolher	23.579,27	23.375,16
TOTAIS	19.583.347,69	19.545.544,71

4.20. Outros Valores Passivos de Curto Prazo

Trata da taxa de apoio comunitário, bem como o registro do Acordo celebrado com a construtora Sancarlo Engenharia Ltda quando da paralisação da execução. Vide nota 4.6.

OUTROS VALORES A CURTO PRAZO	31/12/2012	31/12/2011
Taxa Apoio Comunitário	368.239,79	384.723,92
Acordo Judicial - Sancarlo Engenharia Ltda	2.285.000,00	1.625.000,00
TOTAIS	2.653.239,79	2.009.723,92

4.21. Dívidas Habitacionais do Passivo Não Circulante

4.21.1. O valor de R\$ 773.449.976,90 representa as obrigações de retorno do Sistema Habitacional e registra a parte de curto prazo dos valores dos empréstimos vinculados ao Sistema Financeiro de Habitação (SFH), e outras verbas congêneres, destinadas à construção de conjuntos habitacionais, para repasse aos mutuários finais, através do agente COHAB BAURU. Vide Notas 3.5, 3.5.1.

4.21.2. O valor de R\$ 6.574.384,72 representa a conta de valores devidos a título de Bônus (Decreto-Lei 2164/84), concedidos proporcionalmente aos valores das prestações mensais vencidas, e efetivamente pagas - de 1º/10/1984 a 30/09/1985 - aos mutuários em dia com as obrigações contratuais. Os bônus foram emitidos pelos Agentes Financeiros e os valores transformaram-se em crédito junto ao antigo BNH, para resgate no prazo máximo de cinco anos a contar de Jan/86; em parcelas mensais com juros remuneratórios limitados a 7% ao ano; acrescidos de correção monetária trimestral de acordo com a variação da UPC. Com o propósito de não prejudicar as operações de crédito já contratadas, cujo retorno poderia ficar inviabilizado com o ônus da emissão dos bônus habitacionais pelos Agentes Financeiros, sem o devido lastro financeiro, o BNH com base no que estabelecia o subitem 1.4.2 da Res. Dir. 19/84, concedeu adiantamentos aos Agentes, por conta do futuro resgate dos bônus utilizados. Os valores dos Bônus Habitacionais foram registrados na contabilidade, como obrigações, e são atualizados mensalmente pela variação da UPF mais juros.

EMPRÉSTIMOS HABITACIONAIS - RETORNO	31/12/2012	31/12/2011
Empréstimos da CEF - Fase de Retorno	773.449.976,90	749.993.872,46
Credores por Recursos Vinculados	6.574.384,72	6.203.854,66
TOTAIS	780.024.361,62	756.197.727,12



COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE BAURU

Av. Nações Unidas, n.º 30-31 – Fone (14) 3235 - 9222
CEP 17011-105 – Bauru - SP

4.22. CONTINGÊNCIAS PROVISÕES E AÇÕES JUDICIAIS

Constituição de Provisões para Perdas com Ações Judiciais, em função da possibilidade de Perda, conforme julgamento do Departamento Jurídico da Cia através de relatórios.

Existem ações judiciais impetradas contra a Cia, em fase de andamento processual de primeira, e segunda instâncias, cíveis e tributários nos foros: Federal e Estadual, das quais a Administração constituiu provisão contábil, onde os processos se encontram pendentes de julgamento, sujeitos às incertezas circunstanciais e processuais.

PROVISÕES LEGAIS	31/12/2012	31/12/2011
Provisão para Contencioso Trabalhista	350.221,98	628.700,28
Provisão Perdas Ações Judiciais/Contratos/Acordos	-	6.469.024,02
Provisão Perdas Ações Mutuários Contra COHAB	5.347.681,70	11.211.583,00
Provisão Perdas Ações Fiscais contra COHAB	3.548.520,35	1.821.283,56
Provisão para Perdas Ações Construtoras - Diversas	4.150.543,34	-
Provisão para Perdas com Ações Federais - Diversas	7.278.610,16	-
Provisão para Perdas Ações Cíveis Publicas - Diversas	3.954.098,15	-
TOTAIS	24.629.675,68	20.130.590,86

Permanecem os efeitos em relação aos mutuários pertencentes ao Conjunto Habitacional de Bebedouro - Residencial Franciscano que promoveram Ação Civil Pública na Procuradoria Judicial de Bebedouro, contra a Cia, que então efetuou – 30/06/2008 - um procedimento global de evolução do saldo devedor retroativo de todos os contratos daquele conjunto; onde os novos valores apurados como saldos residuais e de parcelas foram sobrepostos no sistema GCI, gerando redução na carteira de recebimentos, em 2008, de R\$ 5.439.954,26.

Quanto as ações promovidas por construtoras por contrato de empreitada global de seus conjuntos habitacionais que reclamam – na Justiça Federal - diferenças advindas do atraso no desembolso e quitação das parcelas contratuais na época de grande mutação inflacionária, a Cia chamou, por solidariedade, a CEF à lide pelo motivo de que tais atrasos ocorreram por atraso por parte da CEF no cumprimento do cronograma financeiro, onde os processos, que já passaram pela fase pericial pendem de decisão do Tribunal, o que ocasiona incerteza quanto à decisão e valoração. O assunto está sendo objeto de negociação com as construtoras e a CEF; inclusive quanto à decisão da Justiça Estadual, e um dos casos está com o andamento sobrestado a pedido da autora. Vide Notas 4.6, e 4.20.

4.23. Outras Dívidas Fiscais

IRPJ e CONTRIBUIÇÃO SOCIAL INCIDENTE SOBRE REAVALIAÇÃO

Saldo de tributos incidentes sobre reavaliação que estão sendo realizados a cada exercício.

OUTRAS DIVIDAS FISCAIS	31/12/2012	31/12/2011
Imposto Renda e Contribuição Social Reav Diferidos	280.759,57	300.546,97
TOTAIS	280.759,57	300.546,97



COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE BAURU

Av. Nações Unidas, n.º 30-31 – Fone (14) 3235 - 9222
CEP 17011-105 – Bauru - SP

4.24. Outros Valores Exigíveis de Longo Prazo

Trata de cauções de conjuntos habitacionais retidos sobre os valores pagos no faturamento para as Construtoras Schaim Cury, Cojan Engenharia Ltda e Almeida Marin em relação a conjuntos habitacionais BAURU XVIII e XVII, as quais entregaram as obras entre os anos de 1988 e 1990, mas tiveram valores retidos pela instauração de Ação Civil Pública em 3/out/1995 – Processo 1786/95 - por parte dos mutuários, contra as construtoras, em função de problemas nas construções, não sanados pelas construtoras, o qual permanece em fase de recurso no TRF3.

OUTROS VALORES LONGO PRAZO	31/12/2012	31/12/2011
Outros Valores Exigíveis Longo Prazo	1.689.279,51	1.585.060,07
Total	1.689.279,51	1.585.060,07

4.25. Resultados de Exercícios Futuros

Trata de Juros Contratuais de conjuntos habitacionais no valor de R\$ 399.388,76, e de Receitas Futuras a receber da EMDURB MARÍLIA, a qual foi condenada em Ação de Desapropriação, pendendo o valor de R\$ 1.073.578,47.

RESULTADO EXERCÍCIO FUTURO	31/12/2012	31/12/2011
Receitas Diferidas	1.472.967,23	1.337.114,32
Total	1.472.967,23	1.337.114,32

4.26. Patrimônio Líquido

4.26.1. Capital social

O Capital atual da Companhia é de R\$ 4.500.000,00, totalmente subscrito e Integralizado é representado por ações ordinárias e nominativas sem valor nominal, com participação majoritária da Prefeitura Municipal de Bauru.

PASSIVO A DESCOBERTO	31/12/2012	31/12/2011
Capital Subscrito e Realizado	4.500.000,00	4.500.000,00
Reservas de Capital		
Reserva para Participação em Incentivos Fiscais	16.591,74	16.591,74
Ajuste de Avaliação Patrimonial		
Reserva de Reavaliação de Edificações	876.581,37	937.613,14
Reserva de Reavaliação de Terrenos	7.130.553,70	8.288.466,08
(-) Impostos s/ Reavaliações	(280.759,57)	(300.546,97)
Total das Reservas de Reavaliação	7.726.375,50	8.925.532,25
Reservas de Lucros		
Reserva Legal	69.101,29	69.101,29
Prejuízos Acumulados		
De Exercícios Anteriores	(69.263.880,96)	(52.351.812,76)
Do Exercício Corrente	(6.473.008,69)	(18.147.467,91)
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	36.242,96
Total dos Prejuízos Acumulados	(75.736.889,65)	(70.463.037,71)
Total do Passivo a Descoberto	(63.424.821,12)	(56.951.812,43)

4.26.2. Passivo a Descoberto

A composição do Patrimônio Líquido da Cia em 31.12.2012 apresentou saldo do Passivo a Descoberto onde a variação ocorrida refere-se, principalmente, à apropriação dos Juros de Mora devidos à CAIXA conhecidos como Taxa de Impontualidade pelo atraso no resgate (Retorno) dos Empréstimos Habitacionais decursados, os quais estão em fase de renegociação. Muito embora tenha existido a dispensa, por parte da CEF, no passado, em outras renegociações, isentando a Cia, de parte da Taxa de Impontualidade, e exista ainda a mesma possibilidade nas negociações em andamento – já arguida nas atuais negociações, a Cia decidiu, ouvindo o parecer da área jurídica e a recomendação dos auditores independentes, prover o registro das verbas pontuais.

4.27. Cobertura de Seguros

A Cia contratou seguros para proteção de seu patrimônio, de acordo com as características dos bens, a relevância e o valor de reposição dos ativos, e os riscos a que estejam expostos, observando-se os fundamentos de ordem legal, contratual e técnica, em montantes considerados suficientes para a cobertura dos riscos envolvidos.

4.28. Receitas do Exercício

A Companhia está mantendo sua capacidade operacional de gerar receitas:

Receita de Atividades Operacionais	31/12/2012	31/12/2011
Receitas Financeiras	12.347.959,79	13.366.353,72
Receitas de Produção		-
Receitas de Comercialização	859.500,95	244.530,00
Receitas de Desenvolvimento Comunitário		-
Receitas na Gestão de Créditos	911.204,28	1.062.053,40
Variações Monetárias Ativas	57.230.919,73	45.903.944,85
Total das Receitas	71.349.584,75	60.576.881,97

4.29. Despesas de Atividades Operacionais

As Despesas de Atividades Operacionais foram sobrecarregadas no exercício em função da Taxa de Impontualidade dos contratos decursados em fase de renegociação:

DESPESAS DE ATIVIDADES OPERACIONAIS	31/12/2012	31/12/2011
Despesas Financeiras	64.767.824,65	59.420.449,92
Despesas de Produção	-	-
Despesas de Comercialização	545.340,38	2.432.653,60
Despesas na Gestão de Crédito	783.504,95	834.472,25
Variações Monetárias Passivas	2.491.446,77	9.444.774,77
Total	68.588.116,75	72.132.350,54



COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE BAURU

Av. Nações Unidas, n.º 30-31 – Fone (14) 3235 - 9222

CEP 17011-105 – Bauru - SP

4.30. Despesas Administrativas do Exercício

Custo administrativo no exercício:

DESPESAS ADMINISTRATIVAS	31/12/2012	31/12/2011
Despesas de Pessoal	4.545.213,67	4.299.297,31
Despesas com Encargos Sociais	1.455.737,81	1.303.635,56
Despesas com Serviços de Terceiros	1.286.023,85	1.084.201,50
Despesas com Materiais	63.226,54	77.610,66
Despesas com Encargos Diversos	677.099,80	514.169,35
Total Despesas Administrativas	8.027.301,67	7.278.914,38

4.31. Resultado Líquido do Exercício Ajustado

O Resultado Líquido do Exercício Ajustado pela exclusão da Taxa de Impontualidade apresenta um saldo credor (Lucro Líquido) na ordem de R\$ 19.344.303,80.

RESULTADO LIQUIDO DO PERÍODO	31/12/2012	31/12/2011
Resultado Líquido	(6.473.008,69)	(18.147.467,91)
Taxa de Impontualidade	25.817.312,49	18.393.617,28
Total	19.344.303,80	246.149,37

5. OUTRAS DIVULGAÇÕES

5.1. Prejuízos fiscais

De acordo com a legislação fiscal atual, a Cia possui prejuízos fiscais para compensação futura, posicionados em 31/12/2012, com o imposto de renda pessoa jurídica, no valor de R\$ 94.752.481,66, e a Base Negativa da CSL no valor de R\$ 95.227.494,23.

5.2. Sistema Gerenciador de Créditos – GCI

O Sistema “Gerenciador de Créditos Imobiliários – GCI” migrou do antigo sistema GCI-Texto para o GCI-Gráfico com sucesso mantendo consistência na base de dados, mas ainda existem programas e relatórios que se encontram em adequação à sistemática operacional da Cia.



COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE BAURU

Av. Nações Unidas, n.º 30-31 – Fone (14) 3235 - 9222

CEP 17011-105 – Bauru - SP

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Apresentamos as Demonstrações Contábeis do Cohab – Companhia de Habitação Popular de Bauru, relativos ao Exercício de 2010, nos termos estabelecidos pela legislação pertinente.

BALANÇO GERAL ENCERRADO EM 31/12/2012

COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE BAURU C.N.P.J. (MF) 45.010.071/0001-03 BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012		
ATIVO	EM 31/12/12 RS	EM 31/12/11 RS
CIRCULANTE		
Caixa.....	33.779,16	37.405,85
Depósitos Bancários à Vista.....	122.244,45	64.849,40
Cheques Emitidos.....	0,00	(4.816,49)
Disponibilidade em Trânsito.....	0,00	0,00
Títulos Vinculados ao Mercado Aberto.....	213.036,65	2.435.548,78
Títulos, Valores Mobiliários e Depósitos.....	1.349.169,43	1.260.165,48
Adiantamentos.....	3.046.436,46	2.044.494,23
Movimentação de Seguro - SFH.....	7.681,36	7.659,14
Prestações à Receber.....	184.155.879,40	176.403.663,23
Valores a Receber do FGTS.....	25.122,63	22.139,95
Indenizações à Receber da Seguradora.....	59.248.461,11	55.336.705,65
Impostos e Contribuições a Recuperar.....	340.827,68	274.290,55
Estoques.....	14.199,99	11.825,16
Valores Devedores Transitórios.....	0,00	0,00
Despesas Antecipadas.....	25.500,57	21.723,40
Outros Valores Realizáveis à Curto Prazo.....	1.750.352,63	1.810.516,44
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE.....	250.332.691,52	239.726.170,77
NÃO CIRCULANTE		
REALIZÁVEL À LONGO PRAZO		
Devedores Por Vendas Compromissadas.....	147.294.892,39	152.841.865,99
Bens Imóveis Disponíveis para Comercialização.....	8.381.398,12	5.903.249,74
Projetos em Fase de Desenvolvimento.....	0,00	0,00
Terrenos.....	2.459,15	2.459,15
Títulos, Valores Mobiliários e Depósitos.....	0,00	0,00
Prestações à Receber.....	32.748.519,88	37.280.247,51
Outros Valores Realizáveis à Longo Prazo.....	439.484.186,01	410.607.812,30
TOTAL DO REALIZÁVEL À LONGO PRAZO.....	627.911.455,55	606.635.634,69
INVESTIMENTOS		
Participação em Outras Empresas.....	994,64	994,64
Participação por Incentivos Fiscais.....	3.881,05	3.881,05
TOTAL DOS INVESTIMENTOS.....	4.875,69	4.875,69
IMOBILIZADO		
TÂNGIVEIS		
Máquinas, Aparelhos e Equip. Constr.....	236,84	236,84
Móveis, Utensílios, Maquinas e Equip. Escritório.....	559.219,20	529.467,20
Instalações de Escritório.....	106.401,02	106.401,02
Biblioteca e Materiais Correlatos.....	11.962,20	11.175,20
Veículos.....	364.264,41	284.359,39
Computadores e Periféricos.....	904.345,86	873.825,86
Edificações - Imóveis da Cia. - Reavaliado.....	1.454.475,84	1.499.175,84
Terrenos - Imóveis da Cia. - Reavaliado.....	7.946.266,14	9.018.743,24
Outros Imóveis da Cia.....	104.831,13	106.455,21
Menos: Depreciações Acumuladas.....	(1.799.613,31)	(1.669.074,92)
TOTAL DOS IMOBILIZADOS TÂNGIVEIS.....	9.652.389,33	10.760.764,88
INTÂNGIVEIS		
Direito de Uso.....	23.643,61	23.643,61
Aquisição de Softwares.....	179.378,28	172.578,28
Menos: Amortizações Acumuladas.....	(151.904,76)	(143.654,15)
TOTAL DOS IMOBILIZADOS INTÂNGIVEIS.....	51.117,13	52.567,74
TOTAL DO IMOBILIZADO.....	9.703.506,46	10.813.332,62
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE.....	637.619.837,70	617.453.843,00
TOTAL DO ATIVO.....	887.952.529,22	857.180.013,77

COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE BAURU C.N.P.J. (MF) 45.010.071/0001-03 BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012		
PASSIVO	EM 31/12/12 R\$	EM 31/12/11 R\$
CIRCULANTE		
Fornecedores e Prestadores de Serviços.....	5.728.309,54	5.250.570,40
Impostos, Contribuições e Consignações à Recolher.....	909.399,42	575.950,70
Obrigações Relativas a Empregados	2.648,02	1.665,13
Provisões	776.840,21	658.324,11
Obrigações por Empréstimos	13.660.092,36	12.747.113,64
Recebimentos p/Amortização de Dívidas.....	36.704,46	25.019,85
Receb. p/Cta. de Sinistro, L. Antecip. e Amort. Extraordinária.....	0,00	0,00
Prêmios de Seguros à Pagar.....	98.998.627,54	92.749.506,14
Valores à Transferir ao Mutuário.....	931.037,70	855.373,88
Créditos à Repassar.....	0,00	0,00
FCVS à Recolher	19.583.347,69	19.545.544,71
Valores Credores Transitórios	0,00	0,00
Parcelamento de Débitos	0,00	201.142,35
Outros Valores Exigíveis à Curto Prazo.....	2.653.299,79	2.009.738,92
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE.....	143.280.306,73	134.619.949,83
NÃO CIRCULANTE		
PASSIVO EXIGÍVEL À LONGO PRAZO		
Empréstimos da CEF - Fase de Retorno	773.449.976,90	749.993.872,46
Credores por Recursos Vinculados.....	6.574.384,72	6.164.691,69
Provisão para Contencioso Trabalhista.....	350.221,98	628.700,28
Provisão para Perdas c/Ações Judiciais/Contratos/Acordos	0,00	6.469.024,02
Provisão para Perdas c/Ações Mutuários contra a Cohab	5.347.681,70	11.211.583,00
Provisão para Perdas c/Ações Fiscais contra a Cohab.....	3.548.520,35	1.821.283,56
Provisão para Perdas c/Ações Construtoras contra a Cohab.....	4.150.543,34	0,00
Provisão para Perdas c/Ações Federais contra a Cohab.....	7.278.610,16	0,00
Provisão para Perdas c/Ações Cíveis Publicas contra a Cohab.....	3.954.098,15	0,00
Provisão para IR e CS Diferidos	280.759,57	300.546,97
Outros Valores Exigíveis à Longo Prazo	1.689.279,51	1.585.060,07
TOTAL DO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	806.624.076,38	778.174.762,05
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS		
Receitas Diferidas	1.472.967,23	1.337.114,32
TOTAL DOS RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	1.472.967,23	1.337.114,32
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	808.097.043,61	779.511.876,37
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)		
Capital Social		
Capital Subscrito e Realizado	4.500.000,00	4.500.000,00
Reservas de Capital		
Reserva p/Participação em Incentivos Fiscais	16.591,74	16.591,74
Ajustes de Avaliação Patrimonial		
Reserva de Reavaliação - Edificações	876.581,37	937.613,14
Reserva de Reavaliação - Terrenos	7.130.553,70	8.288.466,08
(-) Impostos sobre Reavaliação de Bens	(280.759,57)	(300.546,97)
TOTAL DE AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	7.726.375,50	8.925.532,25
Reservas de Lucros		
Reserva Legal	69.101,29	69.101,29
Prejuízos Acumulados		
De Exercícios Anteriores	(69.263.880,96)	(52.351.812,76)
Do Exercício	(6.473.008,69)	(18.147.467,91)
Ajuste de Exercícios Anteriores.....	-	36.242,96
TOTAL DOS LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	(75.736.889,65)	(70.463.037,71)
TOTAL DO PASSIVO A DESCOBERTO / PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(63.424.821,12)	(56.951.812,43)
TOTAL DO PASSIVO	887.952.529,22	857.180.013,77



COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE BAURU

Av. Nações Unidas, n.º 30-31 – Fone (14) 3235 - 9222

CEP 17011-105 – Bauru - SP

DEMONSTRAÇÃO RESULTADOS EM 31/12/2012

COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE BAURU C.N.P.J. (MF) 45.010.071/0001-03		
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	EM R\$ EM 31/12/12	EM R\$ EM 31/12/11
RECEITAS DE ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Receitas Financeiras.....	12.347.959,79	13.366.353,72
Receitas de Produção.....	0,00	0,00
Receitas de Comercialização.....	859.500,95	244.530,00
Receitas de Desenvolvimento Comunitário.....	0,00	0,00
Receitas na Gestão de Créditos.....	911.204,28	1.062.053,40
Variações Monetárias Ativas.....	57.230.919,73	45.903.944,85
Reversão de Provisões.....	12.611.403,62	225.141,45
SOMA.....	83.960.988,37	60.802.023,42
DESPESAS DE ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Despesas Financeiras.....	(64.767.824,65)	(59.420.449,92)
Despesas de Produção.....	-	-
Despesas de Comercialização.....	(545.340,38)	(2.432.653,60)
Despesas de Desenvolvimento Comunitário.....	-	-
Despesas na Gestão de Crédito.....	(783.504,95)	(834.472,25)
Variações Monetárias Passivas.....	(2.491.446,77)	(9.444.774,77)
SOMA.....	(68.588.116,75)	(72.132.350,54)
LUCRO BRUTO.....	15.372.871,62	(11.330.327,12)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS		
Despesas de Pessoal.....	(4.545.213,67)	(4.299.297,31)
Despesas com Encargos Sociais.....	(1.455.737,81)	(1.303.635,56)
Despesas com Serviços de Terceiros.....	(1.286.023,85)	(1.084.201,50)
Despesas com Materiais.....	(63.226,54)	(77.610,66)
Despesas com Encargos Diversos.....	(17.787.588,24)	(514.169,35)
SOMA.....	(25.137.790,11)	(7.278.914,38)
DESPESAS TRIBUTÁRIAS.....	(255.796,98)	(245.519,85)
LUCRO OPERACIONAL LÍQUIDO.....	(10.020.715,47)	(18.854.761,35)
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS.....	4.349.584,60	1.361.580,76
DESPESAS NÃO OPERACIONAIS.....	(801.877,82)	(654.287,32)
DIFERENÇA.....	3.547.706,78	707.293,44
LUCRO DO PERÍODO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	(6.473.008,69)	(18.147.467,91)
(-) Contribuição Social Sobre o Lucro.....	0,00	0,00
LUCRO DO PERÍODO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA.....	(6.473.008,69)	(18.147.467,91)
(-) Provisão para o Imposto de Renda.....	0,00	0,00
(-) Provisões Estatutárias.....	0,00	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO.....	(6.473.008,69)	(18.147.467,91)

DEMONSTRAÇÃO FLUXO DE CAIXA EM 31/12/2012

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		
Método Indireto		
Histórico	31/12/2012	31/12/2011
Fluxos de Caixa da Atividade Operacional		
Lucro Líquido	(6.473.008,69)	(18.147.467,91)
(+) Ajuste de Exercício Anterior	0,00	36.242,96
(+) Depreciações	228.290,80	217.131,77
(+) Resultado Baixa de Ativo Imobilizado	(4.263.938,24)	(1.275.433,84)
(=) Lucro Ajustado	(10.508.656,13)	(19.169.527,02)
Varição dos Valores a Receber	(12.608.754,95)	(10.253.518,26)
Varição dos Impostos a Recuperar	(66.537,13)	588.560,88
Varição dos Estoques	(2.374,83)	14.312,81
Varição das Despesas Antecipadas	(3.777,17)	(4.347,30)
Varição do Realizável a Longo Prazo	(21.275.820,86)	(11.034.384,72)
Varição dos Exigíveis de Curto Prazo	8.541.840,80	6.788.998,13
Varição das Provisões de Curto Prazo	118.516,10	48.462,96
Varição das Obrigações de Longo Prazo	23.950.229,51	31.050.959,77
Varições das Provisões de Longo Prazo	4.499.084,82	(225.141,45)
Varição dos Resultados Exercícios Futuros	135.852,91	30.854,20
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(7.220.396,93)	(2.164.770,00)
Fluxos de Caixa da Atividade de Investimentos		
(-) Aquisição de Imobilizado	(230.409,00)	(391.744,84)
Venda de Ativo Imobilizado	5.375.882,60	1.962.547,28
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	5.145.473,60	1.570.802,44
Fluxos de Caixa da Atividade de Financiamento		
Caixa líquido utilizado nas atividades de Financiamento	-	-
Varição Líquida de Caixa e Equivalentes	(2.074.923,33)	(593.967,56)
Caixa Inicial Período	3.772.125,20	4.366.092,76
Caixa Final Período	1.697.201,87	3.772.125,20



COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE BAURU
 Av. Nações Unidas, n.º 30-31 – Fone (14) 3235 - 9222
 CEP 17011-105 – Bauru - SP

DEMONSTRAÇÃO VALOR ADICIONADO EM 31/12/2012

Geração e distribuição de riqueza e renda Distribuição por partes interessadas		
Demonstração do Valor Adicionado – DVA	31/12/2012	31/12/2011
1. RECEITAS		
1.1 Intermediação Financeira	71.349.584,75	60.576.881,97
1.2 Prestação de Serviços		
1.3 Provisão p/deved duvidosos – Reversão/(constituição)	12.611.403,62	225.141,45
1.4 Não Operacionais	3.547.706,78	707.293,44
Totais	87.508.695,15	61.509.316,86
2. DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	68.588.116,75	72.132.350,54
3. INSUMOS ADQUIRIDOS		
3.1 Materiais, energia e outros	17.645.542,27	384.651,57
3.2 Serviços de Terceiros	1.286.023,85	1.084.201,50
3.3 Perda/recuperação de Valores Ativos	0,00	0,00
Totais	18.931.566,12	1.468.853,07
4. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	(10.987,72)	(12.091.886,75)
5. RETENÇÕES		
5.1 Depreciação, amortização e exaustão	205.272,51	207.128,44
6. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4-5)	(216.260,23)	(12.299.015,19)
7. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
7.1 Resultado da equivalência patrimonial	0,00	0,00
8. VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)	(216.260,23)	(12.299.015,19)
9 DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
9.1 Pessoal e encargos	6.000.951,48	5.602.932,87
9.2 Impostos, taxas e contribuições	255.796,98	245.519,85
9.3 Aluguéis	0,00	0,00
9.4 Juros sobre capital próprio e dividendos	0,00	0,00
9.5 Lucros retidos	(6.473.008,69)	(18.147.467,91)
9.6 Contribuição Social sobre Lucro	0,00	0,00
9.7 Imposto de Renda sobre Lucro	0,00	0,00

DEMONSTRAÇÃO LUCROS / PREJUÍZO ACUMULADOS EM 31/12/2012

COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE BAURU C.N.P.J. (MF) 45.010.071/0001-03		
Demonstração dos Lucros/Prejuízos Acumulados	31/12/2012	31/12/2011
Descrição	R\$	R\$
Saldo de Prejuízo	(70.463.037,71)	(52.351.812,76)
Mais: Realização Aj.Patrimonial	1.199.156,75	-
Mais: Lucro Líquido	(6.473.008,69)	(18.147.467,91)
Mais: Ajuste de exercícios anteriores	-	36.242,96
SALDO ANTES DA DESTINAÇÃO.....	(75.736.889,65)	(70.463.037,71)
(-) Destinação para Reserva Legal	0,00	0,00
(-) Distribuição no período	0,00	0,00
(-) Capitalização parcial do Lucro	0,00	0,00
(-) Destinação para Reserva de Lucros Retidos	0,00	0,00
SALDO DO PREJUÍZO ACUMULADO	(75.736.889,65)	(70.463.037,71)



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ilmos. Srs. **DIRETORES E ACIONISTAS** da
COHAB Cia. de Habitação Popular de Bauru
Bauru (SP).

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas da **COHAB Cia. de Habitação Popular de Bauru** (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis consolidadas

A Administração da companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis consolidadas. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas da entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Base para opinião:

1. Os saldos das contas que envolvem o **Seguro Habitacional** (NE 3,6, 4.4, e 4.18): **Prêmios de Seguro a Pagar**, que monta em 31.12.2012 a importância de R\$ 98.998.627,54, e **Indenizações a Receber da Seguradora** - valores que a Seguradora deve à Cia pelas indenizações represadas que monta em 31.12.2012 a importância de R\$ 59.248.461,11 apresentam inconsistências em função da adoção de índices evolutivos e a existência de datas e valores inconsistentes que influenciam os saldos em valores não mensuráveis. A Cia continua promovendo rotinas de reevolução e batimento dos saldos dos processos de seguro pendentes para em seguida promover o encontro de saldos entre os valores ativos e passivos e a repactuação do eventual saldo passivo. Não foi possível a confirmação externa dos saldos porque a Seguradora não respondeu a circularização até a data do presente relatório.

2. Os saldos das contas do **FCVS** - ativos e passivos - continuam dentro dos procedimentos normais de revisão e homologação de cobertura do FCVS, bem como da interposição de recursos pela Cia, onde a CEF emite relatórios nos quais desconta e ajusta os débitos antigos, gerando alteração automática nos saldos de estoques do FCVS que são ajustados pela Cia ao proceder aos registros mensais por totalizações. Os valores são documentados através dos relatórios analíticos emitidos pela CEF em valores que não são passíveis de mensuração futura por sofrerem alterações mensais nas rotinas de revisão da CAIXA. A Cia continua com as rotinas de revisão desses processos, em relação à cobertura, descontos concedidos, e ressarcimento, visando à eliminação de inconformidades relativas aos antigos procedimentos nos processos de concessão de descontos na transferência por sub-rogação. As diferenças são apontadas mensalmente pela CEF, e em seguida conferidas pela Cia, que de imediato promove os ajustes ou recursos necessários. As importâncias, por dependerem de informação externa, e de providências futuras e critérios aplicados pela CEF, bem como da falta de resposta à circularização, não são passíveis de mensuração. (NE 3.14, 3.15, 4.12, 4.19). A Cia possuía registrado em suas Demonstrações Financeiras, em 31.12.2012, amparadas por relatório analítico interno, um saldo a receber do FCVS de R\$ 430.744.238,72, e uma dívida de contribuições trimestrais que serão motivo de encontro de contas de R\$ 19.583.347,69 porém não foi possível a confirmação externa dos saldos porque a CAIXA não respondeu a circularização destas contas até a data do presente relatório.

3. Persiste sem definição jurídica o inquérito (NE 4.22) instaurado a pedido de mutuários na Proc. Judicial de Bebedouro que provocou em 30.06.08 um procedimento de evolução do saldo devedor retroativo dos contratos pertencentes ao Conj. Habit. Residencial Franciscano, onde os novos valores apurados de saldos residuais e parcelas foram sobrepostos no sistema GCI, reduzindo a carteira de recebimentos (no exercício 2008) em R\$ 5.439.954,26.

4. A Cia, considerando negociações e responsabilidade solidária da CEF, realizou provisão de R\$ 4.150.543,34 para perdas com ações judiciais de processos das construtoras, pendente de decisão do Tribunal (NE 4.22) adotando de forma conservadora os valores das iniciais processuais pelo motivo de ser impossível de mensuração, por não conhecer a decisão no mérito e no aspecto financeiro que deverá passar por perícia judicial contábil.

5. A Cia avaliou o CPC 12 - Ajuste a Valor Presente - AVP (contas de Devedores por Vendas Compromissadas e dos Financiamentos Imobiliários em fase de retorno à CEF), representativos



COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE BAURU

Av. Nações Unidas, n.º 30-31 – Fone (14) 3235 - 9222

CEP 17011-105 – Bauru - SP

dos saldos das Carteiras Habitacionais com vencimentos a partir de 360 dias, e julgaram a norma não ser aplicável. As carteiras constam da exceção da CPC 12 (NE 3.13).

6. O Sistema “Gerenciador de Créditos Imobiliários – GCI” migrou do antigo sistema GCI-Texto para o GCI-Gráfico com sucesso mantendo consistência na base de dados, mas ainda existem programas e relatórios que se encontram em adequação a sistemática operacional da Cia.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, exceto em relação aos pontos e ajustes 1 a 6 supra que afirmamos nossa opinião, a posição patrimonial e financeira da **COHAB Cia. de Habitação Popular de Bauru** em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Lins (SP), 08 de abril de 2013.

WRM Auditoria e Consultoria Ltda.

CRC (SP) sob nº 2SP017965/0-0 – IBRACON 033.

Walmir da Rocha Melges

Sócio Administrador – RG 5.656.096 – CPF (MF) 363.044.508-00

Sócio encarregado pelo trabalho (Técnico responsável):

Walmir da Rocha Melges

Contador - CRC 1SP072333/0-6 – IBRACON 0430.



COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE BAURU
Av. Nações Unidas, n.º 30-31 – Fone (14) 3235 - 9222
CEP 17011-105 – Bauru - SP

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nós, membros do Conselho Fiscal da Companhia de Habitação Popular de Bauru, COHAB-BAURU, abaixo assinados, tendo examinado o BALANÇO PATRIMONIAL e a DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO, levantados com base nas NBC's e Princípios Fundamentais de Contabilidade; e com base no RELATÓRIO dos AUDITORES INDEPENDENTES, consideramos regular a prestação de contas do exercício adotando a opinião expressa no capítulo OPINIÃO das conclusões do relatório dos Auditores Independentes. Assim, adotando os assuntos já apontados nas NOTAS EXPLICATIVAS e no citado RELATÓRIO, sugerimos a aprovação pela Assembléia Geral Ordinária dos Senhores Acionistas. Bauru (SP), 15 de abril de 2013.

GILBERTO AP. PAISAN
Presidente

JOSÉ FERNANDO FONTES
Membro

EDUARDO ABRANTES VALERIO
Membro

quinta-feira, 18 de abril de 2013

Diário Oficial Empresarial

São Paulo, 123 (72) – 97

ASSISTÊNCIA MÉDICO HOSPITALAR SÃO LUCAS S/A
CNPJ 51.502.821/0001-67 - NIRE 35.300.198.956
Edital de Convocação-Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
Ficam os senhores acionistas convocados pelo Diretor Geral da Companhia a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a realizar-se no dia 25 de abril de 2013, às 19h30min, na Associação Paulista de Medicina, localizada à Rua 13 de Maio nº 296, em Lins, São Paulo, a fim de deliberar sobre as seguintes matérias constantes da ordem do dia: (1) Fornecer contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício de 2012 da Companhia; (2) Proposta para aporte de capital; (3) Outros assuntos de interesse da sociedade, com direito a voto. Lins, 15 de abril de 2013. **Fabio Kobay Moura - Diretor Geral.** (16-17-18)

MORLAN S.A.
CNPJ/MF nº 53.309.795/0001-80
Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
Ficam convocados os acionistas da Morlan S.A. a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, no dia 30/04/2013, às 10 horas, na sede social da Companhia, situada na Rua Quatorze, nº 1126, CEP 14520-000, Ordiária - SP, para deliberar sobre as seguintes matérias constantes da ordem do dia: Em Assembleia Geral Ordinária: (1) Aprovação das contas da administração e demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2012; (2) Destinação do resultado do exercício social de 2012 e a ratificação do pagamento de juros sobre o Capital Próprio; (3) Eleição dos membros da diretoria para o período 2013/2014; e (4) Fixação da remuneração dos administradores. Em Assembleia Geral Extraordinária: (1) Destinação do saldo da conta Reserva de Lucros; e (2) Reforma do artigo 34º do Estatuto Social, referente ao pagamento dos dividendos e pagamento de juros sobre o capital próprio. Ordiária, 14 de abril de 2013. **A. Diresforta.** (16, 17 e 18)

BRANAVE S/A. TRANSPORTES FLUVIAIS
C.N.P.J/M.F.: 03.029.750/0001-11 - N.I.R.E.: 35.300.132.289
CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
São convocados os Senhores Acionistas desta Sociedade, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 20 de abril de 2013, às 10:00 horas na sede social na Av. Paulista, 460 - 10º Andar, São Paulo, Capital, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) Aprovação das Demonstrações Financeiras e Demonstrações Patrimoniais encerrados em 31.12.2012; b) Eleição dos membros da Diretoria; c) Fixação dos honorários da Diretoria; d) Outros assuntos de interesse geral. As Demonstrações Financeiras e os Balanços Patrimoniais estão a disposição dos acionistas na sede social. São Paulo, 17 de abril de 2013. **RONALDO ANDRÉS JEFFREY SMITH.** (16, 18 e 20)

GRAAL BIO INVESTIMENTOS S/A
CNPJ/MF 14.191.427/0001-29 - NIRE 35.300.412.044
Extrao - Ata do Reunião do Conselho de Administração 03/03/13
Data, Local e Horário: aos 03/03/2013, às 10:30h, na sede social da Graal Bio Investimentos S.A. (Companhia) Moisés Bernardo Alonso de Almeida Gradim - Presidente, Miguel de Almeida Gradim - Secretário, Convocação e Presença: Convocação dispensada. Deliberações: Foi deliberado, por unanimidade do votos e sem quaisquer restrições ou ressalvas: 1. Indicar o Sr. Victor Celso Gradim Boulhouas, RG 201.932/SSP-SA, CPF 000.083.975-20, como novo Presidente do Conselho de Administração, em substituição ao Sr. Bernardo Alonso de Almeida Gradim, RG 01.822.123-20/SSP-SA, CPF 916.165.245-00, que continuará exercendo a função de Diretor do Conselho de Administração. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. SP, 03/03/2013. **Bernardo Alonso de Almeida Gradim - Presidente.** Miguel de Almeida Gradim - Secretário. Reg 130.229/13-0 em 02.04.2013. Gisela Simões Coschin - Secr. Geral.

IRMADADE DA SANTA CASA DE MISERICÓDIA DE SÃO PAULO
CNPJ 52.779.145/0001-90
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
Os irmãos de todas as categorias desta Irmandade são convocados para a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se no Salão Nobre, na Rua Cesário Mota Júnior nº 112, em São Paulo no dia 24 do corrente mês de abril, em primeira ou em 10º dia, em segunda convocação, conforme as estipulações do Art. 15 do Regulamento, referentes ao Arrolamento de Instalação, a fim de deliberar sobre: (1) o balanço encerrado em 31 de dezembro de 2012, as contas desse exercício e as respectivas demonstrações e anexos, e o parecer da Comissão de Auditoria, cujas atas estão a disposição na Provedoria e foram publicadas no Diário Oficial do Estado - Empresarial; (2) outros assuntos do interesse da Irmandade. São Paulo, 12 de abril de 2012. **Dr. Kaili Rosa Abdalla - Provedor**

ACIDI - Associação Comercial e Industrial de Itaquaquecetuba
CNPJ: 49.290.018/0001-64
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
A Presidência da ACIDI - Associação Comercial e Industrial de Itaquaquecetuba (CNPJ: 49.290.018/0001-64), no uso e gozo de suas atribuições Estatutárias, e em cumprimento ao disposto no artigo 40 do Estatuto Social, torna pública a lista das eleições para renovação da Diretoria e do Conselho Deliberativo: 04 de outubro de 2013, das 09h00 às 18h00. Local: sede da ACIDI - Rua Carlos Barbosa da Silva, 51, Centro, nesta cidade. Os requerimentos de registro das atas deverão ser realizado no período de 18 de abril a 18 de maio de 2013, de acordo com o Regulamento Geral das Eleições 2013, que está a disposição do interessado na Secretaria da ACIDI. Itaquaquecetuba, 15 de abril de 2013. **JOSÉ BELICIANO JÚLIO DÁVALOS A-Presidente.**

TIETÉ VEÍCULOS S.A.
C.N.P.J/M.F. nº 68.857.085/0001-46 - N.I.R.E. 35.300.349.491
Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária
Ficam convocados os Srs. Acionistas da Tieté Veículos S.A., para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 25 de abril de 2013, às 11h00h, na Rua Ernesto de Castro, nº 37, Mooca, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 03042-010, para apreciar e deliberar acerca da seguinte ordem do dia: (i) A aprovação do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras e do Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012; (ii) A eleição dos membros da Diretoria; e (iii) A ratificação e a fixação da remuneração global e mensal dos Diretores. (17-18-19)

CAR - CENTRAL DE AUTOPEÇAS E ROLAMENTOS LTDA.
C.N.P.J/M.F. nº 62.396.406/0001-46 - N.I.R.E. 35.201.005.343
Edital de Convocação da Assembleia dos Sócios
Ficam convocados os Srs. Sócios da Car - Central de Autopeças e Rolamentos Ltda., para se reunirem em Assembleia dos Sócios, a ser realizada no dia 25 de abril de 2013, às 11h30min, na Rua Ernesto de Castro, nº 37, Mooca, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 03042-010, para apreciar e deliberar acerca da seguinte ordem do dia: (i) A aprovação do Relatório da Administração, do Balanço Patrimonial, as Demonstrações do Resultado Econômico e o Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012; e (ii) A ratificação e a fixação da remuneração mensal e global dos membros da Diretoria. (17-18-19)

TROPICO SISTEMAS E TELECOMUNICAÇÕES S.A.
CNPJ/MF nº 03.072.108/0001-88 - NIRE 35.300.170.784
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
Ficam convocados os Acionistas da TROPICO SISTEMAS E TELECOMUNICAÇÕES S.A. a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 24 de abril de 2013, às 10:00 horas, em sua sede social na Rodovia Campinas Mogi-Mirim, km 118,5, SP 340, Prefeito 12A, Fazenda Pau D'Árvore, Campinas, SP, CEP 13086-902, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) contas e relatório da Administração e exame, discussão, votação e aprovação das demonstrações financeiras, com parecer dos auditores independentes referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2012; b) eleição dos membros do Conselho de Administração; c) fixação da remuneração dos administradores; e d) outros assuntos de interesse geral. Campinas, 16 de abril de 2013. **Conselho de Administração.** 16, 17, 18/04

Q CORPORATE S.A.
C.N.P.J/M.F. nº 06.156.734/0001-30 - N.I.R.E. 35.300.348.869
Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
Ficam convocados os Srs. Acionistas da Q Corporate S.A., para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia 25 de abril de 2013, às 18:00h, na sede social da Companhia, localizada na Rua Ernesto de Castro, nº 37, 3º andar, sala 302, São Paulo, SP, CEP 03042-010, para apreciar e deliberar acerca da seguinte ordem do dia: (i) A aprovação do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras e do Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012; (ii) A eleição dos membros da Diretoria; (iii) Justificação e fixação da remuneração individual e mensal da Diretoria; e (iv) Deliberação sobre a prorrogação do prazo para integralização do capital social subscrito e a consolidação do valor do capital social efetivamente integralizado; e (v) Consolidação do Estatuto Social. (17-18-19)

CAR EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.
C.N.P.J/M.F. nº 12.297.309/0001-92 - N.I.R.E. 35.224.586.245
Edital de Convocação da Assembleia dos Sócios
Ficam convocados os Srs. Sócios da Car Empreendimentos Imobiliários Ltda., para se reunirem em Assembleia dos Sócios, a ser realizada no dia 25 de abril de 2013, às 12:00h, na sede social da Sociedade, localizada na Rua Ernesto de Castro, nº 37, 4º andar, sala 402, Mooca, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 03042-010, para apreciar e deliberar acerca da seguinte ordem do dia: (i) As contas dos administradores, o Balanço Patrimonial, as Demonstrações do Resultado Econômico e o Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012; (ii) A destinação do saldo do resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012; e (iii) A ratificação e a fixação da remuneração mensal e individual dos administradores da Sociedade. (17-18-19)

Lenços Presidente S.A. Indústria e Comercio
CNPJ. nº 80.671.298/0001-22
Convocados os Srs. Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 27/04/2013, às 10:00 (dez) horas, em sua sede à Rua Miguel Mentem, 207, nesta Capital, a fim de deliberar sobre as seguintes matérias: a) Exame, Discussão e Votação do Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial, Tomada de conta e demais Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social findo em 31/12/2012; b) Destinação dos Resultados do Exercício; e c) Outros assuntos de interesse da Empresa. São Paulo, 15 de abril de 2013. **Mário Resatto - Diretor Presidente.**

ETR ÓLEOS S/A
CNPJ/MF nº 07.830.977/0001-86 - NIRE 35.300.327.161
Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária
Ficam convocados os acionistas da ETR Óleos S/A (Companhia) para se reunirem no dia 29 de abril de 2013, às 14:00h, na sede social localizada na Av. Félix Galvão Cruz Simões, nº 485, Bairro Fátima - Distrito do Morumbi César, CEP 12441-286, Pindamonhangaba (SP), para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: Aprovação das contas, do balanço patrimonial e das demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31.12.2012, publicadas no Diário Oficial de SP e no Jornal da Cidade de Pindamonhangaba ambos em 28.03.2013. Pindamonhangaba (SP), 18 de Abril de 2013. **A. Diretoria.**

Companhia Agrícola Fazenda Santa Adélia
CNPJ nº 51.459.881/0001-44
Edital de Convocação Ordinária e Extraordinária
São convocados os acionistas a se reunirem no dia 27/04/2013, às 14:00h, na R. Prof. Irene Alves Toledo Lima, 169 - Lins/MS, a fim de deliberar sobre as seguintes matérias do dia: AGO: 1. Exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2012; 2. Eleição dos membros da Diretoria p/ o período de 01/05/2013 a 30/04/2014 e fixação de seus honorários. AGE: 1. Esclarecer sobre o andamento dos loteamentos existentes; 2. Esclarecer sobre os processos existentes; 3. Demais esclarecimentos que se fizerem necessários. Lins/MS, 12/04/2013. **Jairo Marcelo Guadé - Diretor Presidente.**

Maxishop Administração e Participações S/A.
CNPJ/MF: 56.439.094/0001-54
Edital de Convocação
Ficam convocados os Srs. Acionistas da Maxishop Administração e Participações S/A., para reunirem-se em AGO/E conjuntas, no dia 29/04/2013, às 16h00, na sede social à Av. Antônio Frederico Ozanam, nº 6000, Pínel Superior, Loja E1, em Jundiaí, SP, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) Examinar, discutir e deliberar sobre as contas e demonstrações financeiras do exercício findo em 31.12.2012; b) Destinação do resultado do exercício; c) Outros assuntos de interesse social. Jundiaí, 16.17 e 18 de Abril de 2013. **Presidente do Conselho de Administração**

Progresso e Desenvolvimento de Guarulhos S.A. - PROGUARU
Empresa de Economia Mista - CNPJ nº 61.270.575/0001-37
Edital de Convocação da Assembleia Geral Ordinária
Ao 6 horas do dia 11 de março de 2013, na sede social da Cia. Presentes: Membro do Conselho da Administração. Pauta: 1) Deliberação quanto ao laudo técnico de avaliação patrimonial da Cia de veículos, veículos e equipamentos da Proguaru elaborado pela RZK Serviços e Soluções Ltda. ME. Deliberação: Laudo aprovado pelos conselheiros. Guarulhos, 11 de março de 2013. **Dirlei Harenstein Bespedes - Presidente do Conselho de Administração.** Certificado que a presente é extrato da ata original arquivada na Jucesp sob o nº 117.809/13 em 10/03/2013. **Gisela Simões Casquinha - Secretária Geral.**

Agro DKV Produção Comercialização Prod. Orgânicos e Assessoria Ltda torna público que recebeu da Cetesb a Licença de Operação nº 6006963, válida até 13/04/2016, p/ Produtos diversos, fabricação da, sito à Estrada de Mão Branca, Sítio Laranja, s/n, Satélite Ins, Campinas/SP.

Companhia de Habitação Popular de Bauru
CNPJ (MF) 45.010.071/0001-03
Convocamos os Acionistas p/AGOs que se realizarã, na Av. Nações Unidas, 30-31, na sede, Bauru/SP, no dia 30/04/13, às 17hs. Ordem do Dia: AGO: a) Leitura da prestação de contas e relatório da Diretoria; b) Leitura, discussão e votação do Balanço e demais demonstrações financeiras, acompanhadas dos pareceres dos Cons. Fiscal e de Auditoria Independente; c) Eleição dos membros do Cons. Fiscal AGE; d) Outros assuntos de interesse da sociedade. Encontram à disposição dos acionistas na sede social, os doctos. Ref. Art. 133 da Lei 6.404/76 (consolidada c/ Lei 11.638 e MP 446/08), Bauru, 15/4/2013. **Artur Guaedes Neto - Pres. Cons. Adm.** (18, 19 e 20)

Arrtio S/A Armazéns Gerais Frigoríficos
CNPJ 61.024.295/0001-20 - NIRE 35.001.019.59
Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
Ficam convocados os Senhores Acionistas para a realização da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a realizar-se no dia 30 de abril de 2013, às 10:00 horas na Sede Social da Cia., sito e Rua Assara, 1001, em Barueri - SP para apreciar e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1) Exame, discussão e votação do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2012; 2) Deliberação sobre o resultado do exercício; 3) Outros assuntos de interesse da Companhia. Barueri-SP, 17/04/2013. **A. Diretoria.** (18, 19 e 20/4/2013)

Santa Carolina Vidros e Participações Ltda.
CNPJ nº 04.687.574/0001-11 - NIRE 35.217.087.820
Assembleia Geral Extraordinária - Convocados os Srs. Sócios a se reunirem em AGE, no dia 29.04.2013, às 08:30hs, à Rua Deputado Vicente Faria nº 8 - SP, para deliberar sobre a alteração da cláusula quarta do Contrato Social, para adequação do quadro societário da empresa, face a transferência de quotas realizadas em virtude de sucessão, com o ingresso da nova sócia, nos termos da cláusula 1ª do contrato social. S.P. 18.04.2013. **Administração.** (16-18-20)

HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMÓVEIS LTDA. torna público que recebeu da CETESB a Licença de Operação 21001715 e requereu a licença de instalação do Contrato Social de automotiv, câmbios e utilitários, sito à Av/ Hyundai, 777 Bairro: Agua Santa CEP 13419-300 Piracicaba/SP.

GRÃOS BRASIL DEPOSITO E BENEFICIAMENTO DE CEREAIS LTDA. torna público que requereu na CETESB a Licença Prévia e a Licença de Instalação para Cereais, beneficiamento de, sito à Rua Antonio Gerova, Nº 27, bairro Distrito Industrial, Taquarubá/SP.

INDÚSTRIA DE TINTAS E VERMELHAS PAUMAR S/A. torna público que recebeu da CETESB a Renovação da Licença de Operação nº 16008121, válida até 05/04/2015, para Tintas, Vermelhas, Esmaltes e Lacs, fabricação, sito à Rua Doutor Ulysses Guimarães, 800 - Bairro Sertãozinho Mauá/SP.

ELEFANTINO O AUTO POSTO AGUADOS LTDA. torna público que requereu junto à CETESB, a Renovação da Licença de Operação para COMÉRCIO VAREJISTA DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES, sito à Av. Fernando Machado, 145 Centro Agudos/SP.

POSTO ACESSO LVRRE LTDA - ME. torna público que requereu a CETESB a LICENÇA PREVIA E DE INSTALAÇÃO PARA AMPLIAÇÃO DE COMÉRCIO VAREJISTA DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES, sito à Av. SEVERINO TOSTES MEIRELLES, 2460 - DISTRITO INDUSTRIAL - DINFRA III, Franca/SP.

QUÍMICA AMPARO LTDA. torna público que requereu junto à CETESB a Licença de Operação para FABRICAÇÃO DE SABÕES, SABONETES E DETERGENTES SINTÉTICOS, sito à AVENIDA WALDYR BEIRA, 1000, JARDIM FIGUEIRA AMPARO/SP.

JN TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA. torna público que recebeu da CETESB a Licença Prévia e de Instalação nº13000352 e requereu Licença de Operação para comércio varejista de combustíveis e lubrificantes automotores (postos revendedores), sito à Av. Névio de Cunto, 835, Colinas Park Residencial Birigui/SP.

AMERICANO FABRICAÇÃO DE EMBALAGENS LTDA ME. torna público que recebeu da CETESB a Licença Prévia, de Instalação e de Operação nº 34000310, válida até 10/04/2017, para Fabricação de embalagens de plástico rígido, sito à Rua Henrique Witzel, 940 / 966 - Cidade Industrial - Santa Bárbara D Oeste/SP.

TAYO DESENTUPIDORA LTDA ME. torna público que requereu na CETESB a Renovação de Licença de Operação para Caminhão de Limpeza de fossas sépticas, coleta e disposição final de lodo, sito à Rua Ferriandino Morroni, nº 447, Mogi Moderno Mogi das Cruzes/SP.

PAULO DE TARSO MACHADO DE LIMA EPP. torna público que solicitou junto à a CETESB a Renovação de Licença de Operação para Fabricação de velas (cera, estearina, solo, etc.), sito à Av. Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, 923, Cidade Náutica São Vicente/SP.

JOSE MOISES DE OLIVEIRA ME. torna público que recebeu da CETESB a Licença Prévia e de Instalação nº 57000428 e requereu a Licença de Operação para Pintura eletrostatada, serviço de, sito à RUA LOANDA, 343, CHACARAS REUNIDAS SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP.

JESSE NOGUEIRA SERRALHERIA ME. torna público que solicitou junto à CETESB a Licença Prévia, de Instalação e de Operação para a atividade de "Serralheria (exceto esquadria),sem tratamento superficial", sito à Rua Benedito Antonio de Oliveira, nº 122 - FLORESTA GUARUJÁ/SP.

IPANEMA INDÚSTRIA DE PRODUTOS VETERINÁRIOS LTDA. torna público que recebeu da CETESB a Licença de Operação nº 6006994, válida até 08/04/2015, para fabricação de medicamentos para uso veterinário, sito à Rodovia Raposo Tavares, Km 113, Barreiro, Aracajuaba da Serra/SP.

FRANCISCO BERTELLI RENZETTI JUNIOR - ME. torna público que recebeu da CETESB a Renovação de Licença de Operação Simplificada nº 14000554, válida até 10/04/2016, para Atividades de instalação e curat-vessaria de, sito à RUA BERNARDINO DE CAMPOS, 4145, 1 ANDAR, REDENTORA SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP.

BSB PRODUTORA DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL S/A torna público que recebeu da CETESB a Licença Prévia e de Instalação nº 54000101 e requereu a Licença de Operação para Fabricação de calçados de couro para segurança Industrial, sito à AV. SÃO PAULO, 1805, JD. GUANABARA, LINS/SP.

sexta-feira, 19 de abril de 2013

Diário Oficial Empresarial

São Paulo, 123 (73) - 125

Brinquedos Bandeirante S.A.
CNPJ nº 01.068.557/0001-59 - NIRE 35.300.030.246
Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária
Ficam convocados os senhores acionistas de Brinquedos Bandeirante S/A a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 30/04/2013, às 10hs, em sua sede social, na Avenida Vila Erma, 2208/55, São Paulo, SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Tomada das contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31/12/2012; b) Destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; c) Outros assuntos de interesse social. São Paulo, 15 de Abril de 2013
Cyro de Souza Nogueira Junior
Diretor Executivo Administrativo Financeiro

Refinadora Catarinense S/A
CNPJ nº 08.151.580/0001-00 - NIRE 33.2.026700-5
Assembleia Geral Ordinária - Edital de Convocação
Ficam convocados os Senhores Acionistas da Refinadora Catarinense S/A para comparecerem à Assembleia Geral Ordinária que se realizará no dia 30/04/2013, às 10:00, na sede social da Empresa: Rua Raimundo, nº 2332 - Conjunto 11 - Torres Empresariais Itaipava, I, em São Paulo, SP, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: 1. Tomar as contas da Diretoria, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2012; 2. Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício findo em 31/12/2012; 3. Fixar os valores destinados à remuneração da Diretoria. São Paulo, 10 de abril de 2013. Valério Gomes Neto (Diretor Presidente).

Daffemer Comércio Exterior Ltda
CNPJ nº 28.290.000/0001-41 - NIRE 33.020700-5
Convocação Reunião de Sócios Quotistas
Ficam os senhores QUOTISTAS convocados a se reunirem em Reunião de Quotistas de Daffemer Comércio Exterior Ltda, CNPJ nº 28.290.000/0001-41, em primeira convocação, a ser realizada no dia 25 de Abril de 2013, com início às dez horas, na sede social da empresa, sito à Rua Rural nº 189, em São Paulo, SP, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Exame, discussão e votação do relatório da diretoria, balanço patrimonial e demonstração de resultados relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012; b) destinação e transferência de resultados da base exercicio de 2012; c) fixação dos honorários da diretoria. São Paulo, 17 de abril de 2013.
Walter Carvalho Daffemer - Sócio Administrador. (18-19-20)

Gigilo S.A. Indústria e Comércio
CNPJ/MF nº 59.105.636/0001-04
CONVOCAÇÃO DE ACIONISTAS PARA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA EXTRAORDINÁRIA
São convocados os senhores acionistas da Gigilo S.A. Indústria e Comércio, a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária Extraordinária, no dia 25 de abril de 2013 às 08h30 em primeira convocação e 09h00 em segunda convocação, em sua sede social à Rua Tieta nº 112 em São Bernardo do Campo - SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) aprovação de contas; b) eleição dos membros do conselho de administração; c) outros assuntos de interesse. São Bernardo do Campo, 17 de abril de 2013. Otavio Gigilo Junior - Dir. Presidente. (17-18-19)

TIETÊ VEÍCULOS S.A.
CNPJ/MF nº 68.867.085/0001-42 - N.I.R.E. 35.300.349.491
Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária
Ficam convocados os Senhores Acionistas da Tietê Veículos S.A. para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 25 de abril de 2013, às 11:00h, na Rua Ernesto de Castro, nº 37, Mooca, Município de São Paulo, Estado do Estado de São Paulo, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (i) A aprovação do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras e do Plano dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012; (ii) A destinação do resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012; (iii) A eleição dos membros da Diretoria; e (iv) A ratificação e a fixação da remuneração global e mensal dos Diretores. (17-18-19)

Santa Carolina Vidros e Participações Ltda.
CNPJ nº 04.867.674/0001-11 - NIRE 35217087820
Assembleia Geral Ordinária - Convocação
Convocamos os Srs. Sócios e AGO, a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 25 de abril de 2013, às 08:30hrs, à Rua Deputado Vicente Parrão nº 6 - SP, para deliberarem sobre o Alteração de cláusula quarta do Contrato Social, para adequação do quadro societário da empresa, face a transferência de quotas realizadas em virtude de sucessão, com o ingresso da nova sócia, nos termos da cláusula 10ª do contrato social. S.P. 18/04/2013. Administração (18-19-20)

Companhia de Habitação Popular de Bauru
CNPJ (MF) 45.010.071/0001-03
Convocação - A.G.O.E.
Convocamos os Acionistas da COHAB que se realizará, na Av. Nações Unidas, 30-31, na sede, Bauru/SP, no dia 30/04/13, às 17hs.. Ordem do Dia: AGO: a) Leitura da prestação de contas e relatório da Diretoria; b) Leitura, discussão e votação do Relatório e demais demonstrações financeiras, acompanhadas dos pareceres dos Cons. Fiscal e de auditoria independente; c) Eleição dos membros do Cons. Fiscal; AGO: e) Outros assuntos de interesse da sociedade. Encontra-se a disposição dos acionistas na sede social, os doctos. rat. Art. 133 da Lei 6.404/76 [consolidada da Lei 11.638 e MP 446/06], Bauru, 15/04/2013. Artur Guedes Neto - Pres. Cons. Adm. (18, 19 e 20)

Alcoeste - Destilaria Fernandópolis S/A
CNPJ/MF nº 43.545.284/0001-04 - NIRE 35.300.008.044
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - Convocação
São convocados os Srs. Acionistas para a AGO/E a ser realizada em 25/4/13, às 10hs., sede social, Rod. Euclides da Cunha km 562, Faz. Santa Alicia, Fernandópolis/SP Ordem do dia: AGO: a) Prestação de contas dos administradores; exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31/12/12; b) Destinação do resultado do exercício. AGE: a) Reformulação do Estatuto Social; a. b) Outros assuntos. Comunicamos que se encontram a disposição dos srs. acionistas na sede social, os doctos., a que se refere o art. 133 da Lei 6.404/76, publicados no DOESP e Diário Regional em 27/3/13, relativos ao exercício social findo em 31/12/12. Fernandópolis, 18/04/13. Kozuka Arakaki - Pres. do Cons. de Administração.

Garbo S/A
CNPJ 01.322.970/0001-06 - NIRE 35.300.040.694
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
Ficam convocados os Srs. Acionistas da Garbo S/A a se reunirem em AGO e AGE, nesta Capital, na Rua Achilles Orlando Coutinho, 551, no dia 30/04/2013, às 11:00h, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1 - Matéria ordinária: a) Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial levantado em 31/12/2012, e respectivas demonstrações financeiras; a.2) Eleição da Diretoria e fixação de sua remuneração; II - Matéria extraordinária: 5. II) proposta da Diretoria para pagamento das quotas que integram o capital social, cf. art. 12 da Lei nº 6404/76. b.2) consequente alteração do artigo 5º do Estatuto Social; b.3) outros assuntos de interesse social. SP, 18/04/2013. Antônio Carlos de Souza Araújo - Diretor Vice-Presidente. (18,20,23)

HENKEL LTDA.
CNPJ/MF nº 02.777.131/0001-05 - NIRE 35.215.286.161
CERTIDÃO
Certidão do arquivamento da Carta de Renúncia do Sr. Julio Muffato Kampff ao cargo de Presidente da Henkel Mercador, datada de 01/03/2013 - Secretária de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, JUCESP nº 121.746/13-6, em sessão de 12/4/2013. Gisela Silveira Caschin - Secretária Geral.

Terra Nova Rodobens Incorporadora Imobiliária - Palhoça II - SPE Ltda
CNPJ nº 09.219.215/0002-53 - NIRE 35.221.844.893
14ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL
Data 01.03.2013. Local S.J.Rio Preto. A totalidade dos sócios da TERRA NOVA RODOBENS INCORPORADORA IMOBILIÁRIA - PALHOÇA II - SPE LTDA, sede em São José do Rio Preto-SP, Av. Francisco das Chagas de Oliveira, nº 2500, sala 20C, CEP 15.085-485, DELIBERAM, reduzir o capital social, conf. art. 1082, Início II do CC, de R\$1.650.000,00 para R\$7.650.000,00, representando uma redução de R\$1.000.000,00, que serão devolvidos até 28.03.2013, em moeda corrente nacional, a sócia Marans Holdings S/A. Sócios: Marans Holdings S/A e Carlos Bianchi.

Comfri Soluções Logísticas S/A
CNPJ: 01.413.959/0001-57
Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária
Ficam convocados e convocados os Srs. Acionistas da Comfri Soluções Logísticas S/A, a se reunirem para realização da Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 25/04/2013, às 10:00hrs em primeira convocação e às 10:30min em segunda chamada, sede social, Av. Marginal, 1422 Anexo A - Distrito Industrial III - Babadouro/SP, Ordem do dia: a) Leitura, discussão e votação do Relatório da Diretoria, do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do 31/12/2012; b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; c) eleger os administradores, se for o caso e deliberar sobre a remuneração global dos órgãos de administração; e d) Outros assuntos de interesse da Companhia.

Guajarã S/A Empreendimentos Imobiliários
C.G.C. (MF) 65.472.146/0001-21 - NIRE 35.300.110.820
Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária
São convocados os acionistas da Guajarã S/A para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada na Av. Quatro Fios, 1.700 Torre A - SP/SP, que deliberará: a) Demonstrações Financeiras/2012; b) Eleição do Conselho de Administração; c) Outros assuntos de interesse social. SP, 16/04/2013. A Diretoria. (17, 18 e 19/04/2013)

HOSPITAL 19 DE JULHO S.A.
CNPJ/MF nº 60.984.855/0001-54 - NIRE 35.300.020.821
Assembleia Geral Ordinária - Edital de Convocação
Ficam convocados os acionistas da Hospital 19 de Julho S.A. para se reunirem no dia 30 de abril de 2013, às 09h00hrs, na sede social da Sociedade, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Pasteur Gomide, nº 671, 3º andar, em São Paulo, Estado de São Paulo, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício findo em 2012; (ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; (iii) fixar a remuneração global e anual dos Administradores; e (iv) eleição dos membros do Conselho de Administração. São Paulo, 19 de abril de 2013. Presidente do Conselho de Administração. (18, 20 e 23/04/2013)

KXYZ Tecnologia de Informação S/A
CNPJ 34.285.919/0001-84
Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária Extraordinária
Ficam convocados os Srs. Acionistas da KX para se reunirem em sua sede, na Alameda Ribeiro Preto, nº 01, s/ 2, Bela Vista, dia 30/04/2013 às 14hs, com a presença do acionista na sede do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; (ii) fixar a remuneração global e anual dos Administradores; e (iv) eleição dos membros do Conselho de Administração. São Paulo, 17 de Abril de 2013. Henry Malacoué - Presidente do Conselho de Administração. (19, 20 e 23/04/2013)

Attend Ambiental S/A
CNPJ/MF nº 13.039.389/0001-20 - NIRE 35.300.398.116
Edital de Convocação para Assembleia Geral Ordinária
Em primeira convocação, ficam convocados os senhores acionistas da Attend Ambiental S/A a comparecer a AGO que se realizará na sede social da Cia., situada na Av. Brasil, nº 1300, em São Paulo, SP, na data de 26/04/2013, às 15:00 hs., com a finalidade de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Aprovação do Balanço Patrimonial e Demonstração Financeira do exercício findo em 31/12/2012; (ii) Proposta da administração e a documentação, relativas aos itens de ordem do dia, e (iii) eleição dos membros do Conselho de Administração. São Paulo, 18/04/2013. Pedro Stech - Presidente do Conselho de Administração (19, 20 e 23/04/2013)

AKM Empreendimentos Imobiliários S/A
CNPJ nº 61.531.794/0001-04
Assembleia Geral Ordinária - Convocação
Ficam convocados os Srs. Acionistas da AKM Empreendimentos Imobiliários S/A, para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se às 15:00 horas do dia 30 de abril de 2013, em sua sede social, nesta Capital, na Alameda Santos, nº 960, 1º andar, Conjunto 1910, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: leitura, discussão e votação de Relatório da Diretoria, do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social findo em 31/12/2012. São Paulo, 18 de abril de 2013. Antranik Kasiljanian - Diretor Presidente. (18, 20 e 23)

ORIENT RELÓGIOS DO BRASIL S.A.
CNPJ (MF) 60.401.206/0001-00
Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária
Ficam convocados os Srs. Acionistas, a se reunirem no dia 30 de abril de 2013, às 09:00 horas, em sua Sede Social, na Rua Lúcio Badoaro, nº. 425 - 1º. Andar, Conjunto 171 - Centro, São Paulo - SP CEP 01009-905, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: - 1) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2012; - 2) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 2012; - 3) Outros assuntos de interesse social. São Paulo, 16 de abril de 2013. A Diretoria. (18, 19 e 20/04/2013)

CAS Tecnologia S.A.
CNPJ 09.970.000/0001-00
Edital de Convocação
Convocamos os Srs. acionistas para uma AGO/E a realizarem-se concomitantemente no dia 20/04/2013, às 10hs, na sede social, em São Paulo, SP, a Av. Paulista, 1776, 8º, p/ tratar da seguinte ordem do dia: a) aumento do capital social pela subscrição de ações preferenciais (pesta da AGE); b) aprovação do balanço do exercício de 2012; c) distribuição de dividendos e a resolução da Diretoria (pesta de AGO). São Paulo, 18/04/2013. (ao) Wilson Regis Jacometti, Dr. Presidente. (18,19 e 20/04/2013)

Agropecuária Santa Silvia S/A
CNPJ nº 04.981.577/0001-82
Convocamos os Srs. acionistas a se reunirem em AGO, às 16h do dia 28/04/13, em sua sede, na R. Greenlândia, 1.611, s/ 04, Jd. Uruçuva, SP/SP, Ordem do dia: a) tomar as contas dos administradores e votar as demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/12; b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; c) eleger os administradores, se for o caso e deliberar sobre a remuneração global dos órgãos de administração; e d) Outros assuntos de interesse da Cia. Encontra-se a disposição dos acionistas, na sede social, os doctos. referidos no art. 133 da Lei 6.404/76. SP, 18/04/13. Solange Repp-Jabran, Presidente Intima do Cons. de Adm.

Equatorial Sistemas S/A
CNPJ/MF nº 01.111.979/0001-02 - NIRE 35.300.319.231
14ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL
Conforme datamina o art. 28 do Estatuto Social da Equatorial Sistemas S/A, ficam os Srs. Acionistas convocados para comparecer a Assembleia Geral Ordinária da Cia., que será realizada no dia 30 de abril de 2013, às 13:30 horas, na sede social localizada na cidade de São José dos Campos/SP, na Av. Shishima Hirata nº 2011, sala 100, Parque Tecnológico UNIVAP, Bairro Urbanov, a fim de deliberar acerca da seguinte ordem do dia: (i) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2012; e (ii) deliberar a respeito da destinação do resultado apurado pela Companhia no exercício social encerrado em 31/12/2012. São José dos Campos/SP, 10 de abril de 2013. César Celeste Ghizoni - Presidente do Conselho de Administração

JITÁ EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A.
CNPJ Nº 67.463.001/0001-90 - NIRE Nº 35.300.525.666
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA
Os Srs. Acionistas são convocados a comparecer a Assembleia Geral Ordinária e CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL, em sua sede social, localizada na Rua Jacaré, 247 - Bloco 1, São Paulo-SP, às 09:00h de 30/04/2013, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1) votação do relatório da administração, demonstrações financeiras e de resultados, destinação destas, relativos ao exercício findo em 31/12/2012; 2) Eleição da Diretoria; 3) assuntos afins. São Paulo, 18/04/2013. A Diretoria.

Sistema Fácil, Incorporadora Imobiliária - Uberlândia III - SPE Ltda
CNPJ Nº 08.921.329/0003-25 - NIRE 35.221.470.191
14ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL
Data 01.03.2012. Local S.J.Rio Preto. A totalidade dos sócios da SISTEMA FÁCIL, INCORPORADORA IMOBILIÁRIA - UBERLÂNDIA III - SPE LTDA, sede em São José do Rio Preto-SP, na Av. Francisco das Chagas de Oliveira, nº 2500, sala 33E, Higienópolis, CEP 15.085-485, DELIBERAM, reduzir o capital social, conf. art. 1082, Início II do CC, de R\$2.460.000,00 para R\$1.271,00, representando uma redução de R\$1.189.000,00, que serão devolvidos até 28.03.2013, em moeda corrente nacional, a sócia Rodobens Negócios Imobiliários S/A. Sócios: Rodobens Negócios Imobiliários S/A e Carlos Bianchi.

Sistema Fácil, Incorporadora Imobiliária - Ponta Grossa I - SPE Ltda
CNPJ Nº 09.202.229/0002-10 - NIRE 35.221.819.982
11ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL
Data 01.03.2012. Local S.J.Rio Preto. A totalidade dos sócios da SISTEMA FÁCIL, INCORPORADORA IMOBILIÁRIA - PONTA GROSSA I - SPE LTDA, sede em São José do Rio Preto-SP, na Av. Francisco das Chagas de Oliveira, nº 2500, sala 38C, Higienópolis, CEP 15.085-485, DELIBERAM, reduzir o capital social, conf. art. 1082, Início II do CC, de R\$2.994.000,00 para R\$1.604.364,00, representando uma redução de R\$1.389.636,00, que serão devolvidos até 28.03.2013, em moeda corrente nacional, a sócia Rodobens Negócios Imobiliários S/A. Sócios: Rodobens Negócios Imobiliários S/A e Carlos Bianchi.

Sistema Fácil, Incorporadora Imobiliária - São José do Rio Preto XIII - SPE Ltda
CNPJ Nº 08.724.719/0001-76 - NIRE 35.221.340.270
15ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL
Data 01.03.2013. Local S.J.Rio Preto. A totalidade dos sócios da SISTEMA FÁCIL, INCORPORADORA IMOBILIÁRIA - SÃO JOSÉ DO RIO PRETO XIII - SPE LTDA, sede em São José do Rio Preto-SP, na Av. Francisco das Chagas de Oliveira, nº 2500, sala 47D, CEP 15.085-485, DELIBERAM, reduzir o capital social, conf. art. 1082, Início II do CC, de R\$2.994.000,00 para R\$1.604.364,00, representando uma redução de R\$1.389.636,00, que serão devolvidos até 28.03.2013, em moeda corrente nacional, a sócia Rodobens Negócios Imobiliários S/A. Sócios: Rodobens Negócios Imobiliários S/A e Carlos Bianchi.

Berg-Steel S.A. Fábrica Brasileira de Ferramentas
CNPJ Nº 44.209.294/0001-31 - NIRE Nº 35.300.271.332
Assembleia Geral Ordinária - Convocação
Convocamos os acionistas a se reunirem em AGO/E, a realizarem-se conjuntamente em 29/06/2013, às 09:00h, na sede social em Araras/SP, a fim de deliberarem sobre AGO - AGO - o que trata o art. 132 da Lei nº 6.404/76 (redação atual). II - AGE - a) Análise, discussão e votação de proposta da diretoria para elevação do capital social e/ou outros apurados e consequente alteração do art. 2º do Estatuto Social; b) Outros assuntos. Araras-SP, 15/04/2013. (a) José Abílio Baglio - Presidente do Conselho de Administração. (18-19-20)

POLICLIN S/A SERVIÇOS MÉDICO-HOSPITALARES
CNPJ Nº 45.184.056/0001-17
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA
Ficam convocados os Srs. Acionistas da Policlín S/A Serviços Médico-Hospitalares para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no próximo dia 30 de abril de 2013, às 10:00 horas, no Centro Administrativo localizado na Rua Cel José Domingos de Vasconcelos, nº 215, na cidade de São José dos Campos - SP, com a seguinte ordem do dia: a) Aprovação das demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2012; b) Aprovação da remuneração dos Sócios Remunerados do Capital Proprio; c) Outros assuntos relativos de interesse social. São José dos Campos, 17/04/2013. A Diretoria. (17-18-19)

STRIP MALL S.A.
CNPJ/MF nº 67.985.756/0001-54 - NIRE 35.300.524.918
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA
Ficam os senhores acionistas da STRIP MALL S.A. [Companhia] convocados por seu Diretor, nos termos do Estatuto Social, para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária (AGO), a realizar-se no dia 30/04/2013, às 10 horas, na sede social da Companhia, para analisar e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31/12/2012; e b) Proposta da Administração para a destinação do lucro líquido auferido pela Companhia no exercício social findo em 31/12/2012, se houver. São Paulo, 18 de abril de 2013. STRIP MALL S.A. (Diretor Superintendente, Fábio Pontes da Silveira Rodrigues). (18, 20 e 23)

Sistema Fácil, Incorporadora Imobiliária - Rondonópolis I - SPE Ltda
CNPJ Nº 09.197/0001-07 - NIRE 35.221.833.033
14ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL
Data 07.03.2013. Local S.J.Rio Preto. A totalidade dos sócios da SISTEMA FÁCIL, INCORPORADORA IMOBILIÁRIA - RONDONÓPOLIS I - SPE LTDA, sede em São José do Rio Preto-SP, na Av. Francisco das Chagas de Oliveira, nº 2500, sala 202, Higienópolis, CEP 15.085-485, DELIBERAM, reduzir o capital social, conf. art. 1082, início II do CC, de R\$1.028.000,00 para R\$30.699.828,00, representando uma redução de R\$860.000,00, que serão devolvidos até 28.03.2013, em moeda corrente nacional a sócia Companhia de Participações Imobiliárias. Sócios: Companhia de Participações Imobiliárias e Carlos Bianchi.

Novelder Artes Gráficas Ltda - ME tem público que solicito junto a GETSP a Renovação da Licença de Operação para a atividade de produtos gráficos; edição e impressão de " localizada a Av. Conselheiro João, 908, Chácara Califórnia, município de São Paulo.

100 - São Paulo, 123 (74)

Diário Oficial Empresarial

sábado, 20 de abril de 2013

Maturin Participações S.A.
CNPJ/MF nº 14.181.768/0001-13 - NIRE nº 35300417020
Edital de Convocação - 1ª Convocação
Ficam convocados os acionistas da Cia. AGOJE, a ser realizada no dia 30/04/2013, às 11h, em 1ª convocação, na Av. Sagitário, nº 138, nº215/11A, nº 3, Alpha Square, Torre I, Bauru - SP. CEP: 06473-073, p/ deliberar sobre: (i) Em AGOJE (1) as contas da administração, o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras referentes ao exercício social de 2012, bem como a distribuição de dividendos, e (2) a eleição dos membros da diretoria, e (ii) Em AGE (1) a transferência da sede social, (II,2) o exercício do direito de voto da Cia. na sociedade investida Café Donuts Franquias S.A., com relação (a) às contas da administração, o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras referentes ao exercício social de 2012 da sociedade investida, bem como sobre a distribuição de dividendos, e (b) a eleição dos membros do conselho de administração, e (c) a transferência da sede social Flávio Milano Benowitz e Elena Kuflik-Benedowicz - Diretores. (19, 20 e 24/04/2013)

BRANAVE S/A. TRANSPORTES FLUVIAIS
C.N.P.J/M.F.: 03.032.738/0001-11 - N.I.R.E.: 35.300.132.269
CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
São convocados os Senhores Acionistas desta Sociedade, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 30 de abril de 2013, às 10:00 horas na sede social na Av. Paulista, 460 - 19º Andar, São Paulo, Capital, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) Aprovação das Demonstrações Financeiras e Balanço Patrimonial encerrados em 31/12/2012; b) Eleição do Conselho Fiscal; c) Eleição do Conselho de Honorários da Diretoria; d) Outros assuntos de interesse geral. As Demonstrações Financeiras e os Balanços Patrimoniais estão à disposição dos acionistas em Rua São Paulo, 17 de abril de 2013.
RONALDO ANDRÉS JEFFREY SMITH. (18, 19 e 20)

CASP S/A - INDÚSTRIA E COMÉRCIO
CNPJ (MF) nº 106.043/0001-40
EDITAL DE CONVOCACAO AGOJE.
Ficam convocados os Srs. Acionistas e se reuniram em AGOJE a realizar-se no próximo dia 07 de Maio de 2013, às 10h00 horas, na sede social à Rua Sabotini Gonçalves nº 477 em Anpuro (SP), a fim de discutirem e deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: AGO: (a) Leitura, discussão e votação do Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Financeiras encerradas em 31/12/2012 acompanhados do parecer dos auditores independentes Ernst & Young Touro; (b) Deliberação sobre a destinação do resultado líquido do exercício de 2012; (c) Eleição dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal; Eleição dos honorários dos membros da Diretoria e Conselho Fiscal; AGE (a) Consideração do Estatuto Social; (b) Outros assuntos de interesse social. Anpuro, 12 de abril de 2013. Ass: A Diretoria.

HOLCIM (BRASIL) S.A.
CNPJ/MF nº 80.899.338/0001-17
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCACAO AGOJE.
Ficam convocados os Acionistas de Holcim (Brasil) S/A a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada no dia 30 de abril de 2013, às 10:00 horas, na sede social da Companhia situada na Rua Verbo Divino, 1.488 - 5º andar, Bloco D, Chácara Santo Antônio, São Paulo - SP, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **Assembleia Geral Ordinária:** a) Exame e deliberação do Relatório da Administração, do Balanço Patrimonial e das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012; b) Deliberação dos resultados do exercício de 2012; **Assembleia Geral Extraordinária:** a) Consideração do Estatuto Social; b) Extração do Conselho Consultivo. São Paulo, 22 de abril de 2013. Otnar Hübscher - Diretor Presidente. (19, 20 e 23/04)

Etelbras Eletrônica e Telecomunicações S/A
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - Convocação
Convencidos os senhores acionistas desta sociedade, para se reunirem em AGO e AGE no dia 30 de abril de 2013, às 10h00 horas, na sede social, Rua Vergueiro, 1.759 - Torre - Sala Tutúcia - Vila Mariana - São Paulo - SP, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: I - Em Assembleia Geral Ordinária: a) Leitura, discussão e votação do Relatório da Diretoria, do Balanço Patrimonial e das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2012; b) Deliberação sobre o resultado do exercício; c) Eleição da Diretoria; d) Fixar os honorários da Diretoria; e) Outros assuntos de interesse social. II - Em Assembleia Geral Extraordinária: a) Proposta de alteração e reformulação do objeto social da empresa; b) Outros assuntos de interesse social. São Paulo, 19 de abril de 2013. Paulo Healdinger Couto - Diretor Presidente.

Usina Paulista Queluz de Energia S.A.
CNPJ/MF nº 06.978.417/0001-70 - NIRE 35.300.347.398
Edital de Convocação da Assembleia Geral Ordinária
Ficam convocados os Acionistas da Usina Paulista Queluz de Energia S.A. ("Companhia"), a se reunirem em 30 de abril de 2013, às 10 horas e 30 minutos, na sede social da Companhia, localizada na Avenida Doutor Cardoso de Melo, nº 1855, bloco 1, 6º andar, sala A, Vila Olímpia, CEP 04548-005, na cidade e Estado de São Paulo, para deliberar sobre as seguintes matérias dispostas na Ordem do Dia: (i) Tomar as contas dos Administradores, examinar e discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia e o Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício final em 31 de dezembro de 2012; (ii) Deliberar sobre a Proposta de Distribuição de Lucro líquido do exercício de 2012; (iii) Deliberar sobre a distribuição de dividendos; e (iv) Fixar a remuneração global dos Administradores da Companhia. São Paulo, 10 de abril de 2013. Alencar Moreira de Moraes Peres - Presidente do Conselho de Administração.

Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.
CNPJ/MF nº 06.978.408/0001-00 - NIRE 35.300.347.374
Edital de Convocação da Assembleia Geral Ordinária
Ficam convocados os Acionistas da Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A. ("Companhia"), a se reunirem em 30 de abril de 2013, às 10 horas, na sede social da Companhia, localizada na Avenida Doutor Cardoso de Melo, nº 1855, bloco 1, 6º andar, sala A, Vila Olímpia, CEP 04548-005, na cidade e Estado de São Paulo, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Tomar as contas dos Administradores, examinar e discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia e o Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício final em 31 de dezembro de 2012; (ii) Deliberar sobre a Proposta de Distribuição de Lucro líquido do exercício de 2012 e distribuição de dividendos; (iii) Fixar a remuneração global dos Administradores da Companhia. São Paulo, 10 de abril de 2013. Jose Luiz de Godoy Pereira - Presidente do Conselho de Administração.

Arrio S/A Armazéns Gerais Frigoríficos
CNPJ nº 61.024.295/0001-20 - NIRE 3530010199-5
Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
Ficam convocados os Acionistas da Companhia para a realização da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia 30 de abril de 2013, às 10:00 horas na Sede Social da Cia., sito e Rua Jusseira, 0301, em Bauru/SP, para apreciar e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (I) Exame, discussão e votação do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2012; (II) Deliberação sobre o resultado do exercício; (III) Outros assuntos de interesse da Companhia. Bauru-SP. 17/04/2013 - A Diretoria. (18, 19 e 20/04/2013)

SESVESP - Sindicato das Empresas de Segurança Privada, Segurança Eletrônica, Serviços de Estética e Proteção do Estado de São Paulo - CNPJ nº 53.821.401/0001-79 - Contribuição Sindical Patronal 2013 - O SESEVSP - Sindicato das Empresas de Segurança Privada, Segurança Eletrônica, Serviços de Estética e Proteção do Estado de São Paulo, com sede na Rua Bernardino Fangarini, 691, Casa Verde, São Paulo/SP de acordo com o estabelecido no Art. 605 da CLT, torna pública a prestação das Contas e o Balanço Patrimonial Patronal 2013, prevista nos artigos 578 e seguintes da CLT, com vencimento em 30/04/2013, as empresas do segmento de Segurança Privada e Cursos de Formação estabelecidas no Estado de São Paulo. Maiores informações poderão ser obtidas através do telefonafone: (11) 3858-7360 ou ainda pelo e-mail sevesp@sevesp.com.br. São Paulo, 18 de abril de 2013. JOSÉ ADR LIOULA - Presidente

ISO HOSPITAL DIA S/A
CNPJ/MF nº 02.861.413/0001-96 - NIRE 35.300.414.241
CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
Ficam os quotistas convocados para a reunião ordinária de reunião-se em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se às 20 horas do dia 30 de abril de 2013, na sede da Companhia localizada na Rua Monsenhor de Paula Rodrigues nº 193, Vila Galvani, Santos/SP, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: I. Leitura, discussão e aprovação do relatório da administração e das demonstrações financeiras referentes ao exercício final em 31/12/2012. II. Eleição de membros do Conselho que serão investidos no cargo a partir do agosto de 2013. III. Assuntos correlatos. Santos, 20 de abril de 2013. Andreas Reinisch Perdicaris - Presidente do Conselho de Administração.

AKM-Empreendimentos Imobiliários S/A
CNPJ nº 61.521.794/0001-94
Assembleia Geral Ordinária - Convocação
Ficam convocados os Srs. Acionistas da AKM-Empreendimentos Imobiliários S/A, para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se às 15:00 horas do dia 30 de abril de 2013, em sua sede social, nesta Capital, na Alameda Santos, nº 860, 19º andar, Conjunto 1910, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (a) Aprovação das Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social final em 31/12/2012. São Paulo, 18 de abril de 2013. Antranik Kassajjian - Diretor Presidente. (19, 20 e 23)

Companhia de Habitação Popular Bandeirante
CNPJ/MF nº 46.065.546/0001-21
Cargos e Remunerações
A Diretoria Presidente, R\$ 2.228,10; Adv., R\$4.307,20; Anal. Contab., R\$3.598,15; Asses. Jur., R\$ 829,00; Ass. Asses. Jur., R\$ 2.641,75; Ass. Com. R\$ 1.884,05; Ass. Com. R\$ 1.538,00; Ass. Contab., R\$ 1.294,00; Gerente, R\$ 2.641,75; Sr. e Sra. Anal. R\$ 1.617,40; Ass. Sist. Financ. Hab., R\$1.617,40; Caixa, R\$124,05; Coord. Contribuição, R\$4.116,25; Coord. (Inform.Finan.), Coord. FVPS, R\$ 5.219,05; Gerentes (Adm.Finan.Jurac), R\$6.820,00; Motorista, R\$1.978,25; Secr., R\$1.538,15; Tac. Orçamen., R\$3.147,00 e Tac. Sec. Habit., R\$ 2.641,75. Anna Maria Alfonso Ferreira.

Equatorial Sistemas S/A
CNPJ/MF nº 01.111.976/0001-02 - NIRE 35.300.319.231
Convocação para Assembleia Geral Ordinária
Conforme determina o art. 28 do Estatuto Social, Equatorial Sistemas S/A, ficam os Srs. Acionistas convocados para comparecer à Assembleia Geral Ordinária da Cia., que será realizada no dia 30 de abril de 2013, às 12:30 horas, na sede social, localizada na Rua Antônio Carlos, nº 500, Parque UNIVAP bairro Urbanova, a fim de deliberar acerca da seguinte ordem do dia: (i) Deliberar sobre o resultado do exercício social encerrado em 31/12/2012; (ii) Deliberar a respeito da destinação do resultado líquido da Companhia no exercício social encerrado em 31/12/2012; (iii) Eleição dos membros da Diretoria de 2013. César Celeste Ghizoni - Presidente do Conselho de Administração.

Pele Nova Biotecnologia S.A.
CNPJ/MF nº 03.545.284/0001-04 - NIRE 35.300.008.944
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - Convocação
São convocados os Srs. Acionistas para a AGO/E a ser realizada em 26/4/13, às 10h, sede social, Rod. Euclides da Cunha km 582, Faz. Santa Alice, Fernandópolis/SP. Ordem do dia: AGO: a) Prestação da conta dos administradores, exame, discussão e votação das dem. financeiras relativas ao exercício social final em 31/12/12; b) Destinação do resultado do exercício. AGE: a) Reformulação do Estatuto Social; e, b) Outros assuntos. Comunicamos que se encontram à disposição dos srs. acionistas na sede social, os docs. a que se refere o art. 133 da Lei 6.404/78, publicados no DOE/SP, e Diário Regional em 27/3/13, relativos ao exercício social final em 31/12/12. Fernandópolis, 18/4/13. Kosuke Aizawa - Pres. do Cons. de Administração.

Companhia de Habitação Popular de Bauru
CNPJ (MF) 45.010.07/10001-03
Convocação - A.G.O.E.
Convencidos os Acionistas p/AGOE que se realizará, na Av. Nações Unidas, 30-31, na sede, Bauru/SP, no dia 30/04/13, às 17hs. Ordem do Dia: AGO: a) Leitura da prestação da conta e relatório da Diretoria; b) Leitura, discussão e votação do Balanço e demais demonstr. financeiras, acompanhadas dos pareceres dos Cons. Fiscal e de auditores independentes; c) Eleição dos membros do Cons. Fiscal; AGE: a) Outros assuntos de interesse da sociedade. Encontrem à disposição dos acionistas na sede social, os docs. nr. Art. 133 da Lei 6.404/78 (consolidada pela Lei 11.638 e MF 449/08). Bauru, 15/4/2013. Artur Guedes Neto - Pres. Cons. Adm. (18, 19 e 20)

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE NOVA ODESSA
CNPJ 44.322.600/0001-13 - NIRE 35.300.889.118
EXTRATO DE JULGAMENTO - RECURSO ADMINISTRATIVO
Edital: Tomada de Preço nº 0003/2013. Processo: nº 0278/2013. Objeto: Aquisição de 40.000 kg de Cerveja Artesanal de Produção e Tratamento de Água sendo a entrega parcelada durante 12 (doze) meses. Proposita: 03. Julgamento: a Comissão Permanente de Licitação resolve julgar IMPROCEDENTE e pedir a aplicação das sanções a empresa Suazemar Comércio Ltda, mantendo-se assim sua inabilitação pelas razões apresentadas na ata de julgamento lavrada em 18/04/2013. Nova Odessa, 19/04/2013. Comissão Permanente de Licitação. A população de Nova Odessa pagou por este edital R\$ 561,00.

IMA - Incorporadora Machado Aida - Loteamento Residencial Parque das Gerações, torna pública que a Companhia CETESP e Licença de Operação de Loteamento p/ fim residencial, localizada no prolongamento da R.Por. Miró Campos nº1, Bairro Chácara Santa Isabel - Jabitocabal/SP.

Krahenbuhl S.A. Comércio e Importação
CNPJ nº 54.354.138/0001-07 - NIRE nº 35.300.110.439
Edital da Ata da Assembleia Geral Ordinária
Aos 25/03/2013, às 10h, na sede social em Piracicaba - SP. Presença: Totalidade do Capital Social. Convocação: Dispensada legalmente. Mesa: Presidente: Lincoln Krahenbuhl Ferraz Filho; Secretário: Fábio Ometto Ferraz, Deliberações: Undilimenes. Aprovadas as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31/12/2012, publicadas em 15/03/2013 no DOE/SP e A Tribuna Piracicabana. Aprovada a não distribuição de dividendos, devendo o valor ser incorporado aos lucros acumulados, para posterior distribuição. Deixou-se de eleger o conselho fiscal. Nada mais. JUCEB/SP nº 133.25.1/13-5 em 10/04/2013. Gisela Simerca Ceschin - Secretária Geral.

Laticínios Matinal Ltda.
CNPJ nº 47.081.427/0001-25 - NIRE nº 35212345094
Convocação para Reunião Ordinária dos Quilistas
Ficam os quotistas convocados para a reunião ordinária de quotistas a ser realizada na Fazenda Vista Alegre, s/nº, Km 2,5, Bloco Administração, Zona Rural, Vista Alegre do Alto/SP, no dia 30 (trinta) de abril de 2013, às 14:30hrs em primeira convocação e às 14:36hrs em segunda convocação, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1) tomar as contas dos administradores e deliberar sobre o balanço patrimonial e o resultado econômico do exercício social final em 31 de dezembro de 2012 auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes; e 2) designar Diretores com mandato de 3 (três) anos. Laticínios Matinal Ltda. - Riccardio Nardoni Nardin Antonio Natário. (19-20-23)

STRIP MALL S.A.
CNPJ/MF nº 07.088.768/0001-16 - NIRE 35.300.524.018
EDITAL DE CONVOCACAO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
Ficam os senhores acionistas da STRIP MALL S.A. ("Companhia"), convocados por seu Diretor, nos termos do Estatuto Social, para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), a realizar-se no dia 30/04/2013, às 10 horas, na sede social da Companhia, para analisar e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social final em 31/12/2012; e b) Proposta da Administração para a destinação do lucro líquido auferido pela Companhia no exercício social de 2012. 31/12/2012 e c) Eleição dos membros da Diretoria. São Paulo, 18 de abril de 2013. STRIP MALL S.A. (Diretor Superintendente, Fábio Pontes de Ulhoa Rodrigues). (19, 20 e 23)

U-NEAR S.A.
CNPJ nº 02.609.413/0001-31
Assembleia Geral Ordinária - Edital de Convocação
Ficam convocados os senhores acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 30/04/2013, às 10:00hs, na sede social, nesta cidade, à Rua Dr. Renato Pires do Barros, nº 717, 6º andar, Conjunto 44, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (a) Aprovação e aprovação das Demonstrações Financeiras, do Relatório da Administração e os demais documentos relativos ao exercício social final em 2012; (b) Deliberar sobre a distribuição de dividendos; (c) Fixar o montante global da remuneração dos administradores. São Paulo, 18 de abril de 2013. Conselho de Administração.

Alfa Rodobus Transportadora Turística Ltda - EPP
CNPJ/MF nº 05.502.232/0001-84
Edital de Convocação
Convencidos os sócios-quotistas a participarem da reunião da Alfa Rodobus Transportadora Turística Ltda - EPP, que se realizará no dia 12 de abril de 2013, às 10:00 (dez) horas em primeira convocação e às 11:00 (onze) horas em segunda convocação, na sede social localizada na Avenida Piracicaba, nº4122, sala 04, Bairro Butantã, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, CEP 05588-000, a fim de deliberarem: (i) exclusão por renúncia de Paulo Pereira de Oliveira; (ii) nomeação de Paulo Pereira de Oliveira e César Paulo em razão da deliberação; i. São Paulo, 05 de abril de 2013. Alfa Rodobus Transportadora Turística Ltda - EPP

HMKY Empreendimentos Participações e Administração S.A
CNPJ/Nº 34.265.919/0001-84
Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária
Ficam convocados os Srs. Acionistas a comparecer em sua sede social, sita à Riberão Preto, nº 401, a 3, Bela Vista, SP, no dia 30/04/13, 12:30hrs, com a presença dos acionistas que representem no mínimo, 1/4 do capital social existente, para se reunirem em AGO a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (a) Exame, discussão e votação do Balanço e demais Demonstrações Financeiras, bem como das contas dos administradores relativas ao exercício final em 31/12/12; (b) Eleição da Diretoria; (c) Remuneração dos Administradores; (d) Outros assuntos. DJC/Atos. SP. 17/04/13. Henry Makoud- Pres. do Conselho de Administração. (19, 20 e 23/04/2013)

HOSPITAL 9 DE JULHO S.A.
CNPJ/MF nº 60.884.855/0001-94 - NIRE 35.300.020.821
Assembleia Geral Ordinária - Edital de Convocação
Ficam convocados os acionistas do Hospital 9 de Julho S.A. para se reunirem no dia 30 de abril de 2013, às 9h00hrs, na sede social da Sociedade, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Pascho Gornide, nº 671, 3º andar, em Assembleia Geral Ordinária, para deliberar sobre a seguinte Ordem do dia: (i) Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício final em 2012; (ii) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; (iii) Fixar a remuneração global e anual dos Administradores; e (iv) Eleição dos membros do Conselho de Administração. São Paulo, 10 de abril de 2013. Presidente do Conselho de Administração (19, 20 e 23/04/2013)

Transbia Transportes Baldan S.A.
CNPJ/MF nº 55.520.555/0001-06
Assembleia Geral Ordinária - Edital de Convocação
Ficam convocados os senhores acionistas a se reunirem no dia 26 de abril de 2013, às 11h30min, em um segunda chamada às 12h00min, que será realizada na sede social situada na Avenida Tiradentes, nº 844, Centro, Estado de São Paulo, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: Em Sede de Ordinária (AGO): a) Exame, Discussão e Votação do Relatório Geral, Demonstrações Financeiras e Relatório da Administração referente ao exercício final em 31.12.2012. Dispensada a publicação dos Balanços e Demonstrações Financeiras por força do artigo 176, §6º e artigo 294, ambos da Lei 6.404/78. Matão (SP), 18 de abril de 2013. Walter Baldan Filho - Diretor. (18, 19 e 20/04/2013)

Atend Ambiental S/A
CNPJ/MF nº 13.030.389/0001-20 - NIRE 35.300.388.116
Edital de Primeira Convocação para Assembleia Geral Ordinária
Em primeira convocação, ficam convocados os senhores acionistas da Companhia Ambiental S.A. a comparecer à AGO que se realizará na sede social da Cia., situada na Av. Faria Lima, nº 2.301, 12º andar, São Paulo-SP na data de 26/04/2013, às 15:00 hs., com a finalidade de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Aprovação do Balanço de 2012 da Cia.; (ii) Deliberar acerca dos pareceres da Administração, cujos mandatos encerram-se em 23/08/2013. Instruções Gerais: (i) A proposta de distribuição de dividendos, relativos aos lucros da Cia. do dia, encontram-se à disposição dos senhores acionistas na sede da Cia., SP, 18/04/2013. Pedro Stech - Presidente do Conselho de Administração (19, 20 e 23/04/2013)

RDB COM. IND. E SERVIÇOS DE EQUIPAMENTOS E PEÇAS
Soc. Etaroma público que nasceu da CETESP e L.º nº 5006940, válida até 17/04/2013, fls. 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 375, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 382, 383, 384, 385, 386, 387, 388, 389, 390, 391, 392, 393, 394, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 402, 403, 404, 405, 406, 407, 408, 409, 410, 411, 412, 413, 414, 415, 416, 417, 418, 419, 420, 421, 422, 423, 424, 425, 426, 427, 428, 429, 430, 431, 432, 433, 434, 435, 436, 437, 438, 439, 440, 441, 442, 443, 444, 445, 446, 447, 448, 449, 450, 451, 452, 453, 454, 455, 456, 457, 458, 459, 460, 461, 462, 463, 464, 465, 466, 467, 468, 469, 470, 471, 472, 473, 474, 475, 476, 477, 478, 479, 480, 481, 482, 483, 484, 485, 486, 487, 488, 489, 490, 491, 492, 493, 494, 495, 496, 497, 498, 499, 500, 501, 502, 503, 504, 505, 506, 507, 508, 509, 510, 511, 512, 513, 514, 515, 516, 517, 518, 519, 520, 521, 522, 523, 524, 525, 526, 527, 528, 529, 530, 531, 532, 533, 534, 535, 536, 537, 538, 539, 540, 541, 542, 543, 544, 545, 546, 547, 548, 549, 550, 551, 552, 553, 554, 555, 556, 557, 558, 559, 560, 561, 562, 563, 564, 565, 566, 567, 568, 569, 570, 571, 572, 573, 574, 575, 576, 577, 578, 579, 580, 581, 582, 583, 584, 585, 586, 587, 588, 589, 590, 591, 592, 593, 594, 595, 596, 597, 598, 599, 600, 601, 602, 603, 604, 605, 606, 607, 608, 609, 610, 611, 612, 613, 614, 615, 616, 617, 618, 619, 620, 621, 622, 623, 624, 625, 626, 627, 628, 629, 630, 631, 632, 633, 634, 635, 636, 637, 638, 639, 640, 641, 642, 643, 644, 645, 646, 647, 648, 649, 650, 651, 652, 653, 654, 655, 656, 657, 658, 659, 660, 661, 662, 663, 664, 665, 666, 667, 668, 669, 670, 671, 672, 673, 674, 675, 676, 677, 678, 679, 680, 681, 682, 683, 684, 685, 686, 687, 688, 689, 690, 691, 692, 693, 694, 695, 696, 697, 698, 699, 700, 701, 702, 703, 704, 705, 706, 707, 708, 709, 710, 711, 712, 713, 714, 715, 716, 717, 718, 719, 720, 721, 722, 723, 724, 725, 726, 727, 728, 729, 730, 731, 732, 733, 734, 735, 736, 737, 738, 739, 740, 741, 742, 743, 744, 745, 746, 747, 748, 749, 750, 751, 752, 753, 754, 755, 756, 757, 758, 759, 760, 761, 762, 763, 764, 765, 766, 767, 768, 769, 770, 771, 772, 773, 774, 775, 776, 777, 778, 779, 780, 781, 782, 783, 784, 785, 786, 787, 788

Sancionário Eng. Ltda., quando da paralisação de execução. **Vida Nota 4.6.**
Outros Valores a Curto Prazo 31/12/2012 31/12/2011
Taxa Apoio Comunitário 784.293,79 784.293,79
Acordo Judicial - Sancionário Eng. Ltda. 2.285.000,00 1.625.000,00
Total 2.653.293,79 2.009.723,92
4.21. **Dívidas Habitacionais do Passivo** Não Circulante, 4.21.1. O valor de R\$ 773.440.976,00 representa as obrigações de retorno do Sist. Habitaç., e registra a partir do curto prazo dos valores dos empréstimos vinculados ao Sist. Financeiro da Habitação (SFH), e outras verbas originárias, destinadas à construção de conjuntos habitacionais, p/propose as mutuações finais, através do agente COHAB BAURU. **Vida Nota 3.5, 3.5.1, 4.21.2.** O valor de R\$ 6.574.384,72 representa a conta de valores devidos e título de Bônus (Decreto Lei 2164/94), concedidos proporcionalmente aos valores das prestações mensais vencidas, a obtinimento pagas - de 01/10/1984 a 09/09/95 - aos mutuários em dia das obrigações contratadas. Os bônus foram emitidos pelas Agências Financeiras e os valores transformaram-se em crédito junto ao antigo BNH, p/realizar no prazo máximo de 5 anos a contar de Jan/96, em parcelas mensais de juros remuneratórios limitados a 7% ao ano; acordados da comissão monetária trimestral de acordo c/ variação da UIPD. Com o propósito de não prejudicar as operações de crédito já contratadas, cujo retorno poderia ficar inviabilizado em caso de emissão dos bônus habitacionais pelas Agências Financeiras, assim o débito lastro financeiro, o BNH obteve no que estabelece o subitem 1.4.2 da Res. Dir. 19/84, concedido adiantamentos aos Agentes, por conta do futuro resgate dos bônus utilizados. Os valores dos Bônus Habitacionais foram registrados na contabilidade, como obrigações, e são atualizados mensalmente pela variação da UFV - mais juros.
Empréstimos Habitacionais-Retorno 31/12/2012 31/12/2011
Empréstimo da CEF - Fase do Retorno 773.440.976,00 749.090.872,46
Credores por Recursos Vinculados 26.574.284,72 26.574.284,72
Total 800.049.361,72 775.665.157,18
4.22. **Contingências Provisórias e Ações Judiciais:** Constituição da Providência p/Parceiros de Ações Judiciais, em função da possibilidade da perda, conforme julgamento do Dapto, Arquivo do 4.21.1, onde os processos se encontram pendentes de julgamento, sujeitos às incertezas circunstanciais e processuais.
Provisões Legais 31/12/2012 31/12/2011
Provisão para Contencioso Trabalhista 350.221,08 628.700,02
Prov. Partidas Ações Jud./Contratos/Acordos 6.469.024,28
Prov. Partidas Ações Jud./Contratos COHAB 5.347.681,70 11.114.847.681,70
Prov. Partidas Ações Fiscais contra COHAB 3.548.620,36 1.821.283,56
Prov. p/Partidas Ações Constr. - Diversas 4.150.643,34
Prov. p/Partidas Ações Fed. - Diversas 727.810,16
Prov. p/Partidas Ações Civis Pub. - Diversas 3.664.008,15
Total 24.829.676,66 20.130.590,66
Referências aos efeitos em relação aos contratos de aquisição de Habitação, do Babedouro - Res. Franciscano que promoveram Ação Civil Pública na Procuradoria Juríd. do Babedouro, contra a Cia., que então efetuou 303/08 - um procedimento global de avaliação do saldo devedor retroativo de todos os contratos daquele conjunto; onde os novos valores apurados como saldos residuais e de parcelas foram sobrepostos no sistema GCI, gerando redução na carteira do recebimentos em 2008, de R\$ 20.130.590,66 para R\$ 10.389.466,25.
Edson Bastos Gasparini Junior - Diretor Presidente

5.430.954,26. Quanto aos apóses promovidas por construtoras por contrato de empreitada global de seus conjuntos habitacionais que reclamam - a Justiça Federal, e as obrigações advindas do atraso no desmonte e liquidação das parcelas contratadas na época do grande mutação inflacionária, a Cia. chamou, por solidariedade, a CEF, a lidar pelo motivo de que tais atrasos ocorreram por atraso por parte da CEF no cumprimento do cronograma financeiro, onde os processos, que já passaram pela fase pericial pendiam do decisão do Tribunal, o que ocasiona incertezas quanto a decisão e valorização. O assunto está sendo objeto de negociação com os construtores e a CEF, inclusive quanto a decisão da Justiça Estadual, a um dos casos está c/o andamento sobrestado a pedido da autora. **Vida Nota 4.6.**, e 4.20. 4.23. **Outras Dívidas Fiscais** 31/12/2012 31/12/2011
L.R. e Contribuição Social Rec. Incidente sobre Realização: Saldo dos tributos incidentes sobre realização que estão sendo realizados a cada exercício. 290.759,57 300.546,97
Total 290.759,57 300.546,97
4.24. **Outros Valores Enigmeia de Longo Prazo** 31/12/2012 31/12/2011
L.R. e Contribuição Social Rec. Diferidos 280.759,57 300.546,97
Total 280.759,57 300.546,97
4.25. **Resultados de Exercícios Futuros:** Trata de Juros Contratados de conj. habitacionais no valor de R\$ 398.388,76, e de Receitas Futuras a receber da U.P.L. Marília, e que foi cancelado em função do Deserçoio de Ação, pendendo o valor de R\$ 1.073.578,47.
Resultado Exercício Futuro 31/12/2012 31/12/2011
Despesas Diferidas 1.472.967,23 1.337.114,32
Total 1.472.967,23 1.337.114,32
4.26. **Patrimônio Líquido** 4.26.1. **Capital Social:** O Capital atual da Cia. é de R\$ 4.500.000,00, totalmente subscrito e pago em moeda corrente ordinária e nominativa a valor nominal, participação majoritária da Prof. Mun. de Bauru.
Patrimônio a Descoberto 31/12/2012 31/12/2011
Capital Subscrito e Realizado 4.500.000,00 4.500.000,00
Reservas de Capital 31/12/2012 31/12/2011
Liquidez Patrimonial 16.591,74 16.591,74
Ajuste de Avaliação Patrimonial 876.591,27 937.613,14
Reserva de Realização de Imóveis 7.192.063,70 8.288.498,46
(-) Impostos p/ Realizações (280.759,57) (300.546,97)
Total das Reservas de Realização 7.726.375,50 8.925.524,25
Do Exercício Corrente 68.101,29 68.101,29
Prejuízos Acumulados 31/12/2012 31/12/2011
Do Exercício Anterior (69.283.890,09) (52.381.812,76)
Do Exercício Corrente (6.473.008,65) (18.147.467,91)
Ajuste dos Exercícios Anteriores (75.756.898,65) (70.529.280,67)
Total dos Prejuízos Acumulados (75.756.898,65) (70.529.280,67)
Total do Patrimônio Líquido (70.256.898,65) (66.023.812,42)
Paulo Sérgio Gobbi - Diretor Administrativo/Financeiro

4.26.2 **Passivo a Descoberto:** A composição do Patrimônio Líquido da Cia. em 31/12/2012 apresentou saldo do Passivo a Descoberto ante a ventajosa ocorrência relativa ao processo de apropriação dos Juros de Juros devidos a CAIXA conhecidos como Taxa de Importância pelo atraso no resgate (Retorno) dos Empréstimos Habitacionais documentados, os quais estão em fase de negociação. Muito embora tenha existido a decisão, por parte da CEF, no passado, em outras negociações, instando a Cia., de parte da Taxa de Importância, e ainda assim a mesma possibilidade nas negociações em andamento - já argüida nas atuais negociações, a Cia. decidiu, ouvindo o parecer da área jurídica e da recomendação dos auditores independentes, provar o registro das verbas postas. 4.27. **Cobertura de Seguros:** A Cia. contratou seguros p/propriedade de seu patrimônio, de acordo c/ as características dos bens, e relevância e o valor de reposição dos ativos, e se risco a que estejam expostos, observando-se os fundamentos de ordem legal, contábil e técnica, em montantes considerados suficientes p/ a cobertura dos riscos envolvidos. 4.28. **Recursos do Exercício:** A Cia. está mantendo sua capacidade operacional de gerar recursos:
Recursos de Atividades Operacionais 31/12/2012 31/12/2011
Receitas Financeiras 12.347.950,70 13.366.363,72
Receitas de Comercialização 859.500,95 244.530,00
Despesas Financeiras 783.504,96 834.472,25
Variações Monetárias Ativas 57.230.919,73 45.933.044,85
Total das Receitas 17.918.986,75 60.578.881,97
4.29. **Despesas de Atividades Operacionais:** As Despesas dos Atividades Operacionais foram sobrecarregadas no exercício em função da taxa de Importância dos contratos documentados em fase de negociação:
Despesas de Atividades Operacionais 31/12/2012 31/12/2011
Despesas Financeiras 64.787.824,66 58.420.449,52
Despesas de Comercialização 545.340,38 2.432.653,60
Despesas na Gestão do Crédito 783.504,96 834.472,25
Despesas Administrativas 2.241.456,72 3.849.773,47
Total 68.589.116,75 72.139.390,54
4.30. **Despesas Administrativas do Exercício:** Custeio adm. no exercício:
Despesas Administrativas 31/12/2012 31/12/2011
Despesas de Pessoal 4.546.213,67 4.290.297,31
Despesas com Encargos Sociais 1.456.737,81 1.303.635,56
Despesas com Orib. e Incentivos Fiscais 1.916.034,85 1.820.000,00
Despesas com Materiais 63.216,64 77.619,56
Despesas com Encargos Diversos 877.099,90 514.189,35
Total Despesas Administrativas 8.859.292,87 7.405.741,78
4.31. **Resultado Líquido do Exercício Ajustado:** O Resultado Líquido do Exercício Ajustado pela exclusão da Taxa de Importância apresenta um saldo líquido de R\$ 19.244.303,80.
Resultado Líquido do Período 31/12/2012 31/12/2011
Resultado Líquido (6.473.008,65) (18.147.467,91)
Saldo do Patrimônio Líquido 1.192.063,70 1.192.063,70
Total 19.244.303,80 246.149,37
5. **Outras Divulgações:** 5.1. **Prej. fiscais:** De acordo c/ legislação fiscal atual, a Cia. possui uma demonstração futura - posicionada em 31/12/12, c/o I.R.P.J., no valor de R\$ 94.752.481,66, e a Base Negativa da DSI no valor de R\$ 95.227.494,23. 5.2. **Sistema Gerenciador de Crédito:** O Sistema Gerenciador de Créditos Imobiliários - GCI migrou do antigo sistema GCI-Texto p/GCI-Gráfico obtusando mantendo consistência na base de dados, mas ainda existiam programas e relatórios que se encaixam em adequação à sistematiza operacional da Cia.
Hosângela I. Vallino - Controladora CRC-113P/136658/0-2

Parecer do Conselho Fiscal
Nos, membros do Conselho Fiscal da COHAB BAURU, abaixo assinados, tendo examinado o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício, levantados com base nas NBCs e Principios Gerais de Contabilidade, e as Demonstrações Independentes de Bens, Direitos e Passivos da Habitação Popular de Bauru - Bauru/SP. Examinamos as demonstrações consolidadas da COHAB BAURU (Cia.), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31/12/2012 e o resultado do exercício. O resultado do resultado, das mutuações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício final naquele data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Responsabilidade de administração sobre as demonstrações contábeis consolidadas: a Administração da companhia é responsável pela elaboração a adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelas informações que determinam como necessários para permitir a elaboração das demonstrações contábeis consolidadas. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que o auditor seja planejado e executado com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis consolidadas. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro. Nossa opinião é baseada em procedimentos de controle interno realizados para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas da entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia dessas controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação de evidência apresentada em conformidade com a NBC TG 100, assim como, os rendimentos, variações monetárias, a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes.

Fundamentos da Oportunidade: e com base no Relatório dos Auditores Independentes, consideramos regular a prestação de contas do exercício operacional expressa no balanço patrimonial e nas demonstrações do Resultado dos Auditores Independentes. Assim, adotando os assuntos já em suas contas. Adotamos que a exigência de auditoria pública e subscrito e pago em moeda corrente ordinária e nominativa a valor nominal, participação majoritária da Prof. Mun. de Bauru. 4.26. **Patrimônio Líquido** 4.26.1. **Capital Social:** O Capital atual da Cia. é de R\$ 4.500.000,00, totalmente subscrito e pago em moeda corrente ordinária e nominativa a valor nominal, participação majoritária da Prof. Mun. de Bauru.
Patrimônio a Descoberto 31/12/2012 31/12/2011
Capital Subscrito e Realizado 4.500.000,00 4.500.000,00
Reservas de Capital 31/12/2012 31/12/2011
Liquidez Patrimonial 16.591,74 16.591,74
Ajuste de Avaliação Patrimonial 876.591,27 937.613,14
Reserva de Realização de Imóveis 7.192.063,70 8.288.498,46
(-) Impostos p/ Realizações (280.759,57) (300.546,97)
Total das Reservas de Realização 7.726.375,50 8.925.524,25
Do Exercício Corrente 68.101,29 68.101,29
Prejuízos Acumulados 31/12/2012 31/12/2011
Do Exercício Anterior (69.283.890,09) (52.381.812,76)
Do Exercício Corrente (6.473.008,65) (18.147.467,91)
Ajuste dos Exercícios Anteriores (75.756.898,65) (70.529.280,67)
Total dos Prejuízos Acumulados (75.756.898,65) (70.529.280,67)
Total do Patrimônio Líquido (70.256.898,65) (66.023.812,42)
Paulo Sérgio Gobbi - Diretor Administrativo/Financeiro

apoiados nas Notas Explicativas e no citado Relatório, seguimos a aprovação pela A.G.O. dos Senhores Administradores de Bauru/SP, 15/4/2013.
José Fernando Torres - Eduardo Abrantes Valério
10.283.347,89 porém não foi possível a confirmação acerca dos saldos postados na CAIXA. Não respondido a circularização 1. Os saldos dos contratos que envolvem o Seguro Habitacional (NE 3.6.4.4., e 4.18): **Prêmios de Seguro a Pagar,** que monta em R\$ 31.120.2012 a importância de R\$ 98.908.827,54. Indenizações e Ações de Resgate, e valores que a Seguradora deva a Cia. pelas indenizações representadas que monta em 31/12/2012 a importância de R\$ 50.348.461,11 representam inconsistências em função da adoção de índices ocultos e a existência de datas e valores inconsistentes que influenciam os saldos em valores não monetários. A Cia. continua promovendo rotina de reavaliação e batimento dos saldos dos processos de seguro pendentes para uma segunda promover o encontro de saldos entre os valores de FCVS - ativos e passivos - e continuar os procedimentos normais de revisão e homologação da cobertura do FCVS, bem como da interposição de recursos pela Cia. onde a CEF emite relatórios nos quais descrevem a situação dos ativos, gerando alterações automáticas nos saldos de estoques do FCVS que são ajustados pela Cia. ao produtor de ajustes mensais por fidelização. Os valores são documentados através dos relatórios analíticos emitidos pela CEF em valores que não são passíveis de mensuração futura por softwares alternativos mensais nas rotinas de revisão da CAIXA. A Cia. continua com as rotinas de revisão desses processos, em relação a cobertura, descontos concedidos, e ressarcimento, visando à eliminação da inconformidade relativas aos antigos procedimentos nos processos de análise de descontos na transferência por sub-rogatória. As diferenças são apontadas mensalmente pela CEF, e em seguida conferidas pela Cia. que de imediato promove os ajustes ou recursos necessários. As importâncias, por dependência de informação externa, e de providências futuras e críticas aplicadas pela CEF, bem como da falta de resposta a circularização, não são passíveis de mensuração (NE 3.14, 3.16, 4.12, 4.19). A Cia. possui registrado em suas Demonstrações Financeiras em 31/12/2012, um saldo de R\$ 33.152.169,00, em um saldos interno, um saldo a receber do FCVS de R\$ 430.744.238,72, e uma dívida de contribuições trimestrais que serão muito de acordo do contas do R\$

ITAENDÁ PARTICIPAÇÕES S/A
CNPJ 59.591.788/0001-15

RELATÓRIO DA DIRETORIA
Srs. Acionistas: A Diretoria da Itatendá Participações S/A em cumprimento das disposições legais e estatutárias, submeteu ao exame e deliberação de V.Sas., o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012. Rio de Janeiro, 19 de abril de 2013. A Diretoria.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO			
Ativo	2012	2011	
Circulante			
Caixa e Bancos	168.990,54	3.468,24	
Outras Contas a Receber	3.338.101,98	7.943.437,35	
Estoque de Unidades Imobiliárias	31.224.631,20	-	
	34.731.423,72	7.946.905,60	
Não Circulante			
Investimento	48.490.511,93	35.749.732,15	
	48.490.511,93	35.749.732,15	
Total Geral do Ativo	83.221.935,65	43.696.637,75	
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Capital Social	Reserva Legal	Líquidos (Prejuízos) Acumulados
Em 31/12/2010	10.678.704,00	565.628,50	14.195.322,53
• Lucro no Período	-	-	4.767.099,68
• Apropriação de Reserva Legal	-	270.290,36	-
• Dividendos Propostos	-	-	(1.283.879,15)
Em 31/12/2011	10.678.704,00	835.918,86	15.678.543,15
• Lucro no Período	-	-	8.185.753,29
• Apropriação de Reserva Legal	-	40.967,09	-
• Dividendos Propostos	-	-	(134.593,70)
Em 31/12/2012	10.678.704,00	876.885,95	26.864.296,45

Ins. (b) Ativo e Passivo são classificados como circulantes quando sua liquidação ou liquidação é provável que ocorra nos próximos dez meses. Caso contrário não demonstrados como não circulantes. a - Partes relacionadas: São as diferenças de ativos e passivos classificadas pela CEF, e Circulante, assim como os valores a pagar estão classificados no Passivo Circulante. (b) Os saldos e as transações com partes relacionadas, demonstramos os saldos em moeda corrente ordinária e nominativa, e o valor em mil e centavos e quatro reais, diretamente subscrito e integralizado. O conteúdo por 11.820.704 ações emitidas, Lutz Cesar Aguiar Diretor Administrativo - Diretor, José Carlos Moraes - Diretor, Lutz Antônio dos Santos Ferraz - Contador - CRCRJ 057.578/0-2".

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO			
EM 31/12 DE DEZEMBRO	2012	2011	
Lucro Bruto	(222.618,45)	(186.238,69)	
Desp. (Rec. Operacional)	(220.930,51)	(183.671,16)	
Gerais e Administrativas	-	-	
Desp. Financeiras	(1.887,94)	(2.557,52)	
Rec. Financeiras	1.716.990,54	(2.626.060,89)	
Particip. em Empresa Controlada	1.494.372,09	(2.812.289,56)	
Resultado Operacional	7.699.727,66	7.579.389,24	
Rec. (Desp.) Não Operacionais	6.194.099,68	4.767.099,68	
Contribuição Social	3.129,94	-	
Imposto de Renda	5.216,57	-	
Resultado do Período	9.185.753,24	4.767.099,68	
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EXERCÍCIOS FININDOS EM 31 DE DEZEMBRO			
	ATIVIDADE DE OPERACIONAL	ATIVIDADE DE INVESTIMENTO	ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO
Em 31/12/2010	3.185.793,24	4.767.099,68	-
Menos: Partic. em Empresa Controlada	(1.716.990,54)	(2.626.060,89)	-
Menos: Apropriação de Investimentos	(8.185.753,29)	-	-
Contas a Receber	4.605.335,38	(1.048.667,94)	-
Dividendos Recebidos	-	1.213.886,10	-
Estoque de Unidades Imobiliárias	(31.224.631,20)	-	-
Contas a Pagar	(210.188,74)	97.746,30	-
Provisão de IR	8.346,51	-	-
Caixa Líquida das Atividades Operac.	(26.930.754,59)	76.737,70	-
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Investimento	(3.444,40)	896.876,06	-
Caixa Líq. das Atividades de Invest.	(3.444,40)	896.876,06	-
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Empréstimo de Curto Prazo	30.754.793,19	(154.899,80)	-
Menos: Partic. em Divid. e JSCP	(213.460,30)	(399.995,90)	-
Caixa Líq. das Atividades de Financ.	30.541.368,29	(1.544.897,88)	-
Aumento Líquido nas Disponibilidades	11.820.704,00	(11.282,04)	-
Saldo de Caixa Exercício Anterior	3.468,24	124.759,54	-
Saldo de Caixa Exercício Atual	168.990,54	3.468,24	-

Niterói Participações S.A.											
CNPJ/MF nº 07.956.825/0001-70											
Relatório da Diretoria											
Srs. Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2012 e 2011. Permanecemos a inteira disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.											
São Paulo, 10 de abril de 2013. A Diretoria											
Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em Milhares de Reais)						Demonstração do Resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em Milhares de Reais)					
Ativo	2012	2011	Passivo e Patrimônio Líquido	2012	2011						
	(Ajustado)	(Ajustado)		(Ajustado)	(Ajustado)						
Circulante	1.287	1.318	Circulante	47	6	Receitas (Despesas) Operacionais					
Caixa e Equivalentes de caixa	10	2	Fornecedores	37	6	2012 2011					
Impostos a Recuperar	5	5	Não Circulante	2.600	2.277	1.381 (304)					
Conta Corrente Consórcio – CSA (Nota 4)	1.282	1.263	Partes Relacionadas (Nota 3c)	334	-	Finanças Líquidas (4) (1)					
Não Circulante	4.576	6.894	Provisão Partida de Investimento (Nota 5)	2.277	-	3.606 2.302					
Partes Relacionadas (Nota 3c)	4.576	5.565	Patrimônio Líquido (Nota 6)	3.215	-	Resultado Operacional					
Investimentos (Nota 5)	-	1.329	Reserva Legal	388	388	(Prejuízo) Lucro Líquido do Exercício					
	-	1.329	Reserva de Lucros	7.550	7.550	(4.991) 2.087					
	-	-	Projeitos Acumulados	(4.723)	288	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em Milhares de Reais)					
Total do Ativo	5.863	8.212	Total do Passivo e Patrimônio Líquido	5.863	8.212						
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 (Em Milhares de Reais)											
<p>1. Contexto Operacional – A Sociedade tem por objetivos: a) a execução de projetos de engenharia industrial em geral e a construção civil, fabricação de artefatos de cimento, ferro e aço, inclusive com a aquisição e aplicação de materiais de construção e equipamentos; b) a montagem, reconstrução e manutenção de instalações industriais e a compra e venda de materiais para a construção civil, para montagens industriais e serviços correlatos; c) a realização de pesquisas de desenvolvimento de tecnologia adequada às empresas industriais e exploração de normas e processos de fabricação industrial; d) a operação de unidades industriais mediante exploração própria ou contratos com terceiros, bem como a representação de processos industriais; e) a navegação marítima e fluvial relativas aos serviços de dragagem e transporte e f) a participação no capital de empresas comerciais, industriais ou de prestação de serviços, como socia, acionista ou quotista, na qualidade de controladora ou não, podendo ainda, promover aplicações regulares ou tomadas de recursos no mercado financeiro. Parágrafo único: a) a participação em outra empresa, cujas atividades estão relacionadas ao seu objeto social. 2. Apresentação das Demonstrações Financeiras – As práticas contábeis adotadas pela Sociedade para o registro das operações e elaboração das demonstrações financeiras estão de acordo com as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, inclusive as alterações da Lei nº 11.638/07 que alterou a redação de dispositivos anteriores e introduziu novos dispositivos às Leis 6.404/76 (Lei das S.A.). As demonstrações financeiras estão expressas em Reais (R\$), moeda funcional e de apresentação. A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas contábeis.</p>											
<p>Ricardo Ribeiro Pessoa João de Teive e Argollo Francisco Assis de Oliveira Rocha Rita de Cassia Costa Diretor Presidente Diretor Diretor Contadora – CRC 1SP 193.305/O-3</p>											
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras											
<p>As Acionistas e Diretores de Niterói Participações S.A. – São Paulo/SP Examinamos as demonstrações financeiras da Niterói Participações S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.</p> <p>Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras: A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.</p> <p>Responsabilidade dos Auditores Independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obter evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação do risco de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nossa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação de adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência da auditoria</p>											

R.C.N.P.N. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.											
CNPJ nº 09.594.480/0001-30											
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO											
Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras condensadas do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, colocando-se à disposição para quaisquer esclarecimentos.											
São Paulo, 26 de abril de 2013. A Administração											
BALANÇO PATRIMONIAL Levantado em 31 de Dezembro de 2012 (Em milhares de reais - R\$)						DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2012 (Em milhares de reais - R\$)					
Ativo	2012	2011	Patrimônio Líquido	2012	2011						
Não Circulante			Capital social	1.493.219	1.493.219	Receitas (Despesas) Operacionais					
Investimentos:			Ajustes de avaliação patrimonial	26.460	(78.141)	2012 2011					
Participação em sociedade investida	2.498.518	2.308.659	Reservas de lucros	928.858	268.581	4.742 2.337					
Total do Ativo	2.498.518	2.308.659	Total do patrimônio líquido	2.498.518	2.308.659	Resultado da equivalência patrimonial					
			Total do Patrimônio Líquido	2.498.518	2.308.659	(4.742) 236.337					
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2012 (Em milhares de reais - R\$)											
	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial		Lucros Acumulados						
	Capital Social	Legal	Estatutária	Patrimonial	Acumulados	Total					
Saldos em 1º de Janeiro de 2011	1.493.219	34.164	713.080	(93.659)	-	2.146.804					
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	236.337	236.337					
Equivalência patrimonial em investida	-	-	-	15.518	-	15.518					
Aprovação:											
Reserva legal	-	11.817	-	-	(11.817)	-					
Constituição de reservas estatutária	-	-	224.520	-	(224.520)	-					
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	1.493.219	45.981	937.600	(78.141)	-	2.398.659					
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(4.742)	(4.742)					
Equivalência patrimonial em investida	-	-	-	104.601	-	104.601					
Compensação de prejuízos	-	-	(4.742)	-	(4.742)	-					
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	1.493.219	45.981	938.858	26.460	-	2.498.518					
As Demonstrações Financeiras completas, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes, sem ressalvas, estão à disposição dos Acionistas na sede da Companhia											

COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE BAURU
CNPJ (MF) 45.010.071/0001-03

ERRATA
No balanço, publicado neste jornal, no dia 20/04/2013 à página 29, no item: "DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - LEIA-SE ONDE SE LÊ LEIA-SE

COLUNA - "LUCROS PATRIMÔNIO LÍQUIDO"
Em 01 de janeiro de 2011
Apropriação do exercício: Res. Especial (18.147.467,91) 0,00
Resultado Líquido do Exercício 36.242,96 (18.147.467,91)
Inclusão: Ajustes de Exercícios Anteriores 36.242,96

COLUNA - "AJUSTES DE AVALIAÇÃO"
Em 01 de janeiro de 2012
Inclusão: Resultado Líquido das Reservas em 01 de janeiro de 2012 7.726.375,50 8.925.532,25
Em 31 de dezembro de 2012
Inclusão: Resultado Líquido das Reservas em 31 de dezembro de 2012 8.925.532,25 7.726.375,50

COLUNA - "LUCROS PATRIMÔNIO LÍQUIDO"
Em 01 de janeiro de 2011
Apropriação do exercício: Res. Especial (6.473.008,60) 0,00
Resultado Líquido do Exercício 0,00 (6.473.008,60)
Inclusão: Resultado Líquido das Reservas em 01 de janeiro de 2011 1.199.156,75
COLUNA - TOTAL

As alterações acima deverão produzir seus respectivos resultados e efeitos.

HOSPITAL E MATERNADE DR. CRISTÓVÃO DA GAMA S/A
CNPJ/MF nº 67.482.903/0001-73

Assembleia Geral Extraordinária - Convocação
Em atendimento ao disposto no art. 2º, alínea "f" do Estatuto Social do Hospital e Maternidade Dr. Cristóvão da Gama S/A, ficam convocados os Srs. Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, às 09h00, do dia 29/05/13, na Av. dos Andradas, 498, V. Santa Theresa, em São Paulo/SP, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: 1) Discussão e votação do Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis relativas ao exercício social findo em 31/12/12. 2) Decidir sobre a destinação dos resultados apurados. 3) Eleição dos membros do Conselho Fiscal. 4) Fixação da remuneração global anual da Diretoria e do Conselho de Administração. 5) Outros assuntos de interesse social. Estão à disposição dos Srs. acionistas os documentos referidos no item 1. Os eventuais representantes dos acionistas que sejam acionistas ou advogado, deverão apresentar procuração constituída há menos de 1 (um) ano, com poderes específicos para comparecer à Assembleia Geral, discusso e votado pelos acionistas constantes da Ordem do Dia. São Paulo, 23/04/13. (a) Francisco Carlos Buschinelli Meduna - Presidente do Conselho de Administração. (27.30.01)

Valônia Serviços de Intermediação e Participações S.A.
CNPJ/MF nº 11.640.450/0001-54. NIRE 35.300.392.396
Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

O Presidente do Conselho de Administração da Companhia, convoca os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, no dia 30/04/2013, às 11 horas, na sede social, à Av. Brigadeiro Luís Antônio, nº 3530, 10º andar, Jardim Paulista, nesta capital, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (i) eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia; (ii) análise das Demonstrações Financeiras do Relatório de Administração e das Contas da Diretoria referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012; (iii) destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; (iv) alteração da denominação social da Companhia, para incluir nas suas operações "Comercial, Viagens e Turismo"; (v) a alteração do objeto social da Companhia, visando: (a) o aproveitamento da atividade atual do item (f) do artigo 3º do Estatuto Social, no tocante às operações de viagens e turismo exercidas pela Companhia; (b) incluir a atividade de comércio varejista e atacado em geral, de quaisquer bens e produtos; e (c) incluir a atividade de operação logística e gestão de estoque; (vi) omissão de novas ações ordinárias, mediante conversão de ações de direito de voto para aumento de capital ("AECAs"); e (vii) aprovação do plano de opção de compra de ações da Companhia ("Plano de Opções").